

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

REALIZADA EM 29 DE ABRIL DO ANO 2014

**NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 29 de abril de 2014, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
CIM	Comunidade Intermunicipal
PCP	Partido Comunista Português
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
POCAL	Programa Oficial de Contabilidade Autárquica
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

Terceira Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017) da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 29 de abril de 2014, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
Quórum – Terceira Sessão Ordinária – 29 de abril de 2014	6
Expediente	6
Membros que pediram justificação da falta	8
Membros suplentes convocados	8
Verificação de Poderes e Instalação	8
MOÇÕES:	
- Serviço nacional de saúde	147
- Encerramento de estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo e educação pré-Escolar	29
- Os Baldios são do Povo	38
- Infraestruturas de alto valor acrescentado	90
- No combate ao cancro todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos	181
- Em defesa dos doentes oncológicos	186
Intervalo para almoço	110
Presenças e Faltas	189

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1- ATAS: Leitura, discussão e votação das seguintes atas:.....	13
- ata da Primeira Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 27 de dezembro de 2013;	
- ata da Segunda Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 04 de fevereiro de 2014;.....	
2- PUBLICO – Período de intervenção.....	15
3- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	15
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	47
4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.	47
4.2-DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....	113
4.2.1 – Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2013 e Proposta de Aplicação de Resultados;	113
4.2.2 - Consolidação de Contas e Certificação Legal de Contas Consolidadas Relativas ao Ano de Exercício de 2013;...	137
4.3 - TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO da proposta da Câmara Municipal de Bragança – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança – Relatório de Análise Económico-Financeira Reportado a 31 de dezembro de 2013 e Certificação Legal de Contas;	142
4.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....	151
4.4.1– Proposta da Quinta Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Receita, Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa, Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Primeira Revisão ao Plano de Atividades para o ano de 2014;	151
4.4.2 – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal Aquisição de Serviços na área de seguros – 2014 A 2016.	157
4.4.3 – Comemoração dos 10 Anos do Teatro Municipal de Bragança – Descontos e Convites;.....	159
4.4.4 – Apoio às Freguesias;.....	165
4.5 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre o texto da Moção enviada pela Câmara Municipal de Elvas, sobre “ Defesa dos Doentes Oncológicos”.....	180

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Ana Almeida	26,44,171,174
Ana Brás	16,24

António Malhão	22
António Morais	25,38,112,156,163,170,188
Bruno Veloso	36,99,126,146,149,173,188
Francisco Pinheiro	24,35,41,94
Henrique Ferreira	100
José Valente	27,43
Júlio Carvalho	40
Luís Fernandes	177
Maria Branco	172
Maria Preto	186
Maria Ribeiro	128
Martinho Nascimento	130
Pedro Nogueiro	89,97,101
Pedro Rego	107
Presidente da Câmara	85,102,120,136,140,141,150,154,155,156,162,169,171,173,178
Presidente da Mesa	9,13,14,15,18,19,20,21,22,23,24,25,27,28,32,33,34,35,36,37,40,41,42,43,44,45,46,47,79,78,80,81,82,83,85,88,89,95,96,97,99,100,101,105,106,110,112,113,120,126,127,130,136,140,141,142,143,145,146,147,150,151,155,156,159,162,163,164,168,169,170,171,172,173,174,175,176,177,179,180,185,187,188,189
Telmo Afonso	27,42,176
Vasco Cadavez	22,23,29

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Alcídio Castanheira	32
Ana Almeida	18,169
António Pires	82
António Malhão	20
António Morais	83,96,
Bruno Veloso	20,96,144
Francisco Marcos	80
Francisco Pinheiro	79,145
Henrique Ferreira	32,95,155
José Valente	85
Júlio Carvalho	81
Luís Fernandes	34
Rui Correia	84

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Alcídio Castanheira	37
Ana Almeida	150,180
Ana Brás	179
António Morais	46
António Malhão	150
Bruno Veloso	15,106,151
António Malhão	150
Henrique Ferreira	47,105,106
Isabel Ribeiro	142
Orlando Pontes	14
Pedro Rego	46,
Telmo Afonso	45

----- Aos vinte e sete **dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Terceira Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017)** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e fim cerca das dezassete horas e trinta minutos, na qual participaram **os setenta e nove membros** que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1- ATAS: Leitura, discussão e votação das seguintes atas:

- ata da Primeira Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 27 de dezembro de 2013;

- ata da Segunda Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 04 de fevereiro de 2014;

2– PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....

4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.2.1 - Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2013 e Proposta de Aplicação de Resultados;.....

4.2.2 - Consolidação de Contas e Certificação Legal de Contas Consolidadas Relativas ao Ano de Exercício de 2013;

4.3 - TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO da proposta da Câmara Municipal de Bragança – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança – Relatório de Análise Económico-Financeira Reportado a 31 de dezembro de 2013 e Certificação Legal de Contas;

4.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.4.1– Proposta da Quinta Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Receita, Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa, Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Primeira Revisão ao Plano de Atividades para o ano de 2014;

4.4.2 – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal – Aquisição de Serviços na área de seguros – 2014 A 2016.

4.4.3 – Comemoração dos 10 Anos do Teatro Municipal de Bragança – Descontos e Convites;.....

4.4.4 – Apoio às Freguesias;.....

4.5 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre o texto da Moção enviada pela Câmara Municipal de Elvas, sobre “ Defesa dos Doentes Oncológicos”

QUORUM - Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos, cerca das nove horas e trinta minutos, e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 30 DE JANEIRO DE 2014

Data	Remetente	Assunto
30/01	Unidade Local de Saúde do Nordeste EPE	Informa que não há lugar à Representação da AM, no Conselho da Comunidade
03/02	CMB	Envia Resolução – Cuidados de Saúde e Financiamento da Unidade Local de Saúde do Nordeste
04/02	Fernando Carlos Silva Paula	Solicitação de documentos e de informações sobre as eleições autárquicas de 29 setembro 2013
06/02	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Informa da constituição dos órgãos da CIM
11/02	Grupo Parlamentar do PS	Acusa receção da Moção “ Reorganização do Ensino Superior Português”
05/02	Comissão Proteção Crianças e Jovens de Bragança	Envia Relatório Anual de Atividades de 2013
07/02	Câmara Municipal de Elvas	Envia texto da “Moção em defesa dos Doentes oncológicos” e solicita a aprovação da mesma nesta AM
10/03	CMB	Solicitação de apoio jurídico –acomodação da recente legislação sobre o Regime Jurídico das Autarquias, no Regimento da AM
20/02	Grupo Parlamentar do PS	Acusa a receção da Moção “Ligação Aérea Bragança/Vila real/Lisboa”, e informa das diligências tomadas
13/03	Grupo Parlamentar de “Os verdes”	Acusa receção da Moção “ Reorganização do Ensino Superior Português”
19/03	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Envia tomada de posição sobre o encerramento do laboratório de apoio à atividade agropecuária de Mirandela
27/03	Ministro da Economia	Cusa receção da Moção – Transporte aéreo Bragança/Vila Real/Lisboa

27/03	CDU	Envia Pergunta sobre o horário dos funcionários da Autarquia, para ser remetida à CMB
07/04	Comissão Nacional de Eleições	Resposta ao ofício da AMB relativo ao protesto apresentado por Fernando Paula na Assembleia de Apuramento Geral no quadro da eleição AL 2013

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

Data	Destinatário	Assunto
07/02	CMB	Envio da certidão geral relativa à sessão de 4 de fevereiro/2014
10/02	CMB	Encaminhamento do requerimento enviado ao PMAM, por Fernando Paula, sobre “solicitação de documentos – Eleições Autárquicas de 29/setembro/2013”, para resposta aos pontos 1 a 5
11/02	CMB	Envio das senhas de presença e boletins itinerários referentes ao mês de fevereiro/2014
10/03	ANMP	Solicitação de informação – Eleição da Mesa da AM
10/03	CMB	Pedido de colaboração técnico/jurídica – Acomodação da recente produção legislativa sobre o Regime Jurídico das autarquias locais, no Regimento da AM
11/03	Fernando Carlos Silva Paula	Resposta à solicitação de documentos e informações sobre as eleições autárquicas de 29 setembro 2013
11/03	Líderes dos grupos municipais	Envio de documentos – Eleições autárquicas 29/setembro/2013
11/03	Comissão Nacional de Eleições	Envio de documentos – Eleições autárquicas 29/setembro/2013
11/03	Procurador da República-Tribunal Judicial Comarca Bragança	Envio de documentos – Eleições autárquicas 29/setembro/2013
28/03	CMB	Envio da PERGUNTA feita pela CDU sobre o horário dos funcionários da Autarquia
31/03	CMB	Envio senhas de presença e boletins

		itinerários dos Membros da Comissão Permanente (fevereiro e março/2014)
31/03	Diretor do Agrupamento Escolas Emídio Garcia	Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril
31/03	Diretor do Agrupamento de Escolas Abade de Baçal	Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril
31/03	Diretor do Agrupamento de Escolas Miguel Torga	Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril
31/03	CMB	Envio Ficheiro por assuntos – Deliberações da AM(Mandato 2009/2013)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:.....

PEDIDOS DE JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

PS: Fernando Carlos da Silva Paula; Luís Carlos Magalhães Pires; Maria de Fátima Renovato Veloso; Jorge Manuel Nogueiro Gomes; Sandra Marisa Rodrigues Valdemar e Jorge Humberto Lopes Marinho Sampaio.....

Presidentes de Junta de Freguesia:

Rebordãos - Fernando Francisco Gomes Rodrigues – Compareceu o substituto legal - Adriano Augusto Correia Rodrigues;.....

Sendas – Dinis Augusto Dias Pinela – Compareceu o substituto legal – Marco Paulo Jesus Frei;

Donai – Luís Aníbal Rodrigues Martins - Compareceu o substituto legal – Carlos Bruno Afonso.

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:

PS: Pedro José Pires Rego; Armindo Augusto Lopes; Maria Aurora Correia, Patrício Teixeira Afonso; Orlando Augusto Matos Pontes e José Carlos Vasco Jecas.....

INSTALAÇÃO – Membros Suplentes - José Carlos Vasco Jecas (PS); Marco Paulo Jesus Frei (Substituto P. J. Sendas); Carlos Bruno Afonso (Substituto P. J. Donai).....

VERIFICAÇÃO DE PODERES E INSTALAÇÃO dos membros suplentes da Assembleia Municipal...

----- O Sr. Presidente procedeu à verificação da legitimidade e identidade dos Senhores Membros: José Carlos Vasco Jecas(PS); Carlos Bruno Afonso(Donai) e Marco Paulo de Jesus Frei(Sendas).....

-----Verificados os poderes, foram instalados como **Membro Suplente e Substitutos dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, respetivamente**, desta Assembleia Municipal,
José Carlos Vasco Jecas - eleito pela lista do Partido Socialista, de 35 anos de idade, filho de Raul Jesus Jecas e de Marcelina Jesus Vasco, Técnico Superior, natural da Freguesia de Mirandela, Concelho de Mirandela, residente em Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 11116699 e eleitor n.º A-20225, da Comissão Recenseadora da União de Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, do Município de Bragança.

Carlos Bruno Afonso – Substituto Legal do Presidente da Junta de Freguesia de Donai, eleito pela lista do Partido Social democrata, de 31 anos de idade, filho de João Augusto Afonso e de Iracema de Lurdes Afonso, Serralheiro, natural da Freguesia de Donai, Concelho de Bragança, residente em Lagomar, portador do Cartão de Cidadão n.º 12136826 e eleitor n.º 557, da Comissão Recenseadora da Freguesia de Donai, do Município de Bragança.

Marco Paulo de Jesus Frei - Substituto Legal do Presidente da Junta de Freguesia de Sendas, eleito pela lista do Partido Social Democrata, de 30 anos de idade, filho de Licínio Manuel Frei e de Maria Justa Ochoa de Jesus, Pedreiro, natural da Freguesia da Sé, Concelho de Bragança, residente em Vila Franca, Freguesia de Sendas, Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 12464796 e eleitor n.º 431, da Comissão Recenseadora da Freguesia de Sendas, do Município de Bragança.

-----**Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, muito bom dia a todos, peço que ocupem os vossos lugares, vamos iniciar esta terceira sessão ordinária da AM, com a indicação, por parte da Mesa, da instalação dos Membros suplentes, hoje vão ser instalados, como membros suplentes: do PS, José Carlos Vasco Jecas; Manuel Paulo Jesus Frei, em substituição do Sr. Presidente da Junta de Sendas, e o Sr. Carlos Bruno Afonso, em substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Donai.

----- Estão sessenta e três Deputado na sala.

-----A relação da correspondência que foi recebida entre a última sessão e esta, consta na página nº 2 dos documentos da certidão referente a esta terceira sessão ordinária, portanto

está aí a relação cronológica da documentação emitida a partir do 7 de fevereiro de 2014, e a recebida a partir de 30 de janeiro de 2014,

-----Tenho informação, por parte dos Srs. Secretários, que também relativamente à correspondência recebida, e já depois provavelmente desta indicação, já numa data posterior à de sete de abril, mas que tem alguma importância, e eu passo a lê-la, que é uma comunicação recebida, enviada pelo Agrupamento de Escolas Emídio Garcia.

-----Como é do vosso conhecimento, a Comissão Permanente, este ano, relativamente às Comemorações do 25 de Abril, decidiu levar as Comemorações para fora do edifício da AM, e, na procura, na busca de uma abertura maior desse espaço de Comemoração à comunidade, entendeu-se, na Comissão Permanente, que seria interessante leva-la até às escolas, havendo naturalmente um contato mais estreito com as camadas jovens da população.

-----Nesse sentido foi oficiado a todos os três agrupamentos de escolas, Emídio Garcia, Miguel Torga, e Abade de Baçal, o interesse em participarem nessas comemorações, nomeadamente com a cedência de instalações adequadas para o efeito e com a indicação de um aluno para fazer uma intervenção nessa data de 25 de Abril.

-----Houve uma comunicação por parte da Escola Abade de Baçal, de forma insistente e pronta, por parte da Miguel Torga houve um telefonema procurando saber o que é que se pretendia, mas depois não houve sequencia, por parte da Emídio Garcia não tínhamos recebido nenhuma comunicação, no entanto houve uma comunicação que chegou cá, vem datada de 24 de abril, mas a entrada aqui nos serviços é de ... não tem aqui entrada, mas julgo que terá sido na segunda-feira, nesta segunda feira, dia 28, e eu passo a ler, não sabia o que é que tinha acontecido, era de estranhar porque é que a Emídio Garcia não tinha contactado, e vou passar a ler e vou também tomar conhecimento neste momento.

----- **“Assunto: COMEMORAÇÕES DOS 40 ANOS DO 25 DE ABRIL**

-----Vimos junto de V^a Ex.^a e do órgão democrático que representa lamentar a ausência de resposta nossa, em tempo útil, ao V^o ofício/circular nº 42, de 31/3/2014, sobre as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril.

-----Só as condições de contínua pressão a que os responsáveis têm estado sujeitos, no processo de consolidação do funcionamento do novo Agrupamento de Escolas, que foi criado há cerca de ano e meio, poderá enquadrar uma explicação para este lamentável lapso.

-----Na verdade, as duas semanas da pausa pedagógica da Páscoa foram momentos de grande azáfama na reorganização dos sistemas informáticos do Agrupamento, o que mobilizou energias e esforços dia e noite. Também por isso, o procedimento de registos de correspondência foi afetado nas suas rotinas.

-----De qualquer modo, as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril mereceram a atenção e empenhamento desta comunidade escolar, tendo-se realizado no dia 24, quinta-feira, uma sessão com a participação de cerca de 300 alunos do ensino básico com um representante político e um professor do Agrupamento de Escolas, enquanto os alunos do Curso de Artes realizavam um painel que está exposto num dos espaços nobres de participação na Escola sede.

-----Naturalmente, o Agrupamento de Escolas Emídio Garcia está sempre disponível para acolher iniciativas das instituições democráticas, cívicas ou sociais, ficando desde já expressa a nossa disponibilidade para oportunidades futuras.

----- Com os melhores cumprimentos

----- O Diretor, Eduardo Fernandes Santos.”

-----Fica aqui esta explicação, que eu também não tinha conhecimento porque é que a Emídio Garcia não tinha respondido a esta iniciativa da Assembleia Municipal.

-----Muito bem, por fim, uma comunicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, do Sr. Presidente Hernâni Dias, no sentido que esta informação também já deu entrada posteriormente e não consta daquela relação da correspondência.

----- Eu passo a ler:

----- **“ASSUNTO: "Pedido de informações sobre o horário dos funcionários do Município de Bragança"**

----- Na sequência do ofício Refª 39, e sobre o assunto em apreço, serve o presente para dar resposta às questões colocadas pelo Membro do PCP dessa Assembleia Municipal, Sr. António Alberto Vaz Pereira Morais.

----- Questão 1 – a resposta da CMB é não, eu teria que, para fazer o enquadramento, portanto ver a primeira questão.

----- Vou ler a questão colocada pelo Membro da CDU e a resposta da CMB.

----- As questões colocadas pela CDU, eram:.....

----- 1 - Considera que o alargamento do horário de trabalho tem como objetivo a redução do número de trabalhadores da Autarquia?

----- Resposta do Presidente da Câmara:.....

----- Não.

----- 2 - Considera justo que os trabalhadores da autarquia trabalhem mais uma hora por dia, cinco horas por semana, vinte horas por mês e duzentas e quarenta horas por ano sem serem remunerados?

----- Resposta do Presidente CMB:

----- Não se trata de uma avaliação pessoal, mas tão simplesmente o cumprimento da Lei em vigor. -

----- 3 - Quais as razões para a Autarquia ainda não ter decidido sobre esta matéria?

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara:.....

----- A autarquia ainda não decidiu sobre este assunto, pelo facto de ter sido interposta uma providência cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela e, até à data, não ter sido decidido. Mais se informa que nesta data o horário de trabalho praticado pelo Município de Bragança é de 35 horas semanais.

----- 4 - Sendo Bragança a capital do Distrito e do Concelho, com mais capacidade de influência sobre os outros Municípios, não considera que defenderia melhor os trabalhadores ao aplicar o horário das 35 horas semanais?

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara:.....

----- Conforme resposta anterior, reitera-se a informação que os trabalhadores do Município de Bragança estão a praticar o horário semanal de 35 horas.

----- 5 - Que interesses salvaguardam o Município com a aplicação do horário das 40h semanais?

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara:.....

----- Não é possível responder a esta questão tendo em conta a informação descrita na resposta anterior. Ou seja, os trabalhadores da CMB trabalham 35h. De qualquer forma, o interesse do Município é dar uma resposta mais eficaz às solicitações dos cidadãos, sempre no estrito cumprimento da lei.

Com os melhores cumprimentos e estima,

O Presidente da Câmara Municipal de Bragança,

Hernâni Dinis Venâncio Dias “

----- São então as duas comunicações que estavam fora desta listagem e que competia a nós dar conhecimento aos Srs. Deputados.

----- Entramos, agora, no ponto um da agenda de trabalhos.....

PONTO 1- ATAS: Leitura, discussão e votação das seguintes atas:.....

- ata da Primeira Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 27 de dezembro de 2013;.....

- ata da Segunda Sessão Ordinária (Quadriénio 2013/2017), realizada em 04 de fevereiro de 2014;.....

----- **Presidente da Mesa** – Portanto, Srs. Deputados, vamos isolá-las, relativamente à primeira ata, à ata da primeira sessão ordinária deste quadriénio, realizada a 27 de dezembro/2013, pergunto se há considerações, reparos, pedidos de esclarecimento por parte dos Srs. Deputados.

----- Não havendo, vamos passar à sua votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E**

SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Há alguma intenção de declaração de voto, Srs. Deputados?

----- **Presidente da Mesa** - Escrita? Muito bem, pronto, ou se quiser, ainda está em tempo, pode fazer também uma entrega da declaração escrita.

----- Relativamente à segunda ata, vamos então discutir a segunda ata, portanto refere-se à segunda sessão ordinária, realizada em 4 de fevereiro.

----- Srs. Deputados, há algum pedido de esclarecimento? Vejo que Orlando Pontes tem intenção de fazer um pedido de esclarecimento, faça o favor, Sr. Deputado.

----- **Orlando Pontes** - Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da CMB, Srs. Vereadores, Srs. Membros da AM, minhas Senhoras e meus Senhores, a todos muito bom dia.

----- É só para fazer uma pequena retificação nesta ata, na página 13, na minha intervenção, refere-se lá ao estabelecimento prisional de Bragança, não é o estabelecimento Prisional de Bragança, que eu referi nesta AM, mas sim o Estabelecimento Prisional de Izedá. E, já agora, para não voltar, aproveito para lhe dizer que me abstive porque na outra não estive presente, logo abstive-me.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado pela correção, Sr. Deputado.

----- Depois desta consideração feita pelo Sr. Deputado Orlando, e não verificando mais nenhuma intenção de se proceder a qualquer tipo de correção, nem intenção de alguma intervenção sobre esta matéria, passamos à votação

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, NOVE ABSTENÇÕES E CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E SETE MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados?

----- Bruno Veloso tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- **Bruno Veloso** – Era só para informar que me abstive devido à minha ausência na sessão do dia 4 de fevereiro.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Antes de avançarmos para o ponto seguinte, eu tenho que dar conhecimento de uma informação que me foi transmitida pelo Sr. Presidente da Câmara, e que é dirigida especialmente aos Srs. Presidentes de Junta.

----- No final da reunião da AM de hoje, provavelmente será no período da tarde, os Gips da GNR gostariam de vir aqui à AM fazer uma sessão de esclarecimento, dirigida estritamente aos Srs. Presidentes de Junta, não quer dizer que não estejam presentes outros Deputados que queiram assistir, mas é dirigida especificamente aos Sr. Presidentes de Junta. O objetivo, naturalmente são as questões que envolvem a defesa da floresta contra incêndios, e a necessidade da gestão da faixa de combustíveis.

----- Portanto, Srs. Presidentes de Junta, no final da reunião os Gips estarão aqui para prestar os esclarecimentos que entenderem ser necessários para os Srs. Presidentes de Junta.

----- Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara, por esta indicação, será seguramente muito importante, tendo em vista o período estival que se aproxima.

----- Bom, passamos, então, para o ponto seguinte, da agenda.

PONTO 2– PÚBLICO – Período de Intervenção.....

----- **Presidente da Mesa** - Eu pergunto às pessoas do Público, que estão presentes, se alguém tem intenção de intervir, agora.....

----- Não há indicação nesse sentido, de modo que avançamos para o ponto seguinte.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

----- **Presidente da Mesa** - Eu registo as intervenções de: Ana Cláudia, do MSP; António Morais, da CDU; Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Babe; Pedro Nogueiro, do PSD, e Vasco Cadavez, do PSD.

----- Estão feitas as inscrições, avançamos já para as intervenções, não quer dizer que os partidos, tendo tempo necessário, não possam, naturalmente, proceder a novas inscrições.

----- Bom, tem a palavra o Membro Bruno Veloso, do PS, ou... ..
----- Vai fazer uma intervenção Ana Brás do PS.
----- **Ana Brás** – Sr. Presidente da AM, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da CMB, Público em Geral, Srs. Membros a todos muito bom dia.
----- Afirmando um propósito de um contributo salutar, apresentarei, de imediato, uma Moção do PS, que é a defesa do Serviço Nacional de Saúde.

“MOÇÃO

Pela defesa do SNS

----- Num tempo em que predomina a miséria e a insegurança em largos setores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades, minimizando as diferenças sociais e regionais.
----- A opção por um modelo de Sistema Nacional de Saúde (SNS) é hoje reconhecido como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional.
----- O Governo publicou uma portaria (n.º 82/2014, de 10 de abril), que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, visando o desmantelamento da rede hospitalar pública.
----- A Portaria n.º 82/2014, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, nada tem a ver com a reforma hospitalar, essencial e há muito exigida por imperativos funcionais, ou mesmo com a reforma orgânica do SNS. Trata-se tão-somente do equivalente a uma espécie de carta hospitalar, mas neste caso visando um quadro minimalista de unidades hospitalares.....
----- O SNS é um todo que deve ter coerência e não entendemos como se podem tomar medidas avulsas, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, negando qualquer perspetiva de reforma e de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde e sem consultar os órgãos autárquicos correspondentes.

----- Com esta Portaria, o governo tem em vista o encerramento de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dá um passo para um acelerado despovoamento de vastas zonas do interior do país.

----- Com esta Portaria, grande parte das maternidades do nosso país vão ser encerradas. Os hospitais do chamado Grupo I só irão dispor de ginecologia e a obstetrícia só existirá nos hospitais do chamado Grupo II. Assim, irá desaparecer até 31/12/2015 a maternidade na Unidade Local de Saúde do Nordeste.

----- A declaração emitida recentemente pelo Ministério da Saúde em que garantia que não iria encerrar qualquer maternidade vai contra o conteúdo da referida portaria que é muito claro sobre esta e outras matérias.

----- A Portaria é clara e, como tal, é fácil constatar que Bragança irá ficar sem maternidade e as parturientes terão de se deslocar até Vila Real. É um atentado à vida e à segurança de muitos recém-nascidos e respetivas mães.

----- Considerando o exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 29 de abril de 2014, delibera:

----- 1 – Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra o seu desmantelamento.

----- 2 – Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade.

----- 3 – Exigir a imediata revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril.

----- 4 – Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referência, e não apenas o encerramento de camas e serviços.

-----5 – Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem.

-----6 – Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos quantos, com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança, vencendo as dificuldades impostas pelos cortes salariais, ultrapassando com ânimo e criatividade os cortes orçamentais e ajudando a vencer o desalento e o cansaço dos utentes.

-----7 – Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal.

----- Mais decide enviar esta Moção

----- A Sua Excelência o Presidente da República

----- A Sua Excelência o Primeiro-ministro.

----- A Sua Excelência o Ministro da Saúde.

----- A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

----- A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

----- À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

----- À Administração Regional de Saúde do Norte.

----- À Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes.

----- À Assembleia Municipal. “

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Foi apresentada uma Moção, pelo PS, intitulada pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde.

----- Pedidos de esclarecimento, Srs. Deputados?

----- Registamos, já, dois pedidos de esclarecimento, Ana Cláudia Guedes de Almeida em primeiro lugar, depois Eduardo Malhão, do PSD.

----- **Ana Almeida** – Bom dia a todos, sem exceção, à Mesa, ao Executivo, aos meus colegas, ao Público.

----- Curiosamente parece que a saúde preocupa a todos e eu, um dos pontos de intervenção do MSP, era precisamente apresentar uma Moção, mas eu aqui fazia uma sugestão aos Grupos, nomeadamente ao PS, que acabou de apresentar a Moção, e ao PSD. E isto porque ontem tivemos sessão da Comunidade Intermunicipal, e como eu lá disse ontem, eu acho que devíamos falar todos de uma só vez e de uma só voz, acho que é isso que nos projeta, acho que é isso que nos faz mais fortes, e ontem, efetivamente, foi aprovado por unanimidade, pela Assembleia Intermunicipal, uma Moção apresentada ao Sr. Ministro da Saúde, no sentido, e é isso que eu não concordo na vossa Moção, de sermos construtivos e não críticos, porque de acordo com o que ressalta dos vossos pontos, são mais questões genéricas do que propriamente focadas nas reais necessidades daquilo que afeta a Unidade Local de Saúde do Nordeste EPE.

----- Portanto, aquilo que eu sugeria era que nos pudéssemos alinhar pela Moção que foi apresentada ontem na CIM, que toca aspetos concretos e que, inclusivamente, acho que há que valorizar isso, também resultou do trabalho do Secretário Executivo, o Eng. Rui Caseiro, já com o Presidente do Concelho de Administração da Unidade Local de Saúde.....

----- Portanto as implicações da portaria estão identificadas para a Unidade Local de Saúde, e acho que é por aí que nós temos que convencer o Sr. Ministro, na regulamentação que terá que ser feita até 2015, a alterar os pontos que afetem concretamente a Unidade Local de Saúde, e portanto, a não ver, em concreto, o que é que vocês pretendem com isso, se é a pura revogação da portaria, desde já digo que o MSP não concorda. Portanto acho que não é isso que está em causa, é que os critérios têm que ser definidos, pode-se discutir se é por portaria, se devia ser uma alteração à lei do Serviço Nacional de Saúde, mas nesse caso portanto não podemos alinhar convosco, agora sim acho que poderíamos trabalhar em conjunto os pontos da Moção.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Eduardo Malhão, do PSD, para o seu pedido de esclarecimento.

-----**António Malhão** – Muito bom dia a todos. O PSD entende o espírito nobre desta proposta do PS, mas dado tratar-se de uma matéria muito sensível e muito importante para as populações, julgamos que deve ser uma posição conjunta, aliás subscrevo a intervenção da Dra. Cláudia Guedes de Almeida sobre essa matéria. Devo-lhe dizer também que já há posições bem estruturadas sobre essa matéria, não só da CIM mas também do Executivo. Quero acrescentar também que, de facto, o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo têm sido absolutamente exemplares na defesa dos serviços públicos, dando mostras de pôr acima dos interesses partidários os interesses da população, que aliás é para isso que foi eleito, e o PSD tem interpretado, de facto, esta consciência da Comunidade, no sentido da defesa intransigente de serviços públicos, da importância da saúde, e sempre que esteja em causa o encerramento de serviços públicos no interior e em particular no nosso Concelho, não é só a questão da saúde, é os tribunais, é finanças, é escolas, de facto tem havido aqui nesta Assembleia alguma coesão, e é isso que eu proponho aqui, sobre esta matéria, que exista, de facto, esse bom senso e essa coesão, colocando de lado os interesses partidários e que saia daqui uma Moção robusta, fortalecida, em que na qual nos possamos todos rever, é essa a proposta do Grupo Municipal do PSD, que gostaria que fosse acolhida pelos restantes partidos.

----- Muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Eu ia pedir ao Sr. Deputado do PS, então que fizessem uma resposta a estas questões e se estão em condições de poder trabalhar uma Moção conjunta.....

-----**Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos.

-----Agradecer as questões que são formuladas ao PS, salientar só uma pequena questão, isto é um órgão político, e efetivamente a nossa proposta de Moção, é exatamente isso, é uma Moção política, que pretendemos que seja assumida por toda a AM. O que acontece é que nós não somos um órgão técnico, e não sendo um órgão técnico, propomos a revogação de uma “Moção”, que, de facto, prejudica os interesses da Unidade Local de Saúde do Nordeste Transmontano, terminando com um conjunto de valências.

-----Por outro lado, sabemos que existem movimentos idênticos de outras autarquias, particularmente do interior do País, às quais nós também devemos alguma solidariedade, daí a nossa questão de assumir a revogação desta lei, sob pena de nós lutarmos com a nossa própria capelinha, abandonando os outros, e quando tentarmos pedir ajuda também aos outros, sempre que recebermos a mesma moeda. Eu acho que deve haver uma solidariedade territorial, daí a nós pedirmos a revogação, mas naturalmente estamos abertos à discussão de alguns pontos da Moção, mas parece-me que o teor da nossa Moção e a proposta de revogação, é exatamente para termos alguma margem de abertura de solidariedade também para com outras regiões que, de facto, sofrem o mesmo problema, e com as quais teremos a obrigação de sermos solidários, e era isso. Pois, naturalmente, estamos abertos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, o entendimento que a Mesa faz é que o PS dá a indicação que tem abertura para discutir com os outros Grupos Municipais que constituem esta Assembleia, para a redação de um documento conjunto, foi esse o entendimento que a Mesa teve, julgo que não estamos enganados, naquilo que foi vertido na intervenção do Sr. Deputado Bruno Veloso.

----- Nesse sentido, eu sugeria que se constituísse um grupo de trabalho, vamos dar seguimento às intenções de intervenção, mas, do meu entendimento, há uma iniciativa que parte do PS, mas que recebe a intenção de dois grupos municipais de estarem disponíveis para elaborarem um documento conjunto, poderá ser enriquecido com alguns contributos importantes.

----- Nesse sentido, eu sugeria que, sobre essa matéria, se constituísse aqui um grupo, um representante de cada grupo municipal, que possa colidir os interesses, se possível, da Assembleia, num documento conjunto que possa, naturalmente, receber o apoio unânime, uma votação unânime, no sentido de poder traduzir-se numa Moção que além de reforçar a posição de outras Assembleias Municipais, possa reforçar também a nossa intenção junto do Governo.

----- Este é só o entendimento que a Mesa está a fazer sobre o assunto, e portanto a disponibilidade que temos também para avançar relativamente a esta Moção, para poderem

trabalhar uma Moção em conjunto, no entanto continuamos a discussão da Moção, porque vejo que há interesse por parte de alguns grupos municipais fazer também intervenções sobre esta matéria, correto?

----- Eu tinha já registado um primeiro interesse de Eduardo Malhão, e depois de Vasco Cadavez.

----- Eduardo Malhão tinha intenção de dizer, agora na intenção de intervenção, já fez a sua questão, não quer dizer que não faça uma intervenção que possam ser também questões.

----- **António Malhão** – Bom dia, mais uma vez. De facto, na minha primeira intervenção, que era para colocar uma questão à subscritora da Moção, esqueci-me de acrescentar que o PSD também tem uma Moção preparada sobre essa mesma matéria, e também julgo saber que o MSP também tem, por isso não faz sentido estarmos aqui a discutir três Moções, o que faz sentido é criar uma Moção única que não seja do Grupo Municipal A, B ou C, mas que seja em nome desta Assembleia, penso que sai reforçada a Moção e que faz mais sentido, por isso a nossa proposta é que, de facto, se faça esse encontro de posições e que se faça a fusão das diversas Moções que estão aqui em análise. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Vasco Cadavez, julgo que mantém o interesse, depois desta intervenção, de fazer a sua intervenção.....

----- Registo também uma inscrição do CDS/PP.

----- Carlos Cadavez, tem a palavra.

----- **Vasco Cadavez** – Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, Srs. Presidentes da Junta, Público em geral e meios de Comunicação.

----- Pretendo, em representação do Grupo Municipal do PSD, apresentar duas Moções. A primeira refere-se à já mencionada Portaria nº 82/2014.

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, Sr. Deputado, eu não sabia qual era a intenção da sua intervenção, neste momento nós temos que debater a Moção que está agora em discussão,

não podemos entrar na abertura de novas Moções, a não ser que se faça um interregno, portanto eu peço desculpa,

----- **Vasco Cadavez** – Ok! Eu altero a minha intervenção e portanto o que eu pretendo dizer é que nós temos, de facto, uma Moção preparada sobre o mesmo tema da Portaria Nº 82/2014, e portanto nós gostaríamos também de a apresentar, e que fosse discutida, e portanto se estamos já a aprovar ou a discutir Moções que foram apresentadas e que queremos integrar, sem que a nossa seja ouvida, portanto julgo que há aqui alguma falta de critério, portanto a questão é, pretendemos apresentar a nossa antes da integração das ideias das três bancadas, basicamente é isso.

----- **Presidente da Mesa** – Terminou, Sr. Deputado?

----- **Vasco Cadavez** – Se assim for, termino, e peço para intervir.

----- **Presidente da Mesa** – Pois eu vou, então, pedir que termine a sua intervenção, dizendo o seguinte.

----- Não faz sentido os partidos, os principais, estarem a fazer a apresentação de cada uma das Moções, quando o objetivo que se quer é constituir uma Moção única, terão essa oportunidade de o fazer de acordo com o que estávamos a perceber, daquilo que a Mesa estava a perceber, em termos de movimentações das bancadas, de que se organizem num pequeno grupo de trabalho e que façam verter as opiniões de cada grupo numa Moção, se possível, constituir uma Moção conjunta, pode não ser possível, e haverá, então, lugar à apresentação de Moções diversas, eventualmente sobre o mesmo tema, eventualmente com diferenças nas expressões de votação, de deliberação, mas o que quero dizer é, na perspetiva do que está agora em causa, que é elaborar uma Moção única, exclusiva, não fica prejudicado esse trabalho com a apresentação de cada uma das Moções, não, então os outros Grupos têm uma Moção preparada, não o fazem, constituem-se num grupo de trabalho, debatem internamente, um grupo de trabalho que vai fazer uma Moção conjunta, que se quer que seja verdadeiramente uma Moção com força, que expresse uma força inequívoca e uma opinião conjunta e unânime desta Assembleia. E, portanto, nesse sentido não vamos naturalmente permitir ainda nesta fase a apresentação de novas Moções enquanto não soubermos se uma

Moção conjunta pode ser elaborada, senão isso prejudica realmente o trabalho do esforço de uma Moção conjunta.

----- Reparo que há uma intenção de intervenção de Ana Brás, do PS, tem a palavra.

----- **Ana Brás** – Renovando os cumprimentos a toda a Mesa.

----- Sr. Deputado, parece-me que ultrapassou o líder da sua bancada parlamentar, é intenção do PS juntarmo-nos e fazermos algumas alterações, se forem necessárias, à Moção apresentada.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Deputada.

----- Srs. Deputados, a Mesa vai solicitar que se constituam num grupo de trabalho, julgo que, neste momento vejo, entendo que há interesse de participar neste pequeno grupo de trabalho, o MSP e o PSD e naturalmente o PS, e registo também uma intenção de intervenção da CDU, já tinha verificado intenção de intervenção de Francisco Pinheiro do CDS/PP, pelo que vamos agora ouvir a vossa opinião, porque, e naturalmente os Srs. Presidentes de Junta também podem querer expressar aqui, ao microfone, a vontade de se constituírem também com o seu contributo nesta possibilidade de Moção conjunta. Nesse sentido e para ouvirmos a posição do CDS/PP porque já fez também intenção de inscrição para intervir, tem a palavra, a seguir António Morais, da CDU.

----- **Francisco Pinheiro** – Muito bom dia a todos.

----- A minha intervenção é no sentido de dizer que o CDS/PP está disponível para aprovar uma Moção que reúna o consenso de toda a Assembleia, e julgo que a portaria é tão recente que, eu não sei se talvez tenham estudado bem a portaria, mas julgo que na Moção que for redigida para ser aprovada nesta Assembleia, que não façamos observações sobre a portaria sem ter realmente conhecimento daquilo que ela está a tentar transmitir, é esta a minha posição.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- De qualquer forma, quero fazer uma questão. O CDS/PPO estaria interessado em participar neste grupo de trabalho para elaborar esta Moção?.....

----- **Francisco Pinheiro** – Em participar no grupo de trabalho não é possível, porque, como sabe, o grupo municipal é reduzido.

----- **Presidente da Mesa** – Mas não há problema

----- **Francisco Pinheiro** – Não posso estar em dois sítios ao mesmo tempo, mas com certeza que terão o meu contributo se assim o desejarem.

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa pode dar um tempo necessário para discussão, imagino que um período de dez minutos seria muito escasso, mas ainda assim podemos fazer uma interrupção, podemos terminar os trabalhos, ligeiramente mais cedo, no período da manhã, e atrasar a votação, sem prejuízo, para depois do período de almoço. Entendemos que uma elaboração de uma proposta destas pode ser um bocadinho demorada, mas podemos atrasar um bocadinho, antecipar um bocadinho o período da manhã e adiar um bocadinho o período da entrada do período da tarde, para procedermos à votação desta Moção, e, neste caso, já podia ter o contributo do CDS/PP.

----- Muito obrigado.

----- Tem a palavra, ainda antes de Ana Cláudia, que tinha mostrado interesse em intervir, António Morais, da CDU, e depois o Sr. Presidente da Freguesia da Aveleda.

----- Estamos na discussão da Moção, ainda não estamos nas intervenções necessárias.

----- **António Morais** – Bom dia a todos, dada a transcendência e à importância deste assunto, obviamente que a CDU está disponível também para subscrever uma Moção que vá no sentido, enfim, eu diria, e não querendo ferir suscetibilidades, que a Moção tenha que ser clara do ponto de vista também político, não pode ficar em meias tintas, não é? A questão é grave, a questão é importante, já vimos que há determinados tipos de medidas que são tomadas à revelia dos interesses da nossa região e da nossa população, portanto, e a portaria é muito clara na extinção e no prejuízo que causa, do ponto de vista da saúde aos nossos munícipes. Portanto é evidente que terá que se ponderar uma redação também consensual, mas também não podemos ficar em meias tintas, de qualquer forma a CDU obviamente que está disponível para subscrever, em princípio, uma Moção conjunta, teria todo o interesse. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Temos, então, a posição da CDU, já tomada.....

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra para a sua intervenção ainda sobre este tema da Moção.

----- **Ana Almeida** – Só para trazer a público, havendo a constituição do grupo, aquilo que já foi identificado como sendo os grandes problemas, desde logo eu justificar porque é que eu sugeri não se pedir a revogação da portaria, porque é um documento que tem uma implementação transitória, ou seja até 2015 podem ser definidos subcritérios para densificar os critérios já previstos na portaria, ou seja, aquilo que se pode solicitar e que está identificado, é a questão, a Unidade Local de Saúde Nordeste pertence ao Grupo 1, o próprio diploma permite que à carteira, como chama o Diploma, e isto para responder ao Francisco Pinheiro, já estudei a portaria, à acrescentar à carteira das valências base de cada grupo podem crescer outras valências base, o problema aqui, que é isso que nós devemos convencer o legislador, é o critério populacional que está associado ao acréscimo das valências base, e nós dizemos assim, se formos apenas pelo critério populacional ficamos perto dos setenta e cinco mil, agora dito por quem de direito e por quem sabe, nós podemos não perder nada se o critério populacional não for o único critério a definir, ponto numero um, portanto nada está perdido, certo?

----- Segunda questão – Há, de facto, uma afirmação e há um site que está no portal da saúde, que tem perguntas frequentes acerca desta portaria, e, desde logo, há uma contradição entre a portaria e o que está disponível no site das perguntas frequentes, nomeadamente à valência de urologia. Na portaria não se fala que a urologia possa ter uma valência acrescida à carteira de valências do Grupo 1, nas FAC diz que sim, o Sr. legislador que venha esclarecer, porque efetivamente se não for acrescida, Bragança perderá uma valência fundamental para a região e portanto terá que se deslocar a Vila Real.

----- Terceira incongruência - É afirmado que esta portaria, perentoriamente, não interfere com os serviços de maternidade, qual é a incongruência? Se deixamos de ter obstetrícia e se deixamos de ter neonatologia fica comprometido o serviço. Agora, tudo bem, ó! grupo parlamentar, não me vou dirigir a nenhum, a portaria tem um prazo de implementação, que é 2015, está a afinar, todos nós sabemos que não há diplomas perfeitos, os diplomas têm que ser

trabalhados, o que está cá é preciso, o critério de classificação é necessário, o critério de classificação da rede hospitalar é necessário, volto a dizer, por portaria não concordo, agora vamos ajudar a construir um diploma que convença todos, acho eu.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Tem, agora, a palavra para a intervenção, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela.

----- **Telmo Afonso** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, bom dia.

----- A pedido de alguns colegas Presidentes de Junta, do PSD, presentes, não temos cá, hoje, o nosso representante, por motivos pessoais ou de trabalho, para manifestar o nosso interesse, porque tem todo o interesse para a população da região, e como dizia a Dr. Guedes de Almeida, nem penso que seja para ir para Vila Real, penso mais que é para ir para Mirandela, a Maternidade, com outros interesses privados, mas o grupo dos Presidentes de Junta do PSD também manifestam interesse em pertencerem a este grupo de trabalho e em subscrever esta Moção.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela, representante dos Presidentes de Junta do PSD, em substituição.....

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, julgo que em representação dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS.

----- **José Valente** – Sr. Presidentes da Mesa, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia, Público, Comunicação Social.

----- É assim, relativamente à questão da Moção, embora enquanto representante dos Presidentes de Junta do PS, nós estejamos de acordo com o conteúdo da Moção já aqui apresentada, mas tendo em conta que irá ser criado um grupo de trabalho, também manifestamos interesse em participar nesse mesmo grupo de trabalho.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Relativamente a este período de intervenções, não sei se a Mesa se esqueceu de alguma intenção de inscrição para intervenções, se for o caso, Srs. Deputados, coloquem o dedo no ar. .

----- Acho que não há.

----- Muito bem, está dada a indicação que há uma vontade generalizada dos Srs. Deputados e Presidentes de Junta, de partilharem a elaboração de um documento único, se possível. Nesse sentido a Mesa dava, agora, a indicação que eu disse há pouco, suspendia esta votação, e vamos reduzir às quatro horas do período da manhã, meia hora, e também iniciáramos os trabalhos, como eu disse há pouco, um bocadinho mais tarde no período da tarde, para dar tempo a vocês se organizarem, constituírem, e poderem trabalhar uma Moção conjunta que possa ser votada no período da tarde, porque senão teríamos que parar, agora, dez minutos, pelo menos, o que não tem condições, imaginam um documento deste teor poder ser preparado em dez minutos? Se lhes parecer bem e não houver contestação nesta matéria, seguimos os nossos trabalhos de acordo com as inscrições anteriormente feitas, a votação desta Moção, ou de outra que a venha a substituir, fica suspensa e votá-la-emos no período da tarde, logo ao início do período da tarde.

----- Bom, queiram fazer o favor de, agora, os grupos municipais fazerem o entendimento necessário entre vocês, não compete à Mesa fazer esse trabalho por vós, de se organizarem, combinarem o local, e as pessoas que vão constituir esse grupo de trabalho, nomeadamente também os timings e os documentos de suporte que naturalmente vão servir de base ao vosso trabalho.

----- A inscrição seguinte julgo que já estará prejudicada, mas eu faço a pergunta, era Ana Cláudia que tinha intenção de se inscrever para intervir, deve ser sobre este tema, portanto está prejudicada essa intervenção.

----- Seguinte inscrição, Vasco Cadavez, era a Moção, a mesma coisa, está prejudicada,.....

-----

----- **Presidente da Mesa** - Há outra Moção? Então, relativamente à saúde, estamos entendidos, vai apresentar uma outra Moção, tem a palavra Sr. Deputado Vasco Cadavez, do PSD. --

-----**Vasco Cadavez** – Sr.^a Deputada, eu quando jogava boxe gostava muito de fazer ultrapassagens, e era bem rápido, fazia bastantes, relativamente ao Presidente do nosso Grupo Municipal não tenho necessidade de fazer ultrapassagens, mas se jogar a bola com ele, ultrapassá-lo-ei, com certeza, sem ter problemas.

----- Muito bem, portanto no sentido da minha primeira intervenção, que ficou a meio, vou completá-la, então. Portanto, pretendo, em representação do Grupo Municipal do PSD, apresentar uma Moção sobre a rede escolar da Educação Pré Escolar e do Primeiro Ciclo do Concelho de Bragança. É óbvio que se trata de um assunto transversal a todos nós, pelo que propomos, de imediato, que esta Moção seja aprovada pela AM e portanto que represente, de facto, a nossa comunidade.

----- Eu passo a ler a Moção.

“ MOÇÃO

----- A Direção de Serviços da Região Norte da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DSRN-DGEE) apresentou proposta de encerramento definitivo de estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo com menos de 21 alunos, bem como da educação pré-escolar com menos de 20 crianças, com efeitos a 1 de setembro de 2014.....

----- Considerando que esta proposta demonstra um total desconhecimento da realidade da nossa rede escolar, do processo de reorganização que tem vindo a ser feito nos últimos anos e das condições a que as populações do nosso concelho estão sujeitas, em particular as nossas crianças.....

----- Considerando que uma proposta com estas características deveria ser debatida de forma concreta entre as instituições que têm responsabilidades nesta área, Câmara Municipal de Bragança, Direção de Serviços da Região Norte e Agrupamentos de Escolas, e serem analisadas, caso a caso, as propostas de encerramento.....

----- Considerando que o Município de Bragança tem desenvolvido uma ação proativa no que respeita ao procedimento da reorganização da rede escolar, tentando encontrar as melhores soluções para a população do concelho e aplicar, dentro do razoável, as orientações emanadas pelo Ministério da Educação e Ciência.....

----- Considerando que o processo de reorganização, desenvolvido nos últimos anos, conduziu ao encerramento da quase totalidade dos estabelecimentos de ensino na área rural.

Os alunos que frequentam as escolas básicas, com 1.º ciclo e ensino pré-escolar, localizadas nestas áreas são provenientes de diversas localidades de uma área envolvente muito abrangente em termos territoriais.....

----- Considerando as excelentes condições físicas da Escola EB1 n.º 7 de Bragança (Cantarias) e o facto de receber alunos desta zona.

----- Considerando que a concentração de alunos na EB1 n.º 8 (Artur Mirandela) trará problemas ao serviço de refeições escolares, uma vez que a sala modular instalada junto a esta escola, onde são servidas as refeições, não tem capacidade de resposta para um número maior de alunos.

----- Considerando que crianças entre os 3 e os 5 anos serão obrigadas a percorrer vários quilómetros, em tempo demasiado longo para esta faixa etária, para frequentar outras escolas. Considerando que a informação transmitida pelo agrupamento de escolas no âmbito da preparação do procedimento de contratação dos transportes escolares aponta para um aumento do número de alunos no próximo ano letivo.

----- Considerando que a Escola EB1 n.º 11 de Bragança – Formarigos apresenta uma especificidade em termos pedagógicos e sociais que é necessário realçar e ter em consideração num processo de reordenamento da rede escolar. Esta escola é frequentada por 9 crianças institucionalizadas na Obra Kolping da Diocese de Bragança-Miranda, situada a cerca de 500m, e 8 crianças em risco de exclusão social.....

----- Considerando o importantíssimo papel da Escola EB1 n.º 11 de Bragança – Formarigos na socialização da comunidade de etnia cigana, envolvendo-a nas atividades realizadas na escola e no acompanhando dos cuidados de higiene diária das crianças necessitam, permitindo que os mesmos sejam feitos nas instalações da escola.....

----- Considerando que o funcionamento dos Jardins de Infância, propostos para extinção, não representa acréscimo de despesa para o Ministério da Educação e Ciência, uma vez que funcionam em instalações do Município, que assume as despesas de funcionamento.

----- Considerando a vasta área geográfica que cada escola abrange e os longos percursos realizados, diariamente, pelos alunos, com condições climatéricas adversas e com uma duração excessiva para crianças desta faixa etária, resultado das características da nossa rede viária;

----- Considerando as condições adversas com que se debate o interior do país, a necessidade de coesão territorial e a sustentabilidade dos municípios que obrigam a que sejam

consideradas medidas de exceção, próprias e diferentes da regra geral, no sentido de contemplar a especificidade dos territórios de baixa densidade, por forma a não agravar, com a política e visão centralista, a já muito frágil situação demográfica do interior;.....

----- Considerando que o Município de Bragança tem sempre procurado a estabilidade, a unificação e o diálogo entre instituições tendo sempre presente a preocupação com o sucesso escolar dos nossos alunos, com a estabilidade das suas famílias, com a rentabilização dos espaços físicos existentes, que dotou de todas as condições necessárias ao seu bom funcionamento, e com a manutenção dos postos de trabalho dos docentes e não docentes;

----- Considerando que na Revisão da Carta Educativa do Concelho de Bragança, realizada em 2012, no âmbito da avaliação realizada e dos princípios de lhe estiveram subjacentes, foram propostos vários critérios a ter em conta no reordenamento da rede escolar, entre eles: “que as crianças do pré-escolar e do 1º CEB estejam o mais próximas possível das suas famílias”; “que nenhuma criança do pré-escolar se desloque durante mais de 10 km (20 ida e volta) e durante mais de 25 minutos (50 ida e volta)”; “que nenhum aluno se desloque mais de 18 km (36 ida e volta) para aceder à escola do 1º CEB”; que nenhum aluno se desloque durante mais de 40 minutos para percorrer esses 18 km” e “que, sempre que uma criança não seja abrangida pelos critérios anteriores, se mantenha aberto um estabelecimento de ensino o mais próximo possível daquela”

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Bragança vem por este meio:.....

- 1) manifestar total oposição à proposta da DSRN-DGEE de encerrar os Jardins de Infância de Gimonde e de Salsas, a EB de Parada (com JI e 1.º ciclo), a EB n.º 7 (Cantarias) e a EB n.º 11 (Formarigos);.....
- 2) manifestar total desacordo se a fusão dos códigos da EB1 e do JI de Santa Comba de Rossas levar à perda de importância e de serviços dos dois equipamentos escolares.....

Portanto é esta moção que temos a apresentar e gostaríamos que fosse subscrita por todos os grupos municipais e dela dando conhecimento imediato:

----- A Sua Excelência O Presidente da República;.....

----- A Sua Excelência O Primeiro Ministro;

----- Ao Senhor Ministro da Educação e Ciência;

----- Ao Senhor Diretor de Serviços da Região Norte da Direção Geral dos Estabelecimentos

Escolares;.....
----- Aos Senhores Deputados eleitos pelo Distrito de Bragança;
----- À Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes;
----- À Comunicação Social.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.
----- Seguem-se, agora, os pedidos de esclarecimento, pelo que a Mesa da Assembleia solicita aos Srs. Deputados que tenham intenção de o fazer, façam a sua inscrição.

----- Henrique Ferreira, do MSP, tenho já essa indicação, tem a palavra, nesse sentido.

----- **Henrique Ferreira** – Bom dia a todos, passo por cima das evocações, se me permitem. Não ouvi referir Quintanilha! Não está referenciada para fechar. Foi a única exceção que conseguimos salvaguardar em 2012, precisamente com base nos critérios que especificou.

----- Ia perguntar à Câmara se houve alguma reunião prévia com a DGESTE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares) para definir alguns critérios?

----- Em relação ao resto, portanto como isto é pedido de esclarecimento eu adianto, já, que nos solidarizamos com a Moção, como é evidente, mas não sei se na cidade ela é completamente defensável, compreendo a especificidade das Cantarias, compreendo a especificidade dos Formarigos, mas havendo menos de vinte alunos, lei é lei, é uma resolução do Conselho de Ministros de 2010, e portanto haverá que repensar, pelo menos, esses dois casos, porque estão situados a menos de 3Km um do outro, justamente por essa razão, mas pronto, mas agora conviria à Câmara Municipal invocar ou argumentar designadamente ao nível das características de mobilidade daquelas crianças, o caso dos Formarigos, características de etnia demográfica, penso que também é o caso, e características de mobilidade e talvez por aí fosse possível salvar as duas escolas. De momento é o que se me oferece colocar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado..

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, Alcídio Castanheira.

----- **Alcídio Castanheira** – Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Colegas, Srs. Presidentes de Junta, Órgãos de Comunicação Social, a todos muito bom dia.

----- Eu sou uma das pessoas que estive nos primórdios do reajustamento escolar ao nível do Distrito, e quero aqui recordar que foi um reajustamento que já estava programado há quase vinte anos, e numa altura em que se decidiu fazer o reajustamento chamaram-se todas as comunidades, os Srs. Presidentes de Câmara, na altura, as escolas, porque praticamente ainda não havia agrupamentos, ouviu-se a comunidade, ouviram-se os Pais, e foi um processo que demorou, nalguns casos, quase dois anos, alguns foi de imediato porque aceitaram e viram que realmente as condições seriam muito melhor para as crianças, noutros foi um processo negocial durante dois anos.....

----- Eu recordo-me, era coordenador da área educativa, na altura, e desloquei-me diversas vezes a Mirandela, Mirandela foi até um exemplo, Mirandela e Bragança eram dois Concelhos que tinham muitas escolas com menos de dez alunos, na altura, porque numa primeira fase encerraram-se as escolas com dez alunos, e, portanto, recordo-me, perfeitamente, as vezes que fui negociar com o Sr. Presidente da Câmara, e também as vezes que ele negociou com os Presidentes de Junta, e com os Pais, o encerramento de algumas escolas, e o barco foi levado a bom fim com esse diálogo.....

----- Se, agora, o Sr. Presidente da Câmara, se os Srs. Presidentes de Junta, se as Comunidades dos Pais, os Agrupamentos, não foram ouvidos, valha-me Deus! Temos que ser ouvidos, temos que dizer da nossa justiça, portanto há diversos critérios, Dr. Henrique Ferreira foi também uma das pessoas que teve muita intervenção, nomeadamente no que diz respeito ao Concelho de Bragança, na edição da Carta Escolar, conversámos também muito, na altura, esgrimiram-se muitos argumentos e finalmente chegou-se a uma conclusão, transitória, pelos vistos, já na altura eu dizia que era transitória aquela solução, pelos vistos agora mais transitória é, porque brevemente irá haver alterações.

----- De qualquer forma, quero dizer que é importantíssimo ouvir os pais, ouvir o Sr. Presidente da Câmara, porque o Sr. Presidente da Câmara deve dar a opinião acerca das condições físicas, e não só, e económicas, obviamente, estamos também num período difícil, e nós temos bons equipamentos escolares dentro da cidade de Bragança, é verdade, e portanto falar com as comunidades. Nós não estamos fora desta questão, achamos que, se calhar, a

Carta Educativa ainda não está perfeitamente afinada, portanto ainda é um pouco transitória, mas é importantíssimo ouvir os Pais e ter sempre em atenção o superior interesse das crianças.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra para o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, Luís Filipe Fernandes.

----- **Luís Fernandes** – Ora, muito bom a todos, e cumprimentava o Sr. Presidente da Mesa, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, Executivo, Srs. Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Membros da Assembleia.

----- Ora bem, eu venho aqui falar de uma questão que neste momento não está propriamente incrementada nesta portaria, mas que a curto prazo, tema que possa estar aqui numa outra portaria, no futuro, que é a questão da escola de Izeda.

----- A escola de Izeda, como sabem, dista 45Km de Bragança, e hoje ainda não tem problemas, mas tememos, com toda esta perca demográfica que temos no mundo rural, que a curto prazo venha a ter, e o alerta que eu deixava aqui, e é uma questão que eu penso que o Sr. Presidente da Câmara está sensibilizado para isso, mas o pedido que eu fazia e o alerta que eu fazia aqui a todos, e que possam ter intervenção nesta questão, é uma questão aberrante, que se passa naquela zona, em concreto, onde eu acho que os interesses das crianças são postas abaixo dos interesses dos agrupamentos e dos interesses das autarquias.....

----- Hoje Izeda tem uma escola fisicamente com todas as condições, humanamente e em termos docentes, funcionários também, com muita qualidade, já que faz parte de um agrupamento de Bragança, onde os docentes se deslocam de Bragança para lá, portanto uma questão que se punha aqui há uns anos, hoje não se põe.

----- Qual é a questão que nós reclamamos e que não nos apercebemos e não queremos entender e que muita gente não entende? É o facto da gestão das crianças ser feita por municípios, por agrupamentos.

----- As crianças da zona norte do Concelho, zona Norte, leste do Concelho de Macedo de Cavaleiros, desde Morais, Lagoa, Talhinhos, Talhas, Grelhós, que todos os dias se deslocam para

Macedo de Cavaleiros, passando no centro da Vila de Izeda. É esta questão que nós não percebemos, como é que crianças de tenra idade têm que se levantar uma hora e meia antes, e que passam o dia todo em Macedo de Cavaleiros e regressam para casa ao fim do dia, uma hora e meia depois, que tenham que ser obrigadas a cumprir este horário num autocarro onde percorrem todas as aldeias de Macedo para chegar a Macedo de Cavaleiros, à Sede do Agrupamento, que passam no centro da Vila de Izeda, porque é que a Câmara de Bragança e a Câmara de Macedo não arranjam aqui um entendimento, que já foi possível no passado, de estas crianças poderem ficar em Izeda?

----- Eu estou aqui a lutar por manter a escola, é lógico que esse é o interesse de todos nós em Izeda, mas eu acho que os interesses das crianças se devem sobrepor a todos os outros interesses de guerras, de números, de agrupamentos e de autarquias.....

----- Era esta a sensibilização que eu vos estava a deixar aqui, a todos, nesta Assembleia, para que no futuro não tenhamos que estar aqui a discutir o fecho da escola de Izeda.

----- **Presidente da Mesa** – Digo ao Sr. Presidente de Junta que estávamos ainda no período de esclarecimentos sobre a Moção. Eu entendi que tinha um pedido de esclarecimento direcionado.....

-----

----- **Presidente da Mesa** - Bom, é que não estava realmente a perceber... ..

----- Bom, houve alguns pedidos de esclarecimento, não sei se o Sr. subscritor da Moção pretende responder a alguma questão.

----- Passamos às intervenções, julgo que a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda se enquadrava neste período, já foi efetuada, porque no outro período tinha apenas três minutos para o seu pedido de esclarecimento.

----- Intervenções sobre a Moção, Srs. Deputados?

----- Francisco Pinheiro, do CDS/PP, tem a palavra para intervenção sobre o tema.

----- **Francisco Pinheiro** – O CDS/PP está disponível para apoiar uma Moção neste sentido, mas infelizmente este ano estamos a votar esta Moção e no próximo ano, ou dentro de dois anos, vamos votar a Moção sobre outras duas ou três escolas que vão fechar, isto é um

processo que começou há vinte anos, como recordou o Professor Castanheira, e não sei o que é que foi feito, por quem de direito, durante estes vinte anos, para que isso fosse corrigido, e o que é inevitável é que as escolas vão continuar a fechar, porque há cada vez menos gente no nosso Distrito e no nosso País, portanto faz sentido que votemos estas Moções, mas vamos continuar a votá-las enquanto não for decidido outra reorganização do País, portanto vamos apoiar a Moção, mas isto vai ser um debate recorrente enquanto o País não for reorganizado de outra forma.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Manifestou a intenção do CDS/PP relativamente à votação desta Moção.....

----- Mais intervenções sobre a Moção?

----- PS pede alguns instantes para tomar a decisão, não há por parte dos Srs. Presidentes de Junta, ou grupos municipais, intenção de intervir, eu tenho que insistir na questão, para o bom andamento dos trabalhos, questão direcionada ao Grupo Municipal do PS, se tem intenção de proceder a intervenção sobre este tema.

----- O MSP não tem intenção de intervenção sobre o tema?.....

----- Já fez pedido de esclarecimento.

----- Sr. líder do Grupo Municipal do PS, Bruno Veloso, tem a palavra para uma intervenção sobre esta Moção. E não havendo mais intenções de intervenção, passaremos depois à votação da Moção.....

----- **Bruno Veloso** – O Vasco fez questão de nos emprestar a Moção para dar aqui uma leitura e, de facto, estas Moções são grandes para análise, quase no imediato, mas alguns esclarecimentos adicionais e que nos levam a que, de facto, compreendamos o alcance desta mesma Moção, e portanto o nosso sentido de voto vai ser claro.....

----- No entanto, eu estava ainda aqui à procura no texto, eu já lhe tinha dito ao Vasco, fazer uma pequena correção, quando há aqui uma referencia que, e eu sito de cor, que há sete alunos de etnia cigana que frequentam a escola, eu preferia que disse-se sete crianças com algum risco de exclusão, porque eu acho que devemos tratar todas as crianças, independentemente da sua ???, como crianças. Era só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Fica, no entanto, a correção. É possível a alteração?.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito bem, há que fazer uma correção ao texto e entregar na Mesa a Moção corrigida.

----- Srs. Deputados, não havendo mais intenções de intervenção sobre esta matéria, passaremos à votação desta Moção apresentada pelo Sr. Deputado Vasco Cadavez, do PSD.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESSENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.**.....

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

----- Uma declaração de voto do PS, Alcídio Castanheira tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- **Alcídio Castanheira** – O Grupo Parlamentar do PS votou favoravelmente esta proposta porque acha, como já disse anteriormente, que devem ser ouvidas as comunidades, os Municípios, as Freguesias, os Agrupamentos Escolares, e as Comissões de Pais, nesse sentido e não devem ser tidos única e exclusivamente a “esquadro e régua” critérios uniformes para todo o País, porque, como sabemos, a nossa região tem algumas, designadamente na questão da população, e portanto deve ser tido em conta toda essa questão, para além dos superiores interesses da criança, e friso, os superiores interesses da criança, esses devem ser os primeiros critérios a termos em conta.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Está terminada esta votação, seguimos o encandeamento inicial das inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tem a palavra o Sr. Representante da CDU, António Morais , para a sua intervenção no PAOD.

----- Com esta intervenção finalizamos o PAOD, porque o tempo era de sessenta minutos, está terminado o período, tem intervenção, apenas, o Sr. Deputado da CDU, e entramos no

período da Ordem do Dia. Não quer dizer que os Srs. Presidentes de Junta e outros Deputados que estavam inscritos neste período, não fiquem prejudicados e possam fazer a sua intervenção no período seguinte, mas este período do PAOD termina com a intervenção do Sr. Deputado da CDU, António Morais, que tem a palavra.

-----**António Morais** – Bom, parece que estamos numa onda positiva, eu tenho aqui uma Moção, que creio que vai também merecer o consenso, porque se trata dos baldios.

“ Moção Os Baldios são do Povo

-----A recente proposta de Projeto Lei dos Baldios discutida e votada na Assembleia da República, no pretérito dia 2 de abril, é, antes de mais, uma afronta à Constituição da República e uma provocação aos povos serranos.

-----A Lei dos Baldios, conquista de abril, volta a estar na ordem do dia, ontem sob o interesse em transferir a propriedade baldia para a propriedade privada das autarquias, hoje, sob a arrogância incontida contra a propriedade comunitária e os direitos ancestrais das comunidades e seu legítimo património.....

-----Esta proposta de alteração à lei dos Baldios pretende descaracterizar os baldios enquanto bens comunitários, para posteriormente os atacar, os alienar, os extinguir. Pretende ainda, subverter o conceito de comparte, estendendo-o a todos os cidadãos da Freguesia, espoliando as comunidades locais do que é seu, há séculos.

-----Tenta-se culpabilizar os órgãos gestores pela inexistência de gestão dos baldios, insinua-se que o recrudescimento de conflitualidade na delimitação dos baldios e nas verbas cativas à ordem do Estado é culpa das comunidades locais, afirma-se que os baldios deixaram de ser um complemento da atividade agrícola, que estão mal aproveitados e mal geridos, diz-se que os baldios não estão a produzir os benefícios idealizados.

-----Esta argumentação revela um completo desconhecimento das competências e obrigações do Estado deste e de anteriores Governos e ministérios da Agricultura.....
Considerando que por atribuir direito aos baldios a quem não tem ou pode não ter, segundo os usos e costumes, direito a eles, este projeto é inconstitucional;

-----Considerando que a lei diz: “ao Estado compete tecnicamente a execução dos programas anuais de trabalho relativo à instalação, condução e exploração dos povoamentos, à construção e conservação de infraestruturas, ao melhoramento e exploração de outros recursos endógenos nas áreas baldias”;

-----Considerando que esta proposta de lei ofende e afronta a honra e o trabalho dos Conselhos Diretivos de Baldios e Assembleias de Compartes;.....

-----Considerando que esta proposta de lei é uma monstruosidade legislativa e constitucional e um retrocesso nos direitos dos povos que pode influenciar o aumento da emigração na nossa região;.....

-----Considerando que esta proposta, juntamente com o decreto lei 96/2013, que regula a Arborização e Rearborização no território nacional, pode influenciar negativamente a preservação da diversidade da floresta na nossa região e favorecer as grandes empresas industriais da pasta de papel e celulose;.....

-----Considerando que a manifestação, do passado dia 3 de abril em frente à Assembleia da República evidencia a rejeição, por parte dos compartes e legítimos proprietários dos Baldios, desta proposta de lei.

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida a 29 de abril de 2014, delibera:.....

1 – Rejeitar esta e qualquer proposta de alteração à Lei dos Baldios que vise expropriar os povos serranos;

2 - Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta alteração legislativa, em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior, e em defesa da identidade local;

3 - Exortar e mobilizar as populações para a luta em defesa dos Baldios e contra a sua privatização e descaraterização;

4 - Apelar a todos os autarcas, aos compartes, conselhos diretivos e Assembleias de Compartes e à população para o prosseguimento da luta e das diversas ações, contra esta e qualquer proposta de alteração da propriedade dos Baldios.

a) O eleito da CDU – António Morais ”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado, por favor, entregue a Moção aqui na Mesa. Está assinada?

----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento ao subscritor da Moção, por favor?

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções?

----- Júlio de Carvalho, do PSD, e Francisco Pinheiro, do CDS/PP.

----- **Júlio de Carvalho** – Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Sr. Deputados, eu queria dizer o seguinte sobre esta matéria.

----- É um assunto que me é grato porque tenho lidado imenso com problemas dos baldios, e tenho duas situações que são conhecidas, talvez a nível local e nível nacional, talvez tenha sido dos pouco advogados que ganhou no País duas ações aos conselhos diretivos dos baldios, que foi o de Carragosa e Soutelo, e o de França, foram duas situações complexas, que me deram muito trabalho, durante muitos anos.

----- Conheço a situação, até porque sou amigo pessoal do maior jurista sobre esta matéria, que é de São Pedro do Sul, tem a única obra, que eu conheço, de significado no País, e conheço, um pouco, a lei, não conheço, neste momento, este projeto lei, não o conheço, e creio que ninguém o conhece, eu não tive, pelo menos, acesso a ele, bastava-me isso para que eu sugerisse ao meu Grupo Municipal que nós votássemos contra esta Moção do meu amigo Dr. Morais.....

----- Mas queria dizer o seguinte: como sabe, o assunto não é tão pacífico como pode parecer, nós sabemos que nem sempre os conselhos diretivos estão ao serviço das comunidades, infelizmente, e a única entidade com legitimidade, na minha humilde opinião, que existe para gerir os baldios, são precisamente as Juntas de Freguesia, que conhecem precisamente a realidade local, conhecem os interesses que os baldios devem satisfazer, e sabem perfeitamente que os baldios nem sempre tem estado ao serviço das populações locais, tem estado, muitas vezes, aos serviços de interesses difusos, e até escuros, e conheço situações

dessas. Sei, inclusivamente, não é um caso, o Dr. Moraes refere, há uma tradição, mas a tradição também diz que, como sabe, sempre que não há conselhos diretivos quem administra supletivamente, até agora, os Baldios, são precisamente as Juntas de Freguesia.....

----- Temos vários estudos sobre esta matéria, tem sido um assunto complexo, sabemos que tem sido, mas tem o fim contado, os baldios vão ter que, forçosamente, ser entregues à gestão das Juntas de Freguesia, na minha opinião, que é a única solução gradual, é uma entidade eleita democraticamente, e não apenas por um grupo, sabemos das golpadas que têm sido feitas em alguns conselhos diretivos, nem sequer permitindo que um proprietário... e tenho conhecimento de algumas situações, até de recursos que foram feitos, manobras que têm sido feitas, muito pouco claras em relação à gestão dos Baldios.....

----- Portanto bastava-me isso, e bastava-me isso, e por desconhecimento do projeto lei, para que entenda que o PSD deve votar contra esta proposta.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra Francisco Pinheiro, do CDS/PP.

----- **Francisco Pinheiro** – Era para dizer que o CDS/PP vai votar também contra esta Moção porque os baldios, do conhecimento que eu tenho, não servem ninguém, não servem ninguém e são mais um contributo para a desertificação e para a falta de interesse em fazer qualquer tipo de investimento no interior. Porque a floresta é uma fonte de riqueza nos países mais avançados, e em Portugal não podemos estar sempre contra a grande indústria, porque a grande indústria gera riqueza, gera postos de trabalho. Eu vivo numa zona onde a grande indústria gera trabalho, os doze meses do ano, com base na floresta, e eu gostava de ver isso também na nossa região, não podemos estar todos com medo, “ ai que vem aí os eucaliptos! ai que vêm pinheiros!”, não! a terra é para ser utilizada e os Presidentes de Junta da Freguesia podem fazer esse serviço com muito mais eficiência do que qualquer comissão de baldios, que eu nunca vi um trabalho que fosse um exemplo de gestão dos baldios! Para mim, um baldio é um terreno que está abandonado, e nós temos uma área tão grande, temos freguesias que podem criar postos de trabalho para toda a gente que vive lá, e ainda vão ter que chamar

alguém para os ajudar, para fazer a gestão de uma floresta ordenada, que gera riqueza e que atrai investimento.

----- Portanto vamos votar contra esta Moção porque parece-me que é mais um garrote que quer pôr às terras do interior, que estão desertificadas e irão continuar se não houver um investimento, porque o dinheiro só sai de um lado, só sai da terra, tudo o resto é trocar dinheiro entre nós, portanto acho que, além de votar contra ainda poderia fazer uma Moção, se houvesse oportunidade, para implementar este projeto lei com a maior rapidez e passar para as Juntas de Freguesia a gestão desses terrenos que podem trazer riqueza às freguesias e ao Concelho de Bragança.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ainda há intenções de inscrição sobre o tema, estão a sugerir, agora, várias, não tinha reparado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela, depois o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, e depois Ana Cláudia Guedes de Almeida, do MSP, terão a palavra, agora o Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela.

----- **Telmo Afonso** – Mais uma vez bom dia. Infelizmente, e quanto sei, as coisas ainda não estão para passar para as Juntas de Freguesia, como disse o Dr. Júlio, e dou-lhe o exemplo da Freguesia de Espinhosela, tem quatro aldeias, duas delas têm bastante área em terrenos baldios, outras duas é mínimo, portanto cada uma das aldeias que tem baldios tem a sua comissão de compartes, em que essa comissão de comportes é restrito a cada aldeia. O novo projeto de lei não visa isso, e portanto esses dois baldios vão ter que se fundir num só, na área geográfica da Freguesia, mas no projeto de lei não diz nada, não diz que vai ser gerido pela Junta de Freguesia. O que acontece? Espinhosela e Terroso não têm baldios, tem pessoas recenseadas na Freguesia, como é obvio, e essa comissão de compartes, porque vai ter que existir uma comissão de compartes na Freguesia, não é a Junta de Freguesia que vai gerir os baldios, essa comissão de compartes pode sair de um grupo de pessoas de Espinhosela e Terroso, que nada têm a ver com a área geográfica do termo de Vilarinho e do termo de Cova de Lua, como dissemos. Portanto se esse projeto de lei salvaguardasse que fosse a Junta de Freguesia, independentemente de quem é ou quem deixa de ser, a gerir os terrenos baldios,

claro que eles vão ter um caris privado, portanto pode ser alienado esse património, ninguém vai contra isso, pelo que diz o Dr. Morais, mas portanto não está salvaguardado que é a Junta de Freguesia que vai gerir os baldios, que vão ser dois num, que dou o exemplo da Freguesia de Espinhosela.....

----- Portanto, isto, no futuro, em termos de comissão de baldios, de quem vai gerir os baldios, não sei o que vai dar e dei-lhe o exemplo de uma Freguesia.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de freguesia de Aveleda.

----- **José Valente** – Bom dia, novamente.

----- Eu, acompanhando um bocado o raciocínio do Telmo, é assim: Lá estamos a falar aqui de uma coisa assim um bocado de uma forma muito, perdoem-me a expressão, leviana, porque acho que é algo que tem que ser melhor estudado, provavelmente melhor visto e não da forma que está a ser, para já, feito aqui, acho eu. Isto porquê? Por exemplo, falando também como o Telmo, na minha Freguesia tenho quatro comissões de baldios, tenho quatro aldeias, cada aldeia tem a sua comissão de partes, e eu enquanto Presidente de Junta defendo todo o funcionamento dos baldios. Como é obvio, se calhar, nalguns dos casos não funcionará da melhor forma, noutros provavelmente funciona e eu tenho alguns dos casos, nas quatro aldeias estão os quatro a funcionar, não digo que da melhor forma, mas da melhor forma possível, e estão a funcionar, gerindo dentro das possibilidades e dos recursos que têm, daí que relativamente à questão da Moção, ou seja, votar contra, também relativamente a um projeto de lei que eu não sei se irá ser lei, ou o que é que realmente aquilo trás, acho que é assim um bocado complicado.

----- Relativamente à posição dos Presidentes de Junta do PS, vamo-nos abster relativamente a esta Moção, referindo também que em relação à questão da gestão dos terrenos baldios, é um bocado complicado, porque é uma questão que tem a ver mais com usos e costumes e também não é assim de uma forma tão leviana que deve ser discutido este tema.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Seguem-se as intervenções neste período.....

----- Tem a palavra Ana Cláudia Guedes de Almeida, do MSP.....

----- **Ana Almeida** – Também relativamente a esta Moção, e antecipando a posição do MSP, que é a da abstenção, pelo seguinte: Desde logo porque há que integrar este projeto legislativo num pacote legislativo mais amplo, que tem que ver com toda a reformulação da política de solos, que identifica o regime dos baldios como um problema atendendo à evolução demográfica das próprias regiões.

----- Portanto, os baldios, e tendo em conta também a reorganização administrativa, e isso foi tido em conta na iniciativa da reforma Autárquica, os baldios podem estar a ser considerados, e reparem, o regime atual também já prevê que possam ser cedidos, usados e fruídos por um período de vinte anos para outros fins que não aqueles que estão especificamente previstos nos regime dos baldios, e, portanto, também será uma forma, digamos assim, de externalizar e privatizar a sua utilização. Acontece é que pode ser visto como instrumento de politica de solos, mais disponível por parte dos órgãos autárquicos.

----- E, já agora, aqui, respondia aos dois Presidentes de Junta, nomeadamente quanto às competências da Junta de Freguesia, elas não têm que estar no projeto de lei porque estão na lei n.º 75/2013, se vocês forem ver às competências materiais da lei n.º 75/2013, continua a ser competência material própria da Junta de Freguesia, alínea oo, que diz “proceder à administração ou à utilização dos baldios sempre que não existam assembleias de compartes”. Portanto a atribuição é vossa, a não ser que alterem esta lei..

----- **Ana Almeida** – Pronto, mas não tem que estar, não é preciso estar, porque nós temos uma lei das competências das juntas de freguesias e está cá, portanto isso é um não problema.

----- Terceiro motivo para nos abstermos - efetivamente o desconhecimento como irá evoluir o próprio regime do projeto lei, e portanto seria, digamos assim, precipitado estarmos a votar a favor desta Moção.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Estão terminadas as inscrições para intervenções.

----- Vamos passar à votação.

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Deputado, pretendia.... mas já não tem tempo, Sr. Deputado! Lamentamos, já o esgotou quando foi da apresentação da Moção, não quisemos interrompe-lo, mas no virar da folha já o tinha esgotado, a sua Moção tem duas folhas, no fim da primeira folha já tinha terminado o tempo.

----- **Presidente da Mesa** – Não! Sr. Deputado, peço imensa desculpa, mas não, essa figura não tem cabimento. Quero dizer que teve mais que os três minutos, quando no virar da folha já tinha terminado o tempo e não quisemos perturbar a sua leitura até ao final, mas ficou prejudicada, lamento, mas não tem tempo disponível. Bom, e, de facto, a defesa da honra não cabe aqui.

----- Vamos passar, então, à votação desta Moção.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM QUARENTA E UM VOTOS CONTRA, VINTE E QUATRO ABSTENÇÕES E UM VOTO A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Telmo Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela, PS, e CDU.

----- **Telmo Afonso** – Em relação ao que disse a Dr.^a Cláudia, nós já sabíamos isso, que as Juntas de Freguesia têm a obrigação de gerir os baldios caso não haja comissão de partes, mas também se houver a intenção de um grupo de pessoas em formar uma comissão de baldios, a Junta de Freguesia deve incentivar e facilitar para que ela seja realizada e portanto a gestão dos baldios fica logo sobre a alçada da comissão de baldios.....

----- Abstive-me em relação a esta Moção porque acho que este novo projeto de lei vai trazer conflitos, no futuro, em algumas freguesias, e falo da Freguesia de Espinhosela, porque aquilo que eu disse em relação à gestão dos baldios vai acontecer, pode aparecer um grupo de

peessoas a gerirem os baldios, que não têm nada a ver com a aldeia, ou com o termo da aldeia onde existem esses baldios.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, Pedro Rego, do PS.

----- **Pedro Rego** - Muito bom dia a todos.

----- A abstenção do PS vai muito em contra com o que disse o Telmo aqui, e realmente é um assunto delicado e que causa algum incómodo e causa algumas dúvidas ainda mesmo que neste processo, está previsto que funcione, como o Telmo disse, um negócio, um plano de atividades, e a grande questão aqui é que esta nova proposta de lei pode abrir azo a que se faça um registo dos terrenos, que até agora não era possível por serem compartes, e, ao abrir essa porta, é um abrir porta a uma possível privatização e que esses terrenos possam ser geridos sobretudo por outras pessoas que não o povo. Estes baldios são ainda os únicos terrenos que fazem parte do povo e que são do povo. Eu, em meu entender, seria mais um fim de uma belíssima tradição comunitária. Portanto neste ponto o PS abstém-se.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, António Morais, da CDU.

----- **António Morais** – A recente proposta de projeto lei de baldios, discutida e votada na Assembleia da República, já está, não vai estar, já está, esta proposta, do ponto de vista politico, se quiser, quando afirmamos na nossa intervenção - ao melhoramento e exploração de outros recursos endógenos nas áreas baldias - nomeadamente a floresta para as celulosas e para a indústria da madeira, não temos preconceitos, Sr. Membro do CDS, não temos, está aqui na nossa moção, e recordar que a propriedade baldia é um termo constitucional, isto vem subverter completamente aquilo que está na constituição. Portanto a história ainda se vai fazer sobre a questão dos baldios, porque as incongruências que foram patentes nas intervenções vão saltar.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, Henrique Ferreira, do MSP.

-----**Henrique Ferreira** – Quando a Moção foi apresentada eu fiz dois juízos, o primeiro foi que a Moção estava extremamente politizada, e o segundo foi que a Moção não tinha objeto definido, ou seja, eu não percebi a Moção, pela sua ambiguidade, a Moção não estava suficientemente explicada. Depois, com o decorrer das intervenções, fui-me esclarecendo, mas não o suficiente. E, por outro lado, havendo uma lei recente que é a lei n.º 75 de 2013, que é clara nessa matéria, e havendo uma lei de solos, obviamente, pareceu-nos que a melhor posição a tomar era a abstenção, porque não conhecíamos a lei, porque também não sabíamos concretamente do que é que se tratava aqui.

----- É evidente que o assunto é polémico, mas também deixa-me ter aqui a primeira gargalhada da manhã, não deixa de ser interessante que a reforma agrária do PCP seja agora assumida por uma pessoa do CDS, chamar à Assunção Cristas que venha a propor banco de terras, sabe-se lá se tudo isto não vai no sentido de aumentar o banco de terras, e se for isso até nem é objetivo muito desaconselhável, portanto é obvio, agora também há que ver aqui outra coisa, é que uma boa parte dos baldios estão ao abandono, pela crise demografia, e portanto há que introduzir, de facto, aqui alguma racionalidade. Portanto, olhe! Não sabendo para que lado havíamos de tombar, tombámos para o meio, ficamos no meio, e portanto à procura de melhores esclarecimentos. Muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua declaração de voto.

----- Terminado este período, entramos no ponto seguinte.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

“- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea c) do n.º.2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 04 de fevereiro de 2014.

1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

1.1 - Divisão de Administração Financeira

1.1.1 – Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial

Com reporte ao período de 1 de janeiro a 31 de março de 2014, a execução bruta do Orçamento da receita é de 19,2% (*i.e.* de 6.528.950,13€), para um Orçamento da despesa paga de 15,59% (*i.e.* de 5.280.607,38€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram, até 31 de março de 2014, uma execução financeira de 11,11% (*i.e.* de 1.021.864,33€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos, no montante de 955.032,43€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal, no valor de 66.831,90€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções económicas, com um valor de despesa paga de 494.704,31€. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 12,57% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia, atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 4,18%.

O passivo da autarquia regista em 31 de março de 2014 uma dívida a terceiros de médio e longo prazo de 6.410.064,61€ (uma diminuição de 321.705,02€, ou seja, de – 4,78 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013) e uma dívida a terceiros de curto prazo de 4.689.752,33€ (uma diminuição de 314.686,90€, ou seja, de – 6,29 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013). A evolução global da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de março de 2014 uma diminuição de 636.391,91€, ou seja, de – 5,42 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2013.

Foram deliberados em reunião de Câmara apoios financeiros para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 115.551,07€.

1.2-UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.2.1. Serviço de Expediente Geral e Arquivo

Foram tratados 160 documentos em suporte de papel, 850 documentos na aplicação informática de atendimento e registadas 1120 faturas na aplicação informática POCAL.

No âmbito da Lei n.º 37/2006, de 09 de agosto, foram emitidos 8 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia, sendo prestado, também, outro tipo de informação, referente a assuntos de legalização.

Atendimento ao público

O Balcão Único de Atendimento, nas suas mais diversas vertentes e serviços, nomeadamente urbanismo; águas e saneamento; ação social; transportes; e demais atividades de atendimento que são realizadas ao nível de outros serviços e departamentos municipais, tais como feiras, mercados, execuções fiscais, cemitérios, parqueamentos automóveis, etc, no período em referência, apresenta os seguintes resultados, ao nível de atendimento: Urbanismo: 1.122; águas e saneamento: 2.202; ação social e outros:760; transportes: 784; Foram encaminhados e atendidos uma média de 4.867 munícipes, registando um tempo médio de atendimento de 04:10 minutos e um tempo médio de espera de 06:09 minutos.

Serviço de Arquivo

Desde o dia 05 de março de 2014, as Técnicas afetas a este Arquivo têm elaborado todos os documentos inerentes ao processo da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), tendo por objetivo a certificação deste serviço. Procederam, ainda, ao apoio à investigação, em curso, sobre a obra “Bibliografia do distrito de Bragança”, da autoria do Dr. Hironidino da Paixão Fernandes.

1.2.2 . Serviço de Recursos Humanos

Para além das normais tarefas do Serviço, esta Secção procedeu ao acompanhamento dos seguintes procedimentos concursais por tempo indeterminado: - 1 Técnico Superior- área de atividade- Geografia e Planeamento Regional-Período experimental; - 1 Técnico Superior- área de atividade - Comunicação Social; - 1 Assistente Operacional- área de atividade - Operador de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais; - 3 Assistente Operacional- área de atividade- Limpeza das Instalações; - 1 Técnico Superior- área de atividade- Relações Públicas; - 1 Assistente Operacional- área de atividade - Manutenção das Instalações; - 1 Técnico Superior- área de atividade- Engenharia de Produção Animal (Matadouro Municipal); - 8 Assistentes Operacionais (Matadouro Municipal); - 1 Assistente Operacional/Encarregado Operacional (Matadouro Municipal).

Processos de aposentação em curso, a aguardar resposta da C.G.A.: 6 processos.

Acompanhamento de 8 processos, no âmbito pessoal do afeto ao centro de emprego com Contrato Emprego Inserção, nas áreas de Serviços Gerais, Ação Educativa e Apoio à Infância e distribuição do correio.

Ao abrigo da Candidatura, Contrato Emprego Inserção-Património, para 20 processos, foram colocadas 13 pessoas, distribuídas pelas diversas unidades orgânicas da autarquia.

Acompanhamento de estágios profissionais, não remunerados/curriculares: 2 no Departamento de Serviços e Obras Municipais; 7 na Divisão de Ambiente, Águas e Energia; 2 na Divisão de Logística e Mobilidade; 1 na Unidade de Desporto e Juventude; 2 no Serviço de Informática; 2 na Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social.

Foi desenvolvido todo o processo relativo a cinco ações de formação, sobre os temas:

- “Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro-Freguesias”, que se realizou em Bragança, direcionada para as Juntas de Freguesia de Bragança, num total de 39 participantes.
- “Seminário: Delegação de Competências Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais” em Coimbra, na qual participaram 5 trabalhadores.
- “Seminário: A Prestação de Contas e a Responsabilidade Financeira das Autarquias Locais” no Porto, na qual participaram 2 trabalhadoras.
- Formação AITA “Curso de Refrescamento/Aperfeiçoamento Inglês Aeronáutico para Agente de Tráfego de Aeródromo”, em Lisboa, no qual participaram 2 trabalhadores.
- Curso “Protocolo Autárquico”, no Porto, no qual participou 1 nomeado.

Serviço de Informática

Desde o dia 01 de março e até à presente data destaca-se a realização das seguintes atividades:

- **Faturação de contribuintes:** No âmbito da obrigatoriedade de emissão de fatura para todas as prestações de serviços, foi implementada uma solução que permite gerir toda a faturação emitida na Autarquia. Sendo o módulo de faturação de contribuintes transversal a várias aplicações, foi necessário parametrizar as aplicações que emitem faturas e transmitir

conhecimentos aos utilizadores para uma correta utilização. Abrangeu as seguintes aplicações: Faturação de contribuintes, Faturação Diversa, Pocal, Águas, Publicidade, Rendas, Obras Municipais, Ensino, Feiras e Mercados, Cemitérios e Contratação Pública.

- **Renovação de imagem de websites:** Está a decorrer um projeto que visa proceder à renovação da imagem dos websites da Autarquia. Numa primeira fase estamos a proceder à renovação dos websites da Câmara e do Teatro. Foi desenvolvida uma nova conceptualização gráfica para os dois sites. Os conteúdos estão a ser revistos pelos serviços para serem reorganizados segundo as novas áreas. Finalmente proceder-se-á à migração de conteúdos para o novo site e à formação de utilizadores.

Implementação de uma rede sem fios com gestão centralizada: Foi implementada uma solução que permite gerir centralmente todos os pontos de acesso sem fios. Passou a existir um acesso sem fios livre para convidados e um acesso com autenticação, para os colaboradores da autarquia. Deste modo facilmente se disponibiliza acesso a todos os que tenham dispositivos móveis (telemóveis, tablets, portáteis).

Upgrade de software Office e Windows: Está em curso a atualização de software em parte do parque de equipamento da autarquia. Consiste em atualizar o software Microsoft Office e o Sistema operativo Windows para as versões mais recentes.

Implementação de software de gestão informática: Está em curso a implementação de aplicações de gestão do parque informático. Trata-se de software essencial para que o Serviço de Informática possa gerir equipamentos e software, abrangendo o inventário de equipamentos, a monitorização da rede, a gestão de backups e a gestão de máquinas.

Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ): Tem vindo a ser dada continuidade ao processo de certificação de serviços através da norma ISO 9001:2008. Os procedimentos e práticas estabelecidas têm vindo a ser cumpridos. Em 2014 foi decidido incluir duas novas áreas no âmbito do SGQ: Biblioteca Municipal e Arquivo.

Assessoria jurídica e contencioso: Prestou apoio nas seguintes áreas: Habitação social; Património; Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

2 - Divisão de Educação, Cultura e Ação Social

2.1. Serviço de Educação e Ação Social

Educação

Tendo em vista a instalação do Conselho Municipal de Educação para o mandato autárquico 2013-2017 desenrolou-se o processo de eleição dos representantes do pessoal docente do ensino secundário público, do ensino básico público e da educação pré-escolar pública no Conselho Municipal de Educação, de acordo com a alíneas c), d), e e), do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, na sua redação atual. O ato eleitoral realizou-se no dia 25 de março de 2014, nas escolas sede dos Agrupamentos de Escolas, conforme o procedimento adotado para o ato eleitoral e o cronograma com as etapas do processo eleitoral aprovados na reunião ordinária da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2014. Estando indicados e eleitos os representantes das entidades com assento neste órgão proceder-se-á, brevemente, à sua instalação e dar-se-á início à sua atividade.

No âmbito do programa de “Controlo de Salubridade” das Cantinas do Pré-escolar e 1.º CEB, foram visitadas três unidades recetoras das refeições escolares (abrangendo um total de 280 refeições) e as instalações onde são confeccionadas, diariamente, as refeições escolares de 470 alunos.

No final do segundo período letivo usufruíam de suplemento alimentar 292 alunos do 1.º ciclo do ensino básico integrados no 1.º escalão do abono de família de crianças e jovens da segurança social.

Deu-se início ao processo de divulgação e abertura das candidaturas ao serviço de refeições escolares, manuais escolares e prolongamento de horário para o ano letivo 2014/2015, para os alunos do 1.º ciclo do ensino e básico e do pré-escolar das escolas da rede de ensino público do concelho de Bragança.

No mês de março participaram nas sete sessões formativas, ministradas pelos agentes do Programa Escola Segura da PSP, na Escola Fixa de Trânsito, 177 alunos do 1.º ciclo do ensino público e privado concelho.

O Município de Bragança colaborou, ativamente, com a Universidade de Aveiro na passagem por Bragança do RoadShow de Literacia Financeira, apoiando a realização da Exposição

Interativa de Educação Financeira, que esteve disponível, nos dias 25, 26 e 27 de março de 2014, nas instalações do Edifício Paulo Quintela, em Bragança, dirigida a jovens dos 7 aos 17 anos e público em geral, com o principal objetivo de sensibilizar e mobilizar a população para questões da literacia financeira, contribuindo para a formação de uma geração mais informada e mais consciente dos desafios financeiros do dia a dia. Cerca de 500 alunos das escolas do Concelho de Bragança, dos 7 aos 17 anos, puderam, assim, aprender um pouco mais sobre educação financeira.

No período de fevereiro a abril os representantes do município nos conselhos gerais dos agrupamentos de escolas participaram numa reunião em cada um dos conselhos.

Ação Social

Desde o início do mês de fevereiro até ao início do mês de abril de 2014, realizaram-se cerca de 100 atendimentos sociais, nos quais se analisaram diferentes pedidos de apoio social solicitados, mediante a elaboração de diagnósticos, com conseqüente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

Foram realizadas 15 visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas e para avaliação social (visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, Bairro dos Formarigos, União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, Rio Frio, Quinta de Vale Prados, Zoio, Sanceriz, Macedo do Mato, Alfaião, Mós, Paçó de Mós e Gondesende).

Os atendimentos sociais efetuados às famílias incidiram sobre as seguintes solicitações: atualização processos de habitação social dos três bairros sociais; pequenas reparações em imóveis pertença do município (habitação social); beneficiação habitacional na zona urbana e rural; apoio alimentar e para aquisição de medicação; articulação com a Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Bragança para encaminhamento e análise de situações irregulares; dívidas de renda e de consumos de água; isenção do cartão do Município; ação Social Escolar; solicitação de atribuição de tarifário de famílias carenciadas; pedidos de mudanças de titularidade dos imóveis de habitação social, pelo falecimento ou abandono do primitivo arrendatário.

No âmbito da habitação social decorreu, nos meses de fevereiro e março, a atualização de dados dos processos dos agregados familiares residentes em habitação social com vista a obtenção de informação sobre a composição do agregado familiar, apuramento de rendimentos, sinalização de situações de deficiência/doença crónica e sobrelotação e para encetar o processo de atualização de rendas.

Foi dado início ao processo de organização da IV Feira de Emprego, Educação e Solidariedade de Bragança envolvendo os parceiros Associação Académica do IPB e o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires.

No âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança (CPCJ), os técnicos do Serviço de Educação e Ação Social participaram em 2 reuniões da comissão, nas modalidades restrita e alargada.

Os técnicos do SEAS participaram, ainda, em 5 reuniões do NLI – Núcleo Local de Inserção Social, órgão local a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, para aprovação e homologação de Contratos de Inserção (CI), participação na elaboração do Plano de Ação de 2014, análise de constrangimentos ao cumprimento dos CI e conseqüentemente à autonomização dos beneficiários RSI.

No âmbito do trabalho desenvolvido na Rede Social do Concelho de Bragança assinala-se a realização de uma reunião, no dia 4 de abril, com a presença de elementos da direção do Centro Social e Paroquial de S. Lourenço (Quintela de Lampaças) - CSPSL, no âmbito do pedido de parecer à Rede Social para criação de nova resposta social, Centro de Noite (CN), de uma reunião em 07/04/2014 com a presença de elementos da direção da Cáritas Diocesana de Bragança, no âmbito do pedido de apoio à Rede Social para avaliação das condições existentes para criação de novas respostas sociais, designadamente, Centro de Apoio à Vida (CAV), Centro de Acolhimento Temporário (CAT), de uma reunião do Núcleo Executivo (11/04/2014) sobre o pedido de parecer do CSPSL e a participação numa reunião da Plataforma Supra Concelhia da Rede Social, em Bragança (31/03/2014). Encontra-se em preparação da 24.ª Sessão Plenária do CLAS-Rede Social de Bragança que ocorrerá brevemente.

2.2. Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea- No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 22 de março, e estará patente até 28 de junho, a exposição “Ensaio Sobre a Cegueira” - escultura, vídeo e desenho - de Bernardí Roig.

Apresentada pela primeira vez em Portugal, é dominada pelas esculturas inteiramente brancas de tamanho natural e com fortes conotações realistas, a que associa elementos como as lâmpadas fluorescentes cuja intensidade branca, ao invés de facilitar, impossibilita a visão.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, continua patente a exposição “Cadernos da Montanha”, pintura e desenho, onde frutos, flores silvestres ou tubérculos são alguns dos referentes que abrem simultaneamente a obra a territórios de silêncio, de sensualidade e fertilidade ou tão-somente à passagem cíclica das estações.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março foram realizadas 41 visitas guiadas e oficinas solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 2.956 pessoas, na sua maioria portugueses (2.778) e espanhóis (150), sendo 1007 no mês de janeiro, 777 no mês de fevereiro e 1172 em março.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje- Nos meses de fevereiro e março visitaram o museu 968 pessoas, sendo 370 referentes a fevereiro e 598 a março. Neste período foram realizadas 9 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Teatro Municipal de Bragança - Durante os meses de janeiro, fevereiro e março realizaram-se 24 espetáculos, com 45 sessões. No mês de fevereiro, a taxa de ocupação foi de 73,80%, com 1.820 espetadores, e o mês de março contou com 76,30% de taxa de ocupação e 2.347 espetadores.

De destacar mais uma edição do “27 - VINTE e SETE” - Festival Internacional de Teatro que pelo 10.º ano consecutivo se realiza em Bragança e Vila Real.

No seu habitual e programático ecletismo, o festival integra grandes clássicos da dramaturgia universal e textos de autores contemporâneos, levados à cena por algumas das companhias e atores mais relevantes do panorama nacional, como as peças Édipo (de Sófocles) pelo Teatro

do Bolhão, À Espera de Godot (de Samuel Beckett) pelo Ensemble, Caso Hamlet, Macbeth, A 20 de novembro e Os Bolsos Cheios de Pedras. A outra participação estrangeira na edição de 2014 do festival é M3, um espetáculo de humor gestual apresentado pelo espanhol Mr. Kubik.

Para o público infantil estão agendadas duas produções: Uma História Desafinada, Ou Nem Por Isso, pelo Teatro das Beiras, e A Cidade Verde e a Cidade Azul, uma peça coreográfica da companhia Quorum Ballet.

Biblioteca Municipal - Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público. No mês de janeiro foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 20 monografias e efetuada a correção de 6481 registos (no sentido de uniformizar os registos catalogados com a Biblioteca Nacional é necessário proceder à correção de 4 campos na nossa base de dados), em fevereiro 45 monografias catalogadas e 8806 registos corrigidos e em março 217 monografias catalogadas e 3015 registos corrigidos.

Durante o mês de fevereiro registaram-se 1735 utilizadores e no mês de março 1580.

Nestes meses, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leituras partilhadas, desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 477 crianças em fevereiro e 536 em março.

Nos dias 17 e 18 de março, integrada na programação da “Semana da Leitura” decorreu a atividade “O Escritor vai à Escola”, no âmbito da Rede de Bibliotecas de Bragança, com a escritora infantil Sílvia Maria Teixeira Alves que desenvolveu atividades sobre a sua obra nos Agrupamentos de Escolas de Bragança e na Escola de Izeda.

Biblioteca Adriano Moreira- Nos meses de janeiro (78), fevereiro (77) e março (124) registámos a presença de 279 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições - Desde o dia 31 de janeiro estão patentes, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões, a exposição de pintura “Seus Amores / Amores Meus”, de Manuel Duarte Ferreira, a partir da obra “Meus Amores”, de Trindade Coelho e a exposição “Desenho a várias mãos”, de J. Freire e companhia, constituída por 61

trabalhos desenhados por 51 crianças e finalizados, posteriormente, pelo artista João Carlos Freire.

Outras atividades:

Nos dias 1, 3 e 5 de março realizou-se a V edição do Carnaval dos Caretos. Do programa constava o desfile “Carnaval dos Caretos”, que teve de ser cancelado devido às condições climatéricas, a “Luta da Galhofa” e a “Queima do Diabo” que se realizaram na Praça Cavaleiro de Ferreira, ao início da noite do dia 1 de março, e foram presenciadas por um elevado número de espetadores. O evento contou com o apoio da Academia Ibérica da Máscara e do Instituto Politécnico de Bragança.

No dia 3 de março, no Pavilhão Clube Académico de Bragança decorreu a Festa “Carnaval Jovem”, com a DJ Carolina Torres, numa organização da Câmara Municipal em parceria com as Associações de Estudantes dos Agrupamentos de Escolas.

Na Quarta-feira de Cinzas, e como encerramento do programa, deu-se a saída do “Diabo, Morte e Censura” pelas ruas da zona histórica da cidade dando continuidade ao retomar da tradição iniciada em 2012.

No Dia Mundial da Poesia, a 21 de março, crianças dos Agrupamentos de escolas do Concelho de Bragança deram cor e vida à zona histórica da Cidade de Bragança.

A Praça da Sé foi transformada no principal palco da maior parte das atividades executadas e apresentadas pelos mais pequenos. António Lopes Vieira, Alice Vieira, Carlos Paião, Jorge Sena, Alice Gomes, Gomes Leal, Almada Negreiros, Miguel Torga e Fernando Pessoa foram alguns dos autores representados. O dia contou, ainda, com diversas instalações executadas pelos alunos das Escolas de Bragança.

No dia 12 de abril, realizou-se uma caminhada que assinalou o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios cujo tema para o corrente ano é “Lugares de Memória”. Participaram 55 pessoas que, para além da componente desportiva, tiveram oportunidade de visitar e interpretar, com a ajuda da arqueóloga da Câmara Municipal, alguns “lugares de memória” do concelho, como o Centro de Memória do Forte S. João de Deus e os vestígios do Forte de São João de Deus, o Tojal dos Pereiros (sítio de interesse geológico), a Ponte de Areães, o

Pelourinho e a casa da Cadeia de Gostei, a Torre Velha (sítio de interesse arqueológico) e o Mosteiro de Castro de Avelãs, e os fornos da cerâmica do Campo Redondo (sítio de interesse da arqueologia industrial).

2.3. UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

Para além das normais tarefas incumbidas a esta Unidade, foram realizadas 5 caminhadas no meio rural (Nogueira, Carrazedo, Grijó de Parada, Macedo do Mato, Meixedo), com uma média de 80 participantes, inseridos no projeto “Bragança Saudável, Bragança Solidária”.

Está, ainda, a decorrer o projeto Desporto Sénior no Meio Rural, que visa abranger todos os munícipes com mais de 65 anos, nas Freguesias de Grijó de Parada com uma média de 15 participantes, na de São Julião de Palácios, com uma média de 20 participantes e na do Paço de Rio Frio com uma média de 30 participantes.

Dia 6 de abril, decorreu um passeio de BTT, inserido no projeto “Bragança Saudável, Bragança Solidária”, que contou com 137 inscritos que percorreram 47 km.

No dia 11 de abril, à noite, realizou-se a X Maratona de Hidroginástica – Hidro By Night, na Piscina Municipal de Bragança. Munidas com pulseiras luminosas e ao som de ritmos animados, cerca de 50 pessoas, de todas as idades, participaram na iniciativa promovida pelo Município de Bragança.

Quanto ao número de utilizadores dos equipamentos desportivos municipais durante os meses de janeiro, fevereiro e março, na Piscina Municipal verificou-se um total de 19.595 utilizadores, no Pavilhão Municipal 8.820 utilizadores, no Campo do IPB 3.386 utilizadores, no Campo do CEE 8.132 utilizadores, no Estádio Municipal 1.278 utilizadores, no Pavilhão Bancada 2.187 utilizadores e na Pista de Atletismo 225 utilizadores.

2.4 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Durante o período de 01 de março a 14 de abril, foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 1175 turistas. A nacionalidade com maior expressão é a espanhola com um número de 472, representando 40,2% dos visitantes. Os franceses, com um número total de 255 visitantes, correspondem a 21,7%. Os alemães contabilizam-se, até ao momento, 100 e correspondem a 8,5% do total. Os nacionais, curiosamente com o mesmo número dos outros

países, têm cada um o número total de 174 visitantes correspondendo a cada 14,8% do número total de turistas que entraram no Posto Municipal de Turismo.

A Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social tratou, ainda, da congregação de material promocional sobre o concelho para que, em articulação com a Associação de Municípios da Terra Fria, pudesse ser distribuído na Bolsa de Turismo de Lisboa de 12 a 16 de março; Fez o acompanhamento do trabalho de Caracterização da Terra Fria Transmontana e Construção do Atlas – Guia da Rota da Terra Fria – Associação de Municípios da Terra Fria; Colaborou, com a Delegação do Touring Cultural & Paisagístico e dos Patrimónios, do Turismo do Porto e Norte de Portugal, na redação e congregação de informação subordinada aos seguintes temas: Miradouros a Norte de Portugal; Agenda Festas e Romarias no Norte de Portugal; Agenda de Festivais de Jazz, Música Clássica e Música Sacra. Cooperou, ainda, com a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal na cedência de informação para respetiva divulgação sobre as atividades promovidas pelo município – Feira das Cantarinhas e Artesanato.

Com o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular na divulgação dos eventos promovidos pela autarquia. Verificou e atualizou os conteúdos inerentes à reformulação da página web do Município; Preparação a logística inerente à realização da Feira das Cantarinhas e participou no 1.º Encontro de Técnicos dos Postos de Turismo da zona fronteiriça na Puebla de Sanábria. No dia 22 de março, fez-se uma visita guiada à zona histórica de 99 professores do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto.

Ainda no âmbito das atividades da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social, foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Diocese de Bragança-Miranda/Pastoral de Turismo, com o objetivo de promover e dinamizar o turismo religioso.

3 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo

Neste período, foram abertos três concursos no valor de 72 600,00€+IVA: - Beneficiação e Pavimentação das vias Municipais - E.M. 524 Grijó de Parada a Carocedo e C.M. 1046 à E.N. 524

a Freixedelo - Trabalhos Complementares (20.000,00€+IVA); - Ligação do furo em Alfaião e reposição do pavimento na rua do Picadouro em Bragança (40.600,00€+IVA); - Elaboração de projeto de recuperação e adaptação de dois edifícios para a instalação das Conservatórias do Registro Predial e Comercial, e Civil, no Centro Histórico (12.000,00€+IVA).

No mesmo período, foram efetuados trabalhos de beneficiação de fogos dos bairros sociais.

Divisão de Logística e Mobilidade

Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, através do parque de máquinas municipais, procedeu-se à limpeza de aceiros e caminhos florestais em Izeda, Calvelhe, Serapicos, Sendas, Rebordainhos, Quintela, Salsas; à limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas municipais e caminhos rurais do concelho; à manutenção de pavimentos na rede viária municipal; à limpeza de lixo depositado em bermas e valetas das estradas. Encontrando-se em fase de conclusão os trabalhos de alargamento da estrada Municipal 1061 e da CM 1062 Mós/Valverde/Paredes.

No que concerne à Mobilidade, no período em análise, o serviço de transporte de turismo efetuou 64 viagens, transportou 2.624 passageiros, percorrendo 11.520 kms. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efetuou também o transporte diário de alunos do 1.º ciclo para os almoços e para as atividades extracurriculares.

Relativamente aos Parques de estacionamento, verificou-se um aumento na utilização do estacionamento subterrâneo em cerca de 5,5 % em relação ao ano anterior.

Tendo em conta que as taxas com estacionamento não sofreram qualquer aumento no ano de 2013, podemos concluir que ao aumento da procura na utilização do estacionamento, principalmente no subterrâneo, poderá ser consequência da estratégia municipal de dinamização e animação do centro histórico.

4- DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

4.1- Serviço de Águas e Saneamento

Neste setor, foram executados trabalhos de reparação de ruturas e de edifícios da Câmara Municipal, verificou-se 27 ações de desobstrução de coletores e 29 de limpeza de fossas.

Continuam em curso, e a bom ritmo, as obras de construção da Barragem de Veiguinhas, após 18 anos de suspensão.

Na Zona Industrial das Cantarias (Rua Arquiteto Viana de Lima), foi ampliada a rede de abastecimento de água. Em Alfaião, executou-se a caixa no furo e foi colocada a caixa de contador para pedir a baixa. Em Baçal, colocaram-se caixas à cota e arranjou-se o caminho para posterior desobstrução da rede de saneamento.

Está, ainda, em execução a empreitada “Saneamento e construção de ETAR nas aldeias de França, Rabal e Rebordãos”, com um valor da adjudicação de 601.149,61€ + IVA.

Em fase de análise está a empreitada “ligação do furo em Alfaião e reposição do pavimento na rua do Picadouro em Bragança”.

A Divisão de Ambiente, Águas e Energia tem, ainda, em execução o concurso para aquisição de serviços para a “Reparações dos apartamentos no Bloco D, 1º Entrada, 2º Esq, Bloco D, 3º Entrada, r/chão Dt. E Bloco F, 2º Entrada, 2º Dt.”.

4.2. Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana

Realizados os seguintes trabalhos:

- 1. Manutenção Urbana:** Manutenção de sinalética vertical em perímetro urbano. Pintura de 24 passadeiras com tinta bi-componente. Inspeção, fiscalização e manutenção de espaços de jogo e recreio - Levantamento exaustivo de todos os equipamentos no concelho, para elaboração e proposta de renovação e encerramento de espaços. Desenvolvimento de inúmeras ações de montagem de desmontagem de palcos, apoio a eventos culturais e afixação de publicidade.
- 2. Parques Infantis:** Foram realizados trabalhos de manutenção dos parques infantis da área urbana, tendo sido intervencionados os parques infantis do Eixo Atlântico, os quais foram alvo de ações de vandalismo.
- 3. Gabinete Técnico Florestal:** - Elaboração de candidatura ao Fundo Florestal Permanente, Eixo Sensibilização e Informação-Campanhas destinadas à população escolar; - Divulgação para todas as Juntas de Freguesia e em dois jornais locais de informação sobre a obrigatoriedade de execução das faixas de gestão de combustível (FGC); -

Elaboração de nova cartografia de risco de incêndio (CRIF), segundo diretivas e esclarecimentos do ICNF; - Colaboração com a GNR-GIPS num projeto-piloto de identificação de proprietários de terrenos nas FGC dos 100m dos aglomerados; - Elaboração do Plano Operacional Municipal-2014; - Organização da reunião da CMDFCI realizada em 10 de abril 2014; - Atendimento de diversos municípios para esclarecimentos sobre matérias relacionadas com a DFCI; - Participação reunião do Plano Ação Nacional de Combate à desertificação (PANCD); - Participação no Seminário Ocupação Dispersa-CCDR-N; - Participação na reunião da Comissão Distrital de Defesa da Floresta.

4. Controlo de animais errantes e direção técnica do Canil Intermunicipal: No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 129 canídeos e 7 felídeos, dos quais 23 foram adotados e 9 restituídos aos seus donos. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública. Durante o mês de março a direção técnica do canil foi da responsabilidade da médica veterinária do município de Bragança.
5. Espaços verdes: Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; - Apoio na manutenção do estádio municipal, corte de relva, transporte e marcação do campo; Plantação de 430 árvores de alinhamento; Plantação de sebe com 250 arbustos no circuito do turismo; Arranjo paisagístico de um canteiro no Nicho do Bairro do Campelo; Requalificação paisagística dos espaços verdes da Fundação “Os Nossos Livros”, com colocação de sistema de rega automático. Comemoração do Dia da Árvore, com arranjo paisagístico do Loteamento Vale Churido e plantação de 70 árvores.

4.3. Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações

Assegurada a manutenção de todos os equipamentos municipais no âmbito do setor de eletrotecnia geral.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- Comemoração dos 550 anos de Bragança Cidade (a nona mais antiga do País), no dia 20 de fevereiro, com apresentação do IX volume da Bibliografia do distrito de Bragança, da autoria de Hironidino da Paixão Fernandes e coautoria de Rosa Cadime e Sónia Neves, técnicas do Município de Bragança.

Seguiu-se a cerimónia de atribuição da medalha “Brasão de Ouro do Município”, a António Jorge Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Bragança de 1998 a 2013, por ter liderado um projeto de dignificação e afirmação de Bragança no sistema urbano regional e nacional. Foi-lhe, também, conferido o título de “Cidadão Honorário de Bragança”.

- De 21 a 23 de fevereiro realizou-se o Festival do Butelo e das Casulas, organizado pelo Município de Bragança, que foi um verdadeiro sucesso. O espaço dos produtores locais (instalado na Praça da Sé e que foi a principal novidade do evento) foi uma aposta ganha e recebeu a visita de cerca de 5.000 pessoas da região, do Norte do País e, sobretudo, de Espanha para adquirirem butelos, casulas, fumeiro e produtos regionais aos 14 expositores presentes.

- O Município de Bragança foi dado como exemplo no que toca à adoção de “Boas Práticas” durante um workshop, que decorreu na Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), no dia 17 de março, tendo sido apresentado, como exemplo de boas práticas em Municípios XXI, o Manual de Boas Práticas em Espaços Verdes, editado pelo Município de Bragança.

- Comemorou-se, uma vez mais, o Dia Mundial da Árvore, no dia 21 de março, envolvendo, para tal, dez escolas do Concelho de Bragança. O local escolhido para acolher as atividades do Dia Mundial da Árvore foi o Loteamento Vale Churido, onde cerca de 300 crianças plantaram 70 árvores e colocaram placas alusivas às espécies plantadas.

- Celebrou-se, também a 21 de março, o Dia Mundial da Poesia, cujas atividades decorreram no Centro Histórico da Cidade de Bragança.

- No dia 29 de março, o Município de Bragança aderiu à Hora do Planeta, tendo desligado as luzes das instalações (no Forte S. João de Deus), do Castelo e da Domus Municipalis.

- O Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar, Nuno Vieira e Brito, acompanhado do Presidente da Câmara Municipal de Bragança e do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Manuel Cardoso, visitaram, em março, uma Quinta e empresa de produtos regionais e tradicionais em Alfaião, no Concelho de Bragança.
- Decorreu, no dia 1 de abril, na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, o Conselho Municipal de Segurança.
- Realizou-se, no dia 3 de abril, na Praça da Sé, uma ação de demonstração de bicicletas elétricas, organizada pela Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste - Corane, com a colaboração da Câmara Municipal de Bragança. Uma iniciativa inserida no programa de cooperação Qualificação do Turismo Ativo.
- O Município de Bragança homenageou, no dia 3 de abril, a Companhia “Teatro de Garagem”, por ocasião do seu 25.º aniversário, com a colocação de uma placa evocativa no Teatro Municipal de Bragança.
- Foi inaugurado, no dia 6 de abril, o altar campal do recinto da Festa de São Lázaro, também conhecida como Festa das Laranjas. A estrutura foi apoiada pelo Município de Bragança em 20 mil euros.
- No dia 7 de abril, o Presidente da Câmara Municipal de Bragança reuniu com a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, no sentido de definir as formas de colaboração para apoiar o processo de autonomização das vítimas de violência doméstica aquando da saída das casas de abrigo.
- Decorreu, no dia 12 de abril, a abertura da 15.ª edição da Feira do Folar de Izeda com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Bragança.
- No dia 13 de abril o Embaixador da Albânia, Edmond Trako, e o Cônsul Honorário da Albânia no Porto, Valdemar Gonçalves, foram recebidos, no Salão Nobre do Município de Bragança.
- Teve lugar, no dia 15 de abril, a apresentação da Feira de Artesanato (30 de abril a 4 de maio) e da Feira das Cantarinhas (2 a 4 de maio), que se realizará no Centro Histórico de Bragança.
- No dia 16 de abril realizou-se uma reunião de trabalho com os comerciantes do centro histórico de Bragança.

Município de Bragança, 23 de abril de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal,
Hernâni Dinis Venâncio Dias”

----- **Presidente da Câmara** – Bom dia, cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da AM, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, Srs. Membros da AM, Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, Público, Comunicação Social.

----- O Parque de Ciência e Tecnologia foi apresentado, publicamente, numa sessão que decorreu no Instituto Politécnico de Bragança, no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, onde estiveram presentes empresários, instituições de ensino superior, e que contou com a participação do Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento da Região Norte, Professor Emídio Gomes.



----- A Barragem de Veiguinhas continua em bom ritmo de construção. Contrariamente àquilo que já foi divulgado, as obras apenas pararam fruto das condições climatéricas que se fizeram sentir durante o período mais frio, no inverno, condições adversas que não permitiram que a obra continuasse, tendo sofrido uma ligeira derrapagem temporal.



-----Continuamos com a construção da Estrada Municipal Mós/ Valverde/Paredes, neste momento os trabalhos incidem precisamente na movimentação de terras, no sentido de dotar a plataforma que está a ser construída com uma pendente muito inferior àquilo que estava inicialmente.



-----Continuamos com um programa de limpeza de aceiros e caminhos florestais, onde já foram intervencionadas variadíssimas freguesias. Este é um trabalho que tem vindo a ser feito,

está devidamente planeado, está programado, sabemos exatamente os locais para onde temos de ir, cartograficamente está tudo devidamente registado.



----- Também o Município de Bragança esteve presente, no mês de fevereiro, num projeto financiado pela Comunidade Europeia e onde estiveram representados alguns grupos de Caretos do nosso Concelho.



----- O Centro de Arte Contemporânea continua com a sua atividade regular. Neste caso particular, foi a apresentação de um livro de Valter Hugo Mãe, que contou com a presença de

150 pessoas, mostrando a polivalência deste espaço, não servindo apenas para a parte da exposição, mas também para uma outra situação, a apresentação de um livro.



----- Aqui foi a comemoração dos 550 anos Bragança cidade, com as várias atividades que se realizaram, nomeadamente a apresentação do IX Volume da Bibliografia do Distrito de Bragança, da autoria do Professor Hirondino da Paixão e coautoria de Rosa Cadime e Sónia Neves, duas trabalhadoras do Município de Bragança.



-----A entrega e a atribuição da Medalha Brasão de Ouro do Município e o título de Cidadão Honorário de Bragança ao ex-Presidente da Câmara Municipal, Eng. António Jorge Nunes.

Comemoração dos 550 anos de Bragança Cidade



Atribuição da medalha “Brasão de Ouro do Município” e do título de “Cidadão Honorário de Bragança” a António Jorge Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Bragança de 1998 a 2013.

-----O festival do butelo e das casulas, que foi realizado este ano pela primeira vez, num espaço diferente, como toda a gente deve ter tido oportunidade de ver, na Praça da Sé, tivemos a adesão de vinte e três restaurantes e três expositores no espaço de venda, tendo, nós, feito uma estimativa de visitantes na ordem dos cinco mil.

Festival do Butelo e das Casulas 2014



A edição de 2014 do Festival do Butelo e das Casulas, organizado pelo Município de Bragança, a 22 e a 23 de fevereiro, foi um verdadeiro sucesso.

- Adesão de 23 restaurantes
- 13 expositores no espaço para venda de produtos, na Praça da Sé, com a visita de 5 mil pessoas.

-----Bragança está, como é sabido, a promover o ensino de mandarim nos centros escolares, tendo iniciado já o ano passado no Centro Escolar de Santa Maria e este ano também alargou ao Centro Escolar da Sé.



-----Carnaval dos Caretos, uma atividade realizada no dia 1 de março, na Praça Cavaleiro Ferreira, contou com a presença de muita gente, pese embora o tempo não nos tivesse ajudado muito, porque choveu.

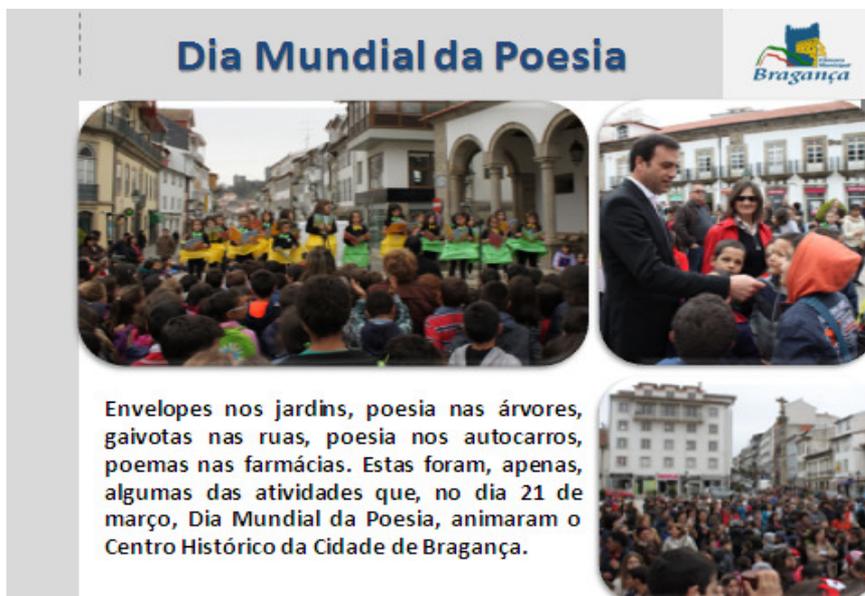


-----O Município foi reconhecido, foi dado como exemplo no que toca a adoção de “Boas Práticas” durante um workshop, que decorreu na CCDR-N, referenciando-se para tal o “Manual de Boas Práticas” que foi editado pelo Município de Bragança, no qual estiveram presentes dois técnicos do Município ligados ao setor, à parte ambiental.



-----O dia Mundial da Poesia foi realizado este ano, na Praça da Sé, com a presença das várias escolas do Concelho, nomeadamente da cidade, com atividades variadíssimas

organizadas pelas próprias escolas, com a supervisão da Câmara Municipal, e, como se nota nas fotografias, com uma boa adesão.



----- No dia 21 de março foi comemorado o Dia Mundial da Árvore, envolvendo trezentos alunos das escolas de Bragança, que plantaram à volta de setenta árvores no espaço do Vale Churido, um espaço que tinha sido, há bem pouco tempo, intervencionado com a construção de algumas zonas de passeios, e, agora, também avançámos para a fase seguinte, que é a fase de embelezamento do próprio espaço, e, que, neste caso particular, com a plantação de algumas árvores e tudo aquilo que possa vir ajudar a que aquele espaço fique um espaço mais atrativo para quem lá mora.

Dia Mundial da Árvore 2014



O Município de Bragança comemorou, uma vez mais, o Dia Mundial da Árvore, no dia 21 de março, envolvendo 300 alunos de dez escolas de Bragança, que plantaram 70 árvores no Loteamento de Vale Churido.



-----No Centro de Arte Contemporânea, uma no dia 22 de março uma exposição de um artista conhecidíssimo, espanhol, Bernardí Roig, que expôs pela primeira vez em Portugal e escolheu o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais. Aqui nesta exposição que ainda está patente ao público estiveram presentes na inauguração quatrocentas pessoas, o que mostra que cada vez mais o nosso Centro de Arte Contemporânea se afirma não só no panorama Nacional mas também no panorama Europeu.

Bernardí Roig inaugura exposição em Bragança



O conhecido artista espanhol Bernardí Roig inaugurou em Bragança, no dia 22 de março, aquela que foi a sua primeira exposição individual em Portugal, cujo momento foi presenciado por cerca de 400 pessoas.



-----Aqui foi a assinatura de um protocolo juntamente com outras entidades, um protocolo de colaboração com a Diocese de Bragança-Miranda, que foi assinado dia 25 de março com vista à promoção e divulgação do turismo religioso em Bragança, no cumprimento daquilo que já tinha sido previamente anunciado como uma das apostas do Município na parte turística.



-----No dia 11 de abril, à noite, com a X Maratona de Hidroginástica - Hidro By Night que se realizou na piscina Municipal de Bragança. Todos os anos é realizada esta maratona, e também com algumas caminhadas que estão a ser feitas, nomeadamente esta que foi para comemorar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.

Bragança em movimento



No dia 11 de abril, à noite, com a X Maratona de Hidroginástica – Hidro By Night, que se realizou na Piscina Municipal de Bragança. Já no dia 12 de abril, sob o tema “Lugares de memória”, um grupo com mais de 50 pessoas participou na caminhada comemorativa do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2014.

----- Em 12 de abril procedeu-se à abertura da XV Feira do Folar de Izeda, onde esteve, presente, a Câmara Municipal representada com o Presidente e com o Vice-Presidente, e, também, claro está, com a participação do Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda, Paradinha e Calvelhe.



-----O Município de Bragança, no dia 25 de abril, comemorou os 40 anos da Liberdade, tiveram lugar variadíssimas iniciativas, cerimónia oficial, depois a inauguração da estrada de Labiados, apresentação da Banda Desenhada sobre o Tratado de Babe, editado pela Junta de Freguesia de Babe, tendo culminado este dia com uma visita às obras da Barragem de Veiguiñas, para as pessoas que entenderam querer estar nessa visita.



-----No dia 26 de abril, ainda inserido nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, decorreu também, nos Terrados do Mercado Municipal, a 9.ª Exposição Canina Monográfica do Cão do Gado Transmontano, que este ano teve sessenta e cinco inscrições a concurso, o que foi exatamente o dobro daquilo que tinha acontecido em 2013, e que mostra que esta raça está em franca expansão, vieram inclusivamente pessoas de outras partes do País e veio também uma pessoa de França.



----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara.....

----- Está aberto o período de inscrição para pedidos de esclarecimento. Registamos os seguintes pedidos de esclarecimento: Francisco Pinheiro, do CDS/PP; Francisco Marcos, do PS; Júlio de Carvalho, do PSD; Presidente da Junta de Freguesia de Sortes.

----- Bom, não está fechado o período, portanto podem colocar ainda os braços no ar, mas chamava, já, para a primeira intervenção relativamente a uma questão, ou a um conjunto de questões, a formular à Câmara, Francisco Pinheiro do CDS/PP.

----- **Francisco Pinheiro** – Não é bem um pedido de esclarecimento, eu não intervim na última AM sobre a homenagem que foi decidido fazer ao Eng. António Jorge Nunes, por razões pessoais não intervim, e podia-o ter feito na altura, mas poderia ser julgado de outra forma, achei que foi injusto com o Eng. António Jorge Nunes ser-lhe dado a mesma distinção que foi dada a uma pessoa que apenas assinou um despacho.

----- Ele fez um trabalho durante dezasseis anos, quer se goste, quer não se goste, muito válido para a cidade de Bragança e para o Concelho, julgo que as aldeias também estão satisfeitas com o trabalho que foi desenvolvido, apenas ressaltar que foi realmente uma injustiça atribuir a mesma homenagem a uma pessoa que assinou um despacho e a uma pessoa que trabalhou dezasseis anos em prol do Concelho. Era só isto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para o seu pedido de esclarecimento, Francisco Marcos, do PS.

----- **Francisco Marcos** – Bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, caros Colegas, Público, Jornalistas.....

----- Eu queria fazer, aqui, só duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara.

----- Primeira pergunta que eu lhe queria fazer - Enquanto Presidente da Proteção Civil do Concelho de Bragança, gostava de perguntar o que é que aconteceu no dia 20 de abril, se houve alguma calamidade aqui em Bragança, uma vez que a sirene dos bombeiros tocou quatro vezes, alerta amarelo, no dia vinte de abril, eu gostava de saber o que é que aconteceu, enquanto Presidente da Proteção Civil deve-nos informar do que é que aconteceu.

----- A população ficou alarmada com o que estava a suceder, e, não contentes com isso, um jipe do Comando dos Bombeiros, com o Sr. Comandante a apitar pelas ruas da cidade e com as sirenes ligadas. É uma instituição que nos merece todo o respeito, os bombeiros merecem-nos todo o respeito. Bom, quando ganhar o Porto vai a PSP também, não é? Está bem, Telmo, bem visto! Bem visto! A questão não vem por aí, a instituição acho que nos merece todo o respeito, os bombeiros, é a instituição pela qual, se calhar, todos temos mais carinho, no meu caso eu tenho carinho por aquela instituição, o PS tem muito carinho por aquela instituição, e não se deve tratar a instituição desta maneira, porque alguém que comanda aquela instituição, naquele dia deu para descomandar, não se pode brincar com isto. Porque senão começa aqui no descrédito e não queremos que isso aconteça. Portanto é só isso que dirijo ao Sr. Presidente da Câmara, enquanto Presidente da Proteção Civil.

----- Outra pergunta que eu queria fazer ao Sr. Presidente da Câmara, era o porquê dos Jardins Infantis, que têm o prolongamento do horário, e aqueles alunos que têm o escalão 1, ou seja, que não pagam, porque é que não continuam no prolongamento do horário e vão para casa, gostava de saber o porquê, isto é a discriminação das crianças, tem o prolongamento, os que pagam continuam, os que não pagam vão para casa, isso é discriminação, a primeira coisa em que temos que pensar é nas crianças, portanto se os pais não podem pagar, por isso estão no escalão 1, elas não têm culpa, portanto não devem ser discriminadas dessa forma.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Eu, antes de passar à inscrição seguinte, registei um pedido de defesa da honra, então é uma intervenção normal, fica para depois.....

----- Tem a palavra, agora, para o seu pedido de esclarecimento, Júlio de Carvalho.

----- **Júlio Carvalho** – Uma pergunta muito simples ao Sr. Presidente, ou dois esclarecimentos.

----- Em primeiro lugar vou perguntar-lhe qual é a situação do Parque Natural de Montesinho, porque não sei se foi formal ou informalmente que o Sr. Presidente referiu, há algum tempo, que tinha feito diligências no sentido de alterar o regulamento do Parque Natural de Montesinho, e, como nós sabemos, é um regulamento limitativo dos elementos do nosso Concelho, tal como outras, as pessoas às vezes ficam um bocado perplexas quando receiam que algum património seja rentabilizado, é como os baldios, eu entendo que o património dos baldios tem que ser rentabilizado, tem que servir de riqueza para o nosso Concelho, para as nossas populações, para as nossas Freguesias, assim como o Parque Natural de Montesinho não pode ser limitativo ao desenvolvimento do Concelho, nós sabemos o que ele representa em termos de solos, em termos de aproveitamento, em termos de caça, em termos de lavradores, os limites que são impostos.

----- Vejam esta situação caricata que existe no Parque, com o qual eu lutei muitas vezes, fiz projetos, fiz protestos e nunca consegui, hoje, um caçador, e são muitos, isso é uma fonte de riqueza no Distrito e no Concelho, nós não podemos caçar ao Tordo em janeiro e fevereiro, no fim de dezembro acaba a caça ao tordo, ora, nessa altura ainda não há Tordos, quer dizer, só nos permitem caçar quando eles ainda não estão cá, não é?

----- Portanto, vejam, isto é uma lei do Parque, nós, por exemplo, queremos fazer uma montaria aos javalis, que é uma fonte também de riqueza, temos cá muita gente que vem do litoral, que vem às montarias, mas no Parque Natural de Montesinho só pode ser ao domingo, ao sábado não pode ser, até ao fim do mês de dezembro. Conclusão, isto, realmente, é uma aberração.....

----- Nós sabemos as limitações que eles têm imposto aos do Parque Eólico, ao aproveitamento das Eólicas, aproveitamento das construções e de investimentos da Câmara Municipal, e o Sr. Presidente, há tempos, falou, não sei se foi aqui nesta Assembleia ou onde foi, que realmente estava a fazer diligências no sentido de ser alterado este regulamento que é uma aberração, que é anacrónica, ultrapassada, está velho, está gasto, ou melhor, não é nada. .

----- E um segundo ponto, o Sr. Presidente também não referiu aí nessas atividades e na vida do Município, uma coisa que eu assisti há dias, aqui, e que me parece que é de relevância excepcional, que é o papel que a Câmara está a ter na criação do PEDI (Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal), e não foi por acaso que o Sr. Presidente esteve aqui numa sessão em que eu participei há pouco dias. Portanto queria saber qual é o papel da Câmara Municipal, de facto, nesse programa e qual tem sido o papel do Sr. Presidente da Câmara e da Câmara Municipal na atividade que é essencial e que é fundamental, e que é fruto e que é objeto de expectativa muito grande no funcionamento da CIM, que tem, de facto, um projeto muito importante para a CIM das Terras de Trás-os-Montes.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos, agora, para a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortes, tem a palavra.

----- **António Pires** – Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Secretários da Assembleia, caros colegas e amigos.

----- Sr. Presidente, eu tenho a fazer só esta pergunta, eu vi aí no calendário a intervenção da limpeza nas florestas, o Sr. Presidente disse que está calendarizada essa limpeza e eu não tenho acesso a esse calendário, nem sei se existe realmente no programa alguma intervenção na zona da Serra de Nogueira, nas vertentes de Sortes e de Lanção, porque há para aí uns seis ou sete anos que nunca foram limpos aqueles aceiros, nem os caminhos que dão acesso, a não ser mesmo o caminho principal que dá acesso ao alto da Sra. da Serra, os outros não têm sido intervencionados, nunca mais foram.

----- Sr. Presidente, pode mandar lá alguém ver o estado em que estão, e agradecia que se não estão calendarizados que os calendarizasse porque não temos um acesso mesmo para os Bombeiros, mesmo em caso de incêndio, e está muito exposta ao perigo aquela zona. Era só isso que lhe queria deixar aqui. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Tem a palavra o Sr. António Morais, da CDU.

----- **António Morais** – Muito rapidamente dizer que, relevar, digamos, as qualidades fotogénicas do nosso Presidente da Câmara, estava em todas as fotografias.....

----- Bom, duas questões muito rápidas, aqui neste ponto.

----- Aqui há uns dias houve uma iniciativa de âmbito cívico em torno de uma sessão dedicada à Constituição e ao Desenvolvimento Regional, promovida por cidadãos aqui de Bragança. Segundo o Regulamento das taxas de ocupação deste espaço, implica o pagamento do aluguer da sala, nós pomos à consideração e posteriormente faremos uma requerimento para alteração deste Regulamento, porque nos parece injusto, num momento em que fazemos apelo à participação cívica, cidadãos que se mobilizam para, e no seu legítimo direito, exercer o direito de cidadania, o espaço ser pago!.....

----- Outra questão - Foi recebida, certamente por todos, porque foi enviada a todos, inclusive à Câmara de Bragança, uma carta anónima de um cidadão que teve problemas da colocação dos escombros da reconstrução da sua casa. Isto levanta um problema, e pelo périplo que nós fizemos junto de empreiteiros aqui em Bragança, não há um espaço apropriado para a colação de escombros, e, depois, vê-se em tudo o que é canto, há, digamos, lixeiras por todo o lado. Eu creio que este é um problema grave do ponto de visita ambiental e do ponto de vista da higiene e da saúde pública, e, portanto, perguntamos ao Sr. Presidente se deu resposta a isto, se pensou no assunto e se, sobretudo, se se concretiza aquilo que me parece óbvio, que Bragança tenha um espaço para a colocação destes resíduos

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra, para o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Bom dia, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da CMB, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia, Presidentes de Junta e colegas, Comunicação Social e Público.

----- Bom, eu venho, de facto, fazer um pedido de esclarecimento, mas venho mais até esclarecer do que fazer um pedido de esclarecimento.

----- Agradecer, primeiro, a oportunidade que me deram para explicar aqui uma situação muito falada, ainda que à boca pequena, na nossa cidade, e que é o facto de no dia em que o Benfica se sagrou campeão nacional ter tocado a sirene dos Bombeiros, é uma tradição.

----- Bom, então referia eu que não é por ter sido o Benfica, porque sempre que o Porto ganhou, e infelizmente para mim, como Benfiquista, ganha mais vezes que o Benfica, tem tocado sempre a sirene, e portanto é uma tradição que eu, como Presidente dos Bombeiros, já herdei e que os Bombeiros fazem questão de sempre que isso acontece tocarem a sirene. Portanto em relação à sirene penso que está esclarecido.

----- Em relação à Associação, a Associação é dos sócios, portanto há aqui uma promiscuidade entre quem gere a associação, se é o Município, se é o Governo, mas eu volto a dizer que aquilo é uma associação, uma associação de sócios, de 2900 sócios, deviam ser muitos mais, porque destes 2900, 850 são os únicos que pagam, e, destes, o orçamento que corresponde a este pagamento das quotas corresponde a 1,2% do nosso orçamento, mas o serviço dos Bombeiros não é como muita gente pensa, que é só em relação aos incêndios, isso faz parte, eu não tenho aqui os números, mas penso que não chegará a 25% dos nossos serviços, porque os Srs. Presidentes de Junta sabem-no perfeitamente, temos apoiado com o serviço de transporte de água às populações, limpeza de vias, abertura de portas e também o serviço de saúde, que, como sabem, o INEM em Bragança está sediado nos Bombeiros, sendo que, muitas vezes, só nos está entregue uma ambulância, e uma de reserva, e, muitas vezes, temos cinco ambulâncias a fazer de INEM's, porque nós fazemos uma média, penso que, assim derrepente, de 18 intervenções por dia, a cidade já é bastante grande e acho que se justifica termos dois postos de INEM, já.

-----Em relação ao carro do comando que foi pago integralmente com o dinheiro da Associação, não tendo, para isso, pedido nenhum subsídio a nenhuma entidade, o assunto irá ser tratado internamente, porque é para isso que serve uma associação e iremos saber fazer.....

-----Já agora, Sr. Presidente, dizer que, e este é um pedido de esclarecimento, esclareça-me se alguma vez que solicitou o serviço dos bombeiros, se alguma vez lhe foi negado esse apoio. ..

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, para um pedido de esclarecimento.

----- **José Valente** – Bom dia, mais uma vez.

----- Sr. Presidente, há aqui um pedido de esclarecimento que me foi solicitado pela minha Assembleia de Freguesia, que eu tive uma reunião da Assembleia de Freguesia, ontem, e colocaram-me a questão relativamente à compensação que era paga às juntas de freguesia relativamente à água, foi-me questionado se já tínhamos recebido o último trimestre do ano de 2013, ao qual eu respondi que não e que ainda não tínhamos qualquer feedback relativamente a esse assunto. Por parte da Assembleia de Freguesia foi-me solicitado que eu trouxesse aqui este assunto, este pedido de esclarecimento, para na próxima reunião da Assembleia de Freguesia, que será em junho, poder informar.....

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Antes de passar para o Sr. Presidente de Câmara, gostaria, também, de fazer um pedido de esclarecimento muito rápido, relativamente à estrada de Vale Verde/Paredes qual é a previsão de reabertura ao trânsito, Sr. Presidente?

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para proceder aos esclarecimentos solicitados.

----- **Presidente da Câmara** – Vou tentar não deixar nenhuma questão para trás.....

-----A resposta ao Sr. Deputado Pinheiro, do CDS, é o seguinte. O galardão que foi atribuído ao Eng.º António Jorge Nunes é o mais alto que temos no Município, portanto não podíamos atribuir um melhor, se calhar o que não podemos é julgar o que foi atribuído antes.....

-----Relativamente à Proteção Civil creio que já foi aqui devidamente explicado aquilo que se passou, por isso, não tenho nenhum comentário a fazer.

-----Dr. Júlio de Carvalho, relativamente ao Parque Natural de Montesinho, efetivamente tem havido conversações com o Senhor Ministro do Ambiente, eu próprio estive em Lisboa, numa reunião, no dia 28 de março, a tratar deste assunto, com vista a podermos vir a alterar o Plano de Ordenamento do Parque. É uma matéria que não é simples, no entanto percebemos a abertura do Senhor Ministro do Ambiente para que isso aconteça, inclusivamente ficou ele próprio de vir aqui, no início do mês de maio, falar connosco, quando digo connosco digo com a Câmara de Bragança e com a Câmara de Vinhais, para debater este assunto porque inclusivamente também o Município de Bragança presidindo ao Conselho Estratégico do Parque Natural de Montesinho, adiou a reunião que teria que ser realizada agora em abril, precisamente para poder conversar, primeiro com o Ministro, para depois podermos fazer a reunião. Eu aguardo o contacto do Senhor Ministro, que se comprometeu, de facto, a vir cá no início de maio, e portanto estou à espera que ele nos dê alguma informação para depois podermos tratar este assunto.

-----Relativamente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento efetivamente foi feita aqui uma sessão de recolha de contributos para enriquecimento deste Plano, é um Plano que é realizado no âmbito da CIM - Terras de Trás-os-Montes, no qual a CMB participa ativamente, sempre com um papel de colaboração com todos os restantes municípios que compõem a CIM -Terras de Trás-os-Montes, e obviamente que esse espírito de colaboração é aquele que nos permitirá fazer uma Plano Estratégico que sirva os interesses não só de Bragança, dos cidadãos de Bragança, Bragança/Concelho, mas Bragança/Região, é a nossa missão e é o nosso objetivo, e todos os contributos que nos chegarem e aqueles que forem entendidos como válidos e como corretos para inclusão no Plano Estratégico, pois nós fá-lo-emos.

-----Sr. Presidente da Junta de Sortes, a máquina de rastos, neste momento, está em Rebordainhos, portanto presumo que dali a Sortes seja um saltinho, estará muito próxima, brevemente irá para a sua Freguesia.

-----Só para dar um esclarecimento, já houve intervenções na zona da Serra da Nogueira, em anos anteriores, poderá não estar já, e, inclusivamente, na Freguesia de Sortes também, mas pode haver outros caminhos que seja necessário, com certeza lá iremos.....

-----Não vou responder à provocação do Senhor António Morais, da CDU, mas se o Sr. me acompanhar nas fotografias, eu também o ponho lá, não há problema nenhum.

-----Relativamente ao Regulamento do Auditório, nós, sempre que é possível a isenção do pagamento das taxas, isentamos, essa é uma competência do Presidente da Câmara e eu faço-o sempre que a entidade que solicitou se enquadre naquilo que é o Regulamento e a legislação. ..

-----Sim, é verdade que faz falta um equipamento ou um local para colocação de resíduos de construção e demolição, é algo que se vem falando, desde há muito tempo. Tenho conhecimento que houve uma altura que havia um projeto para instalação ou a criação de local para deposição de resíduos de construção e demolição, e o projeto, por ser financiado por fundos comunitários não avançou.

-----Sr. Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Bragança, aqui na qualidade de Deputado Municipal, queria dizer-lhe que efetivamente os Bombeiros Voluntários de Bragança nunca deixaram de responder a qualquer solicitação feita pelo Município, e quero aqui também realçar esta excelente colaboração que temos tido em tudo aquilo que o Município solicita aos Bombeiros Voluntários de Bragança, sendo que essa colaboração estende-se também à outra Corporação de Bombeiros existente no nosso Concelho, a de Izeda.

-----Sr. Presidente da Junta de Aveleda, neste momento está a ser feito um estudo no sentido de se encontrar uma solução que satisfaça todas as partes no que toca à questão da água. A deliberação que transferia para as juntas de freguesia 40% do valor cobrado foi tomada pelo período do mandato que terminou em setembro, quando iniciou este mandato, setembro/outubro, pelo que essa deliberação não seria válida para o mandato atual. De qualquer forma, a deliberação que pressupunha que às freguesias caberia umas determinadas

responsabilidades, que a esmagadora maioria não estava a assumir, para além disso há outras freguesias com as quais a Câmara Municipal gasta mais do que a receita cobrada de água ao longo do mês.

----- Ora bem, neste momento, estamos a fazer um estudo precisamente sobre esta situação, e logo que seja possível reuniremos novamente com as juntas de freguesia, uma vez que já tivemos uma reunião sobre este assunto, e reuniremos com as pessoas, debateremos este assunto em conjunto, sempre com esse espírito de colaboração, com as juntas de freguesia, para que possamos encontrar uma resposta que seja ajustada, quer para o Município, quer para as freguesias. Muito obrigado.

-----A estrada de ValVerde - a obra já está adjudicada, o atraso creio que até é da nossa parte, estamos com o processo de regularização da plataforma, como eu disse há bocado, há ali uma grande movimentação de terras para regularizar, junto à ponte, por baixo de Mós, para se definir uma cota que fique muito mais suave do que aquela que existia, há ali necessidade de um enchimento de cerca de seis metros de altura, nessa zona onde passa o rio, e, portanto, são os trabalhos que estamos agora a fazer, embora estejamos também com todo o equipamento disponível para colocar nessa estrada, a verdade é que o tempo também não tem ajudado muito, tem chovido bastante e quando chove não se consegue andar naquela estrada.

-----O último esclarecimento tem a ver com o prolongamento escolar - os alunos do escalão 1 estão isentos, e os do escalão 2 pagam 50%, ninguém é enviado para casa, caso pretenda permanecer nas escolas.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelos esclarecimentos dados à Assembleia.....

----- Abre-se, agora, aqui, o período de inscrições para intervenções.

----- Maria do Amparo, do PSD; Eduardo Malhão, do PSD.

----- Mantêm-se a inscrição que está atrás e vamos seguir aquele encandeamento anterior, de facto.

----- Então, antes de Maria do Amparo, temos a intervenção que vinha de trás, de Pedro Nogueira, do PSD.

----- **Pedro Nogueiro** – Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, Presidentes de Junta, Membros da AM, público em geral, comunicação social, bom dia a todos.

-----A minha presença aqui, portanto eu já me tinha inscrito no PAOD mas por falta de tempo não pude vir aqui apresentar uma Moção, eu vou pedir autorização ao Sr. Presidente, se realmente esta minha Moção, como não tem propriamente a ver com o Estado e Vida do Município, cabe ou não neste espaço.

----- **Presidente da Mesa** – Em resposta eu tinha dito que, de facto, não podia haver prejuízo para quem se tinha inscrito no PAOD e que, de facto, no início deste período se retomaria as inscrições, portanto tem a palavra Sr. Deputado, pode avançar.

----- **Pedro Nogueiro** – A Moção que me trás aqui, penso eu que é consensual, tem que ver com a consideração da execução da continuação do IP2 para Norte, entre Bragança e Puebla de Sanabria, e a expansão do Aeródromo Municipal de Bragança a Aeroporto Regional, portanto que estes 2 projetos sejam considerados como projetos prioritários, e outras infraestruturas de elevado valor acrescentado para o Quadro Comunitário de Apoio 2014/2020.

-----Eu trago aqui uma Moção que é algo extensa, eu não sei se poderemos alterar o procedimento, que era, eventualmente eu proponho que se possam tirar fotocópias e distribuir pelos Grupos Municipais, é muito extensa, eu posso ler o primeiro e último parágrafo, não sei se... não!.....

----- Eu posso lê-la toda, então.

----- **Presidente da Mesa** – Mas eu digo assim, pode ler, Sr. Deputado, mas perde tempo da sua bancada e há mais inscritos, portanto temo-lo feito, não quero beneficiar ou prejudicar a bancada, temo-lo feito ao longo do tempo, a Mesa pode ler a Moção e fica com tempo suficiente para responder a questões, etc., só tem que se dar conhecimento e tirar fotocópias , agora iríamos prejudicar o andamento dos trabalhos.

----- Bom, então eu recupero agora a Moção, lendo-a.

“Moção

-----Considerando que a Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações constituiu um Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado – GT IEVA, com o objetivo de definir projetos e recomendações que, nos próximos sete anos, contribuam para potenciar a competitividade da economia nacional e do tecido empresarial, sem negligenciar a coesão territorial.....

----- Considerando que no dia 29 de janeiro de 2014 foi publicado o relatório final, elaborado pelo GT IEVA, que define um total de 30 projetos prioritários ao nível das infraestruturas a implementar durante a vigência do próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020, num universo de 89 projetos analisados, entre uma lista prévia de 238 potenciais investimentos indicados pelo Governo.....

-----Considerando que no documento divulgado, cerca de 85% do investimento definido como prioritário, no montante global de 4.312,70 milhões de euros, é canalizado para o Litoral, deixando o interior, uma vez mais, abandonado e entregue a si próprio, a tender para um vazio demográfico e económico, fruto de políticas centralistas que, ao longo dos anos, têm levado o País ao empobrecimento e à concentração de três quartos da população e quatro quintos da economia numa estreita faixa do litoral, que representa um terço do território nacional, o que faz de Portugal um dos países mais desiguais da Europa não só em termos do rendimento das famílias, mas também no que concerne às regiões.

----- Considerando que a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 13.º, refere-se ao Princípio da Igualdade, concretizado e materializado ao nível do ordenamento do território pela Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, com as alterações preconizadas pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto, nomeadamente no seu artigo 3.º onde se refere que cabe ao Governo: 1) reforçar a coesão nacional, organizando o território, corrigindo as assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.

----- Considerando que nesse relatório não consta qualquer referência à continuação do IP2 para Norte, entre Bragança e Puebla de Sanábria, corredor reivindicado pelo Município de

Bragança, há mais de uma década e meia, e por várias entidades e intuições locais de León, Zamora e do Nordeste Transmontano de Portugal.

----- Considerando que o Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 deverá ser uma oportunidade para o Estado Português definir um novo paradigma de desenvolvimento para o interior do país, como sendo um desígnio de estratégia política, que tem que considerar o território fronteiriço, como espaço de oportunidade, e assentar numa visão de desenvolvimento sustentado, capaz de garantir maior coesão social, económica e territorial e proporcionar ao país ganhos de competitividade e de modernidade.....

----- Considerando que a Agenda Territorial Europeia 2020, aprovada em maio de 2011 pelos Ministros da UE responsáveis pelo ordenamento do território, define, de entre as seis prioridades territoriais, promover um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado, assegurar a competitividade global das regiões baseada em economias locais fortes, melhorar a conectividade territorial para os indivíduos, comunidades e empresas, e integrar territorialmente as regiões funcionais transfronteiriças e transnacionais.

----- Considerando que a estratégia da UE para a coesão económica, social e territorial dos seus Estados-Membros entre 2014 e 2020 define como prioridade, no âmbito da cooperação transfronteiriça e transnacional, a valorização das infraestruturas de transporte, através do apoio a um planeamento coerente e ao desenvolvimento de transportes modais mais sustentáveis em regiões geográficas mais alargadas e, em regiões menos desenvolvidas, uma especial atenção à criação de ligações transfronteiriças que permitam superar estrangulamentos de fluxo de transportes.

----- Considerando que o Programa “Norte 2020”, desenvolvido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, enumera um conjunto de propostas estratégicas ao nível das conectividades, alinhadas com a Estratégia Europeia 2020, que visem um crescimento sustentável, através, entre outras, do incremento de novas relações de complementaridade transfronteiriça funcional, em domínios como a organização logística e a articulação multimodal de transportes, nomeadamente entre Bragança – Puebla de Sanábria.....

----- Considerando que o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Silva Monteiro, em declarações proferidas em Madrid, em meados do mês de janeiro de 2014, afirmou que as ligações transfronteiriças são prioridade para aumentar a competitividade.

----- Considerando que a 30 de julho de 1998 foi assinado o Protocolo entre a Junta de Castela e Leão e a CCDR-N, no qual se acordava a realização do estudo no sentido de avaliar o tipo de ligação a concretizar entre o IP4 em Bragança e a A52 (Autovia das Rias Baixas) em Puebla de Sanábria.

----- Considerando que, no ano de 2002, com a revisão do Plano Rodoviário Nacional (P.R.N.2000) foi incluída a construção do IP2 de Bragança à fronteira (ligação Bragança - Puebla de Sanábria).

----- Considerando que, em 27 de março de 2009, se procedeu à adjudicação, pela segunda vez, do projeto de execução de requalificação das EN 218, 218-3 e 308 entre Bragança e Rio de Onor, sessão presidida pelo então Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações, Dr. Paulo Campos.

----- Considerando que a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, após a conclusão da A4 – Autoestrada Transmontana, com a necessária construção do Túnel do Marão, ficará com uma rede rodoviária consolidada e estruturante que assegurará um reposicionamento estratégico, aproximando-se dos espaços litorais e respetivos centros urbanos principais e, ao mesmo tempo, abrirá portas de conexão com os principais corredores europeus de comunicações, através da integração na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), criando uma rede de transportes europeia verdadeiramente multimodal.

----- Considerando que, para que essa realidade se concretize, importa assegurar a conclusão efetiva de canais de ligação entre Bragança e a rede rodoviária principal de Espanha, nomeadamente através do prolongamento do IP2 até Puebla de Sanábria (A-52), dado que só assim a região transfronteiriça assegurará a correta inserção na rede transeuropeia de transportes multimodal.

----- Considerando que esta ligação até à fronteira e, conseqüentemente, até Puebla de Sanábria reveste-se de fulcral importância para garantir o caráter multimodal desta integração na RTE-T, dado que conseguiria assegurar um acesso rápido e eficaz à Rede Ferroviária de Alta Velocidade (com a estação do AVE em Puebla de Sanábria), garantindo assim uma tripla integração modal da região na RTE-T (modo rodoviário, ferroviário e aéreo).....

----- Considerando que para a prossecução dessa intermodalidade é, também, fundamental que o Aeródromo Municipal de Bragança evolua para Aeroporto Regional, dotando esta infraestrutura das condições necessárias para a criação de uma unidade logística vocacionada para a distribuição e, assim, atrair mais investimento industrial para a região, gerador de riqueza e emprego.

----- Considerando que o prolongamento da ligação rodoviária Bragança-Puebla de Sanábria, em território espanhol até León, possibilitaria a criação de um novo corredor internacional capaz de ligar a cidade do Porto ao Norte da Europa, através da fronteira de Irún.

----- Considerando que este eixo transfronteiriço e internacional, além de estruturar o Noroeste peninsular, serviria para canalizar, total ou parcialmente, o grande trânsito de mercadorias entre os principais portos do Norte Atlântico (Leixões e Vigo) e da Costa Cantábrica (Gijón, Santander e Bilbao), e estabeleceria, também, através da autoestrada de Burgos, a ligação com Zaragoza e Barcelona, assegurando a conexão da região aos principais corredores rodoviários no Norte de Espanha, com ligação a França.

----- Considerando que este corredor captaria entre 20 a 40 por cento do tráfego pesado que cruza, atualmente, as fronteiras de Verín e de Salamanca, e permitiria o encurtamento de 70 km no percurso rodoviário entre a cidade do Porto e Irún, representando uma importante poupança energética e um menor impacto ambiental do transporte de mercadorias e de passageiros, contribuindo para a competitividade deste tipo de transporte.....

----- Considerando que o itinerário entre León e Bragança é o único que resta para a ligação entre a A4-IP4 (Porto-Vila Real-Bragança) e as vias espanholas A231-AP1-A8 (León-Burgos-Vitória-Irún).

----- Considerando que a fronteira, a mais extensa e antiga na Europa, que nos une ao único país vizinho, nosso principal parceiro comercial, continua a ser um espaço despovoado, envelhecido, periférico em termos produtivos, com uma economia débil e com insuficiente capacidade de atração de novas iniciativas produtivas, e de retenção de talentos.....

----- Considerando que o desenvolvimento do interior do país é um desígnio de estratégia política, que deve considerar o território fronteiriço, como espaço de oportunidade, e assentar numa visão de desenvolvimento sustentado, capaz de garantir maior coesão social, económica e territorial.....

----- Assim,.....

----- Pelos considerandos supra referidos vem a Assembleia Municipal de Bragança propor ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Silva Monteiro, a inclusão como projetos prioritários e infraestruturas de elevado valor acrescentado, no quadro de apoio comunitário 2014-2020, a execução da continuação do IP2 para Norte, entre Bragança e Puebla de Sanábria e a expansão do Aeródromo Municipal de Bragança para Aeroporto Regional.

- Que a presente moção seja enviada às principais entidades e instituições locais, regionais, nacionais e fronteiriças.....

a) Pedro Nogueiro”

----- Está lida a Moção apresentada por Pedro Nogueiro, do PSD.

----- Bom, abre-se, agora, aqui, o período de inscrições de pedidos de esclarecimento.

----- Srs. Deputados, pedidos de inscrição para pedidos de esclarecimento sobre a Moção?

----- Francisco Pinheiro, do CDS/PP, e Henrique Ferreira, do MSP e António Morais, da CDU. ..

----- Francisco Pinheiro, tem, em primeiro lugar, a palavra.

----- **Francisco Pinheiro** – Ora, não retirando valor à Moção apresentada pelo Pedro, eu queria salientar que esta forma como isto foi feito, eu começo a perceber porque é que a

politica não tem grandes resultados e os políticos perdem muito tempo para fazer poucas coisas em prol dos cidadãos. Portanto, não aceito, não tenho nada que aceitar, que seja lida a Moção pelo Presidente da Mesa, para o Grupo Municipal não perder tempo, não é? Não consigo aceitar isso, não me entra na cabeça que isso seja assim, embora possa estar dentro da lei. Mas, de qualquer forma, irei votar favoravelmente a Moção apresentada pelo Pedro, pelo significado e pela relevância que realmente tem essa via de comunicação de ligação da A4 à A52, que, resumidamente, em duas páginas, mas eu sei que o Pedro gosta de ser rigoroso naquilo que faz, e fez esta explicação que teve que ser lida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, e quero manifestar, novamente, o meu desacordo da forma como isto foi feito.

----- **Presidente da Mesa** – Está no seu direito, Sr. Deputado, está no seu direito, no entanto cabe à Mesa a opção exclusiva da direção dos trabalhos, e não estamos a fazer nada de novo, ao longo dos anos, em determinadas momentos, o Sr. Deputado ainda é novo aqui na Assembleia, portanto não conviveu com momentos, no passado, em que, por diversas vezes, ou porque se estava já praticamente esgotado o tempo de utilização de cada partido para intervir, ou em Moções extensas, a Mesa sempre optou em lê-las, para não retirar tempo às intervenções restantes, como foi feito com o PSD, já foi feito com o PS, e na última sessão assim o fizemos, já foi feito com o CDS/PP no anterior mandato, por diversas vezes, não fizemos nada de novo, portanto, mas, claro, respeito o seu sentimento, mas, como sabe, compete à Mesa a gestão do tempo e essa prerrogativa não nos pode ser retirada e portanto no respeito pelo que já foi feito no passado, entendemos que a extensão da Moção nem sequer se coadunava provavelmente com o tempo disponível pelo Deputado para apresentar a Moção, nem, tão pouco, depois das intervenções seguintes dos Membros desse Grupo Parlamentar. Haverá um dia, seguramente, em que o Sr. Deputado solicitará a intervenção da Mesa para a leitura de uma Moção quando não tiver tempo para tal.

----- Bom, então continuamos com as inscrições, agora para pedidos de esclarecimento, com o Dr. Henrique Ferreira, do MSP.

----- **Henrique Ferreira** – Venho cá para perguntar porque é que a reformulação da estrada Bragança/Vinhais não consta dessa Moção, e faço esta pergunta? mas, pronto, Vimioso, são

duas lógicas, Bragança/Vimioso, o que falta é no Concelho de Vimioso, e só envolve o Concelho de Vimioso, embora a estrada seja regional, Vinhais/Bragança envolve dois Concelhos.

-----Segundo aspeto - o Plano de Desenvolvimento Regional Intermunicipal prevê a reformulação da estrada Bragança/Vinhais. Mais, o Presidente da Câmara de Vinhais tem um acordo, mais ou menos tácito, com o Secretário de Estado, no sentido da requalificação e reformulação da estrada. Ora bem, ao não inserirmos essa pretensão na Moção, nós estamos a fazer aqui um ato de canibalismo, no sentido de que estamos a desviar as atenções só para um Município e estamos a desproteger outro, portanto o que eu venho aqui a pedir é que, pelo menos, isto é uma Moção da AM, pode cingir-se só ao Concelho, mas, pelo menos, a reformulação da estrada Bragança/Vinhais deve constar pelas razões que eu aqui enunciei, são razões de coerência, estratégica, ao nível dos diferentes planos, não é?

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- António Morais, da CDU, tem a palavra para o seu pedido de esclarecimento sobre a Moção.

----- **António Morais** – Nós comungamos desta preocupação, acho que é transcendente, mas, de facto, o Sr. Henrique também sublinhou um dado que é extremamente importante, isto tem sentido se, de facto, alargarmos, digamos, a reivindicação a outras obras que são imprescindíveis para a coesão inclusive da nossa região, não é?

----- Por outro lado sugeria também que esta Moção à qual daremos apoio, obviamente, deva ser também dirigida no nomeadamente aos Deputados da nossa região e particularmente aos Deputados do PSD.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Para pedido de esclarecimento tem a palavra Sr. Deputado Bruno Veloso, do PS, e depois Pedro Nogueiro do PSD.

----- **Bruno Veloso** – Bom dia a todos, sem prejuízo de algumas intervenções que aqui já foram feitas, gostava de colocar uma questão muito concreta ao proponente desta Moção,

porque esta Moção baseia-se muito nas acessibilidades, mais nas acessibilidades rodoviárias, mas há um tema que, de facto, nos preocupa e gostaríamos de saber porque é que ele é incluído depois numa das reivindicações, ou com que base, porque não está, de todo, argumentada na explicação da Moção, relativamente ao Aeroporto Regional.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento, eu dava a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nogueira para proceder às respostas às questões formuladas.

----- **Pedro Nogueira** – Em relação à interpelação do Deputado Henrique Ferreira, eu não vejo qualquer impedimento em que se incluam mais essas duas vias que foram referidas, de qualquer forma toda a fundamentação da Moção está direcionada para estes dois grandes projetos, portanto teríamos que eventualmente reformular a Moção no seu todo, não sei se teremos tempo útil para o fazer ou não, não vejo qualquer impedimento incluir esses dois projetos.....

----- Em relação ao envio da Moção eu penso que está referido que ela será enviada para todas as Entidades Nacionais.

----- Em relação ao Bruno Veloso, referiu porque é que se inclui o Aeródromo nacional, foi? É considerado um grande projeto estruturante para a região, por isso é que está considerado, é transfronteiriço.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Com a resposta às questões não sei se consideram esclarecidas totalmente as vossas dúvidas, mas passamos, agora, ao período das intervenções, onde podem colocar mais algumas apreciações, já está registada aqui uma intenção de intervenção no período, relativamente à Moção, vamos, então, abrir o período das intervenções, com Júlio de Carvalho a intervir em primeiro lugar, depois, julgo que, Bruno Veloso, do PS, e Henrique Ferreira, do MSP.

----- **Júlio Carvalho** – Sr. Presidente, eu, em relação a esta Moção e esta proposta, queria referir o seguinte, em termos de colaboração e de conjugação, em relação ao futuro, e até um apelo, se calhar, ou um esclarecimento, ao Sr. Presidente da Câmara, sobre esta matéria.

----- Este assunto não é novo, eu recorde isto, eu gostei muito da Moção, que está muito bem feita, está muito concreta, muito pormenorizada, vê-se que é um objeto de pesquisa, de investigação, de estudo e que relata praticamente o essencial, o que é fundamental.

----- Agora queria esclarecer o seguinte, é, talvez, para ajudar a compreender isto, eu estou habituado a ver estas propostas, e eles, lá em baixo, muitas vezes não ligam nada a isto, não ligam nada a isto, isto é velho, é crónico, pronto, são todos iguais! De maneira que eu acho que isto vai ter algum sucesso, porque senti que a Câmara Municipal, e junto do Sr. Presidente, tem feito uma intervenção muito severa e muito dura e muito insistente e permanente sobre esta matéria, e porque? Porque considera que, de facto, a ligação à Puebla da Sanábria, e não só, é fundamental para o desenvolvimento de Trás-os-Montes.....

----- Mas queria esclarecer o seguinte, só isto. Há cerca de vinte anos eu e o Governador Civil de Zamora resolvemos fazer um debate com o NERBA e com a Associação Comercial e Industrial de León, concretamente sobre esta matéria, e, durante uma semana, aqui em Bragança, discutiu-se esse assunto, com rigor, com técnicos, eram uma equipa com cerca de doze técnicos, só sobre esta matéria, ligação de Bragança à Puebla da Sanabria. E porque? Porque se considerava que era fundamental não só para eles, para a região de León, como para Bragança, esta ligação urgente. Porque? Porque nós, e não se tem referido aqui isto, há o golfo da Viscaia onde está um dos maiores portos marítimos aqui da península, e que é fundamental para transporte de mercadorias, inclusivamente para toda a Europa. Esta era a peça essencial, e foi elaborado um documento de interesse transfronteiriço, no sentido de eu, na altura Governador, entregar isto ao Sr. Ministro das Obras Publicas e o Sr. Governador Civil de Zamora entregar isto ao Sr. Ministro das Carreteras de Espanha, e assim foi.....

----- Fui a Lisboa e falei com o Sr. Ministro, que era o Sr. Ministro Oliveira Martins, falecido há pouco tempo, e ele disse - realmente isso é fundamental, isto tem que avançar e vamos... vamos... - nunca fizeram nada!.....

----- Portanto o que é que eu queria sugerir? Que atualmente o Sr. Presidente, e isso só pode ser movido e movimentado pelo Sr. Presidente, que, de facto, elaborasse, talvez, um estudo, com urgência, com as autoridades Transfronteiriças de León e de Puebla de Sanábria,

no sentido de este projeto ter também o apoio deles, no sentido de dizer - nós temos interesse em que esta ligação seja feita - porque tem outro peso, tem outra influência, tem outra capacidade de sucesso, e eu acho que, eu ainda tenho esse documento em mãos, um dia tenho a impressão que vou trazê-lo aqui a esta Assembleia para dar conhecimento dele e para reforçar essa ideia, porque as nossas moções se não houver, de facto, alguém que pessoalmente se interesse por elas, e, neste caso e neste momento, são os Presidentes de Câmara, porque os governadores civis acabaram com eles, com alguma intenção, foi precisamente para não haver força, e junto dos governos, e os Srs. Presidentes de Câmara têm, hoje, um papel fundamental, e, sobretudo, a CIM, no sentido de tornar este projeto viável, e que é fundamental, nomeadamente o Aeroporto.....

----- No Aeroporto, a partir do momento que haja essa ligação urgente, tem interesse para eles próprios, para estes povos transfronteiriços, portanto só um projeto transfronteiriço e de interesse transfronteiriço é que terá peso e terá sucesso junto do Governo.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Bruno Veloso, do PS, para a sua intervenção.

----- **Bruno Veloso** – Bem, antes de mais, agradecer a resposta que foi dada e também de alguma forma elogiar o orador que me antecedeu, porque, de facto, fez uma síntese daquilo que são as nossas preocupações e daquilo que é o tratamento que, muitas vezes, temos tido por parte dos Governos Centrais. E, de facto, nesta questão eu coloquei a questão especificamente do Aeroporto Regional, porque me fez lembrar, e ainda bem que anteriormente se falou na história dos Governos Civis, porque esta história do Aeroporto Regional faz-me lembrar, um bocadinho, o Bragança ser Capital de Distrito, mas que capital somos nós? Governos Civis não temos, Entidades Distritais não existem, quer dizer, o termos um Aeroporto Regional só para mudarmos a placa não é isso que nós pretendemos, e aliás sobre essa matéria também temos que ter consciência, e também deixava este apelo, esta questão ao Presidente da Câmara, que oportunamente nos pudesse esclarecer, temos pendente, e tem sido unânime nesta AM, uma resposta sobre a existência ou não da carreira

aérea para Lisboa, que tanta falta nos tem feito, e, aliás, o Sr. Deputado Malhão, enquanto Presidente do NERBA, sabe bem, de certeza que tem ouvido muitos empresários a questionar, de facto, essa mesma necessidade que nos foi retirada.....

----- Eu acho que a Moção, em si, tem o seu mérito, eu entendo que ela deva ter uma reestruturação maior e uma maior abrangência e inclusivamente covidar as Assembleias Municipais e as Câmaras Municipais dos nossos vizinhos, do Distrito de Bragança, como seja Vinhais, que tem também essa mesma problemática e fazemos, se calhar, uma coisa mais alargada, sem prejuízo, naturalmente, desta Moção, mas com uma outra força, e, de facto, a CIM, nesse aspeto, tem essa força, ou, pelo menos, pretende-se que as Comunidades Intermunicipais tenham essa força acrescida e que nos consigam unir em prol da defesa dos nossos interesses.

----- Relativamente ao Aeroporto Regional eu acho que nesta Moção em concreto está um bocadinho descontextualizado, atendendo que reivindica única e exclusivamente o Aeroporto Regional, eu acho que a nossa reivindicação tem que ser claramente fundamentada, e o Aeroporto Regional, nesta Moção, parece que está um bocadinho “despernado”, mas é uma opinião que não invalida o nosso acordo na globalidade da Moção.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Henrique Ferreira, do MSP.

----- **Henrique Ferreira** – Eu deduzi, na intervenção do Sr. Deputado Pedro, que havia acordo em relação à introdução dos dois itens, prolongamento para Vinhais, requalificação da estrada de Vinhais e prolongamento para Vimioso, portanto o que eu proponho, neste momento, ao Sr. Presidente da Mesa, é que a Moção siga aprovada com a introdução destes dois pontos e depois se trabalhe no sentido de lhe dar coerência interna, face a essa introdução.

----- É evidente que, em relação ao Aeroporto Regional, ela é uma necessidade, se queremos desenvolver economicamente o Município temos que apostar na instalação de empresas para exportação, o Aeroporto é uma boa estratégia, mas a Câmara tem que fazer alguma evolução nesse sentido, tem que melhorar o manual, ao nível da gestão aeroportuária, e tem que

preparar-se para investir talvez um milhão de euros/ano, porque há que ter uma plataforma logística e isso vai custar esse investimento, mas eu acho que vale a pena, por isso vamos a isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Sr. Deputado.

----- Vamos, então, dar atenção ao proponente da Moção.

----- **Pedro Nogueiro** – Eu só queria complementar, então, a discussão, respondendo aos dois Membros da Assembleia, que é o seguinte.....

----- Em relação à Moção, tal qual ela está, está devidamente fundamentada e direcionada para estes dois projetos, estar a incluir mais esses dois que referiu, podemos fazê-lo, mas eu acho que fica totalmente descontextualizada, portanto eu proponho que se vote esta tal qual está, e, eventualmente, poderemos, numa sessão futura, formular uma nova Moção onde se incluam esses dois projetos que falou, mas devidamente fundamentada. Portanto estar a misturar as coisas depois não surte o efeito que se pretende.

----- Em relação à interpelação do Bruno Veloso, eu queria referir, se calhar, não me fiz explicar bem, porque é que aparece aqui o Aeródromo Municipal. Eu acho que, percebe-se perfeitamente, que um projeto é complementar do outro, quer dizer, e não faz sentido estar a separá-lo, portanto faz toda a lógica conseguir que se executem os dois, porque um é complementar do outro, portanto é só por isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bem, eu, agora, gostaria de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, porque mostrou interesse também em intervir neste tema, para, eventualmente, também prestar algum esclarecimento adicional, por isso, Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.

----- Quero dizer o seguinte, enquanto o Sr. Presidente de Câmara acaba aquelas notas, vendo na sua questão formulada ao subscritor desta Moção, não poderia a Mesa aceitar uma votação com texto reformulado à posterior, portanto nós só podemos aceitar uma votação com um documento completamente já proposto à AM, fechado, portanto não seria correto, nem nós aceitaríamos votar uma moção, embora percebêssemos o sentido, votar uma Moção que depois à posteriori ia ser reformulada para incluir alguns temas, podiam os termos dessa correção já não merecer a concordância de alguém mais.

----- Portanto, dava, agora, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente a esta questão do Aeródromo e do IP2 a Câmara Municipal tem vindo, desde há muito tempo, há mais de uma década e meia, como é referido na Moção, a reivindicar esta ligação. De facto aquilo que se verificou é que no ano de dois mil e um esta ligação, Bragança/Puebla de Sanábria, foi incluída no Plano Rodoviário Nacional, e já nessa altura havia esta noção da necessidade desta estrada, o que é facto é que passado este tempo todo ainda nada aconteceu, mesmo que o Município de Bragança tenha vindo, constantemente, a reivindicar esta construção.

----- Para isso foi também criada a Associação Auto Via León/Bragança, que inclui variadíssimas entidades, câmaras municipais, nomeadamente a de Bragança, as Associações empresariais do Distrito, creio que também a Portus Parque, a Associação Empresarial do Porto, estará também ligada a este processo, e do lado espanhol estão os Municípios de Puebla de Sanábria, La Bañeza, León, também as Associações Empresariais num projeto conjunto, de defesa desta ligação.

----- Eu recorro que, há uns anos atrás, quando o Sr. Presidente da República foi à Universidade de León manifestou, já nessa altura, o seu incondicional apoio a esta ligação, o que significa que por ele próprio foi reconhecida como necessária.

----- Pois bem, a partir daí têm sido tomadas algumas posições. A Câmara Municipal, já durante este mandato, tomou uma posição que foi votada em Reunião de Câmara, precisamente sobre este assunto, foi enviada para o Sr. Presidente da República, para o Primeiro Ministro, para o Secretário de Estado dos Transportes, foi enviada também para os Deputados do Concelho na Assembleia da República, e para outras entidades, nomeadamente as Estradas de Portugal, e para a AMB também, o que significa que tem havido aqui esta preocupação constante de defesa desta infraestrutura rodoviária.

----- Por outro lado, no dia seis de novembro fui a Lisboa reunir com o Secretário de Estado dos Transportes, com o atual Secretário de Estado, com o Dr. Sérgio Monteiro, no sentido de lhe apresentar, em mão, os próprios projetos, estes dois projetos, o da expansão do Aeródromo para Aeroporto Regional e a continuação do IP2 para o lado Espanhol. Pois esses documentos

ficaram com o Sr. Secretário de Estado. Entretanto fizemos outro tipo de diligências que eu agora aqui não vou referir, e todo este processo tem estado a ser constantemente e muito bem acompanhado por variadíssimas entidades a nível nacional.....

----- Na última vez que aqui estive em Bragança e que veio reunir à CIM, o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, o Dr. Castro de Almeida, ficou, de alguma forma, em Stand By, esta ligação, por uma razão simples: é por demais sabido que a União Europeia não está a considerar que Portugal utilize, os novos fundos comunitários, para a construção de Estradas.

----- O orçamento estimado, para o Aeroporto anda na ordem dos dez milhões de euros, dez/doze, e para a estrada anda na ordem dos sessenta milhões. Não havendo a possibilidade de ir buscar fundos comunitários para estas obras, sendo que o perfil definido para ligação Bragança/Puebla de Sanábria, é um perfil com uma velocidade limite de 90Km, tipo IP. Não estamos aqui a reivindicar nenhuma ligação em Auto Estrada, mas tão simplesmente esta ligação com todas as vantagens que daí adviriam seguramente, em termos de poupança a nível de transporte, na poupança de combustível, e a conclusão a que chegámos é que os transportadores que viessem do Porto, ou do Porto de Leixões, diretamente aos portos do lado espanhol, de Santander, de Bilbao e Gijón, são três portos do lado Espanhol que é onde embarca praticamente toda a mercadoria Portuguesa. Ora bem, esse percurso, passando aqui por Bragança, permitiria poupar, em cada viagem, 70Km, o que é consideravelmente muito.

----- Nós temos os problemas que são os problemas resultantes daquilo que são as políticas do envolvimento do próprio território, e essas tem a ver com o seguinte, com o investimento no litoral em detrimento do interior, porque? Porque está a apostar nas ferro vias na parte litoral do País, que depois vão ligar a Vigo, e não se aposta no transporte rodoviário por aqui, por Bragança, por Trás-os-Montes, e esta, se apostar no transporte rodoviário que vai de Aveiro/Salamanca e depois vai dar precisamente a esses portos, ou seja, o tráfego está a ser desviado para outro lado em detrimento daqui de Trás-os-Montes, e esta ligação, para nós, é fundamental, não só para Bragança, não é para Bragança que nós estamos a pedir, estamos a pedir uma ligação e a exigir uma ligação que beneficie a Região e o País, este é que é o objetivo,

e não estamos aqui a defender a nossa capelinha, nós defendemos, sempre defendemos e continuaremos a fazê-lo, eu já o disse publicamente, já o disse no âmbito da CIM, já o escrevi, que nós defendemos as ligações Bragança/Vinhais e também Outeiro/Vimioso, sabemos que isso faz falta, mas essas duas ligações podem vir a ser concretizadas sem que necessariamente tenha que se recorrer a fundos comunitários.....

----- Portanto o que seria importante seria realçar esta necessidade para que o concelho de Bragança, a Região e o País possam ter uma infraestrutura que, se não for feita agora, não será mais, e os fluxos rodoviários começam a fluir por outros lados e nós nunca mais apanhamos esta ligação. Também a questão do Aeródromo, é importante para nós e temos continuado a investir no Aeródromo de forma contínua.

----- Só agora posso dizer-vos que abrimos um procedimento para manter a pintura da pista, vamos gastar quarenta mil euros. Para manter as condições necessárias para que o Aeródromo fique em condições de poder ser utilizado tem os seus custos, e custos bastantes elevados, e queremos manter a Infraestrutura em condições de operar, mas para isso temos que ter a capacidade de reivindicar algumas obras que são necessárias. O projeto que está definido, que é um projeto que permite que o terminal tenha capacidade para duzentos passageiros, e com a ampliação da pista para 2300m, dar-nos-ia a possibilidade, aqui em Bragança, de operarem aviões de maior porte.....

----- Neste momento, estamos já a entrar em contacto com três operadoras aéreas, a Ryanair, a Easyjet e a SATA, no sentido de perceber se têm algum interesse em vir a operar em Bragança, mesmo que nós tivéssemos de lhes dar condições mais favoráveis àquelas que, neste momento existem.

----- Entendemos que esta infraestrutura aeroportuária pode ser, efetivamente, uma alternativa ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, em determinado tipo de condições, por exemplo, em situações de catástrofe em que o Aeroporto Francisco Sá Carneiro fica inoperacional, quem é que responde? Onde há outro Aeroporto aqui mais próximo? Não há nenhum, o mais próximo somos nós. Então porquê não estarmos a investir?

Esta infraestrutura que pode ser, de facto, uma alternativa para além daquilo que é a captação de fluxos turísticos. Também ao nível do transporte aéreo de mercadorias, que é muito mais rápido e acaba por não ser mais caro do que o transporte rodoviário, já há muitas zonas que estão a optar pelo transporte aéreo, nomeadamente transporte de mercadorias não muito pesadas.....

----- Já agora, informo de que, neste momento, encomendámos um estudo de viabilidade da expansão do Aeródromo para Aeroporto, para percebermos a capacidade de influência nesta zona, comparativamente a outros aeródromos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, por estes esclarecimentos adicionais.....

----- Vamos proceder à votação da Moção.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E SETENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES. .**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Henrique Ferreira, do MSP, tem a palavra para fazer a sua declaração de voto.

----- **Henrique Ferreira** – Depois dos esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, que foram muito úteis, não restaram quaisquer dúvidas de que devíamos votar a favor. Portanto percebi claramente qual era o sentido estratégico da Moção, com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. De qualquer forma, temos, numa próxima sessão, pensar no que disse o Sr. Deputado Pedro, colmatar as outras duas situações, que ficam aqui um pouco desprotegidas e até canibalizadas, no fundo é a luta entre Municípios, não é?.....

----- E, já agora, uma outra nota, Sr. Presidente da Câmara, não é necessário duplicar a pista, é necessário é alargar e prolongar a pista, uma faixa de segurança de 2500m/2600m e uma pista de 2300m,

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, sem querer corta o seu pensamento, já não é declaração de voto, eu pedia que fizesse esse tipo de observação mais adiante, está bem?

----- **Henrique Ferreira** – Ok! Pronto, pronto, o único problema desta pista é a orientação, não é outro, não é necessário duplicá-la, a ser necessário intervir era reorientá-la por causa dos ventos. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Peço desculpa ter interrompido a sua declaração de voto, mas estava, de facto, a sair do teor da declaração de voto.....

----- Bom, Bruno Veloso, tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- **Bruno Veloso** – Apesar de algum ceticismo relativamente ao alcance desta Moção, naturalmente que só poderíamos votar a favor, a tudo aquilo que, de facto, diz respeito à defesa do interior e das suas populações e possa trazer vantagens acrescidas.

----- Permita-me um desvio muito pequeno, relativamente à declaração do Sr. Presidente de Câmara, relativamente aos esforços particularmente com as operadores de baixo custo, eu acho que essa foi uma oportunidade perdida há muitos anos, e hoje os operadores de baixo custo, e temos um forte concorrente que é, de facto, o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, que felizmente, para eles, sobrevivem exatamente por causa dos operadores de baixo custo, e os operadores de baixo custo – Low Cost, nomeadamente a Rayner, tem exigências, como sabe. ...

----- **Presidente da Mesa** – Bruno Veloso... ..

----- **Bruno Veloso** – Eu pedi-lhe só um... ..

----- **Presidente da Mesa** – Não, mas tenho que dizer, é que já tive que ter o mesmo tipo de atitude para com o Dr. Henrique Ferreira.....

----- **Bruno Veloso** – Permita-me só esta frase.

----- “Tem exigências financeiras muito grandes”- que eu tenho muitas dúvidas, infelizmente, que o Município e a nossa estrutura empresarial consiga suportar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Peço, naturalmente com o devido respeito pelas vossas declarações de voto, que se cinjam às declarações de voto.

----- Bom, vamos ter que interromper a sessão, de facto, com as 4h estender-se-ia até às duas da tarde, mas, para finalizar, e porque me foi pedido por um Deputado, o Pedro Rego, que

vai ter que se ausentar desta Assembleia, para Vila Real, ele estava inscrito para uma intervenção, finalizaríamos, e não é uma Moção que vai ser apresentada, finalizaríamos este período da manhã com a intervenção do Pedro Rego, que depois lhe permitirá fazer a viagem que tem que necessariamente fazer para Vila Real.

----- Pedro Rego do PS, tem a palavra para a sua intervenção.

----- **Pedro Rego** – Início agradecendo a atenção do Presidente da AM, de facto eu tenho que me ausentar e ser-me-ia de todo impossível fazer a minha intervenção da parte da tarde, intervenção que se refere ao Período do Estado e Vida do Município e que por infelicidade ou por falta de tempo, viu-se aqui quebrado por causa da apresentação da Moção, não seria também justo, da minha parte não poder apresentar esta minha intervenção.

----- Assim faço os cumprimentos, uma vez que não os fiz há pouco, na declaração de voto, Ex.mo Presidente da AM, e Srs., Secretários, Sr. Presidente da CMB, Sr. Vice Presidente, Ex.mos Srs. Vereadores, Presidentes de Junta, Colegas Deputados, Comunicação Social e Público.

----- A minha intervenção pode vir agora um a pouco desfasada, porque houve esta quebra, relativamente ao Estado e Vida do Município, e tem a ver com um ponto em especial, as festividades dos 550 anos de pelouro Brigantino, 550 anos de cidade, da nossa cidade.

----- Permitam-me que o início da intervenção, que vos recorde o programa festivo do nosso dia, e deste dia da cidade de Bragança, como não podem ver que é longe, eu trouxe 2 recortes da imprensa que vos vou ler, sucintamente, os títulos.

----- Relativamente às festividades dos 550 anos - Jorge Nunes recebe Brasão de Ouro - Jornal Nordeste; Rádio Brigantia - Jorge Nunes recebe Brasão de Ouro do Município, Jorge Nunes recebeu ontem à noite Brasão de Ouro do Município durante as comemorações dos 550 anos da cidade de Bragança.

----- Estas foram as notícias alusivas às festividades ou às comemorações dos 550 anos do pelouro de Bragança.

----- Passo a dizer-vos aquilo que vocês sabem, também já foi ali plasmado em fotografia, que foram as atividades decorrentes desse dia:.....

----- apresentação do nono volume da Bibliografia do Distrito de Bragança, e convidados para o evento, sublinho, os convidados foram depois recebidos, não foi erro do Teatro Municipal Bragança, pela Real Tuna Universitária de Bragança, seguindo-se então a cerimónia de atribuição da Medalha do Brasão de Ouro do Município, ainda com dois apontamentos musicais.

----- Faço uma pausa, uma pausa não, porque me esqueci daquilo que vou dizer, até porque tenho-o escrito, mas uma pausa para olhar para os vossos rostos e para vos perguntar diretamente a vós Brigantinos, e eu tento perceber, se de facto somos representantes eleitos de um povo, ou se somos representantes eleitos de nós próprios, tento perceber se, de facto, entendem que o povo de Bragança, aquele que vos elegeu para os representarem, só serve mesmo para isso, para eleger, ficando arredado dos eventos festivos, apenas frequentados pelos eleitos.....

----- E tem sido assim frequentemente ao longo destes últimos anos, 25 de Abril, 5 de Outubro, 20 de fevereiro, festas que passam completamente ao lado da cidade e dos cidadãos, apenas para serem festejados por uma elite em espaços fechados ou com inaugurações pomposas de estradas devidas há mais de dez anos, sempre desajustadas e desadequadas ao tema a que se respeita o dia.

----- No dia 5 de Outubro de 2010 escrevi uma nota exatamente sobre esta temática, celebrações de importantes datas nacionais em Bragança, que se intitulava - “Hoje alguém comemorou o 5 de Outubro, mas não foi Bragança”. Nesse dia inúmeras cidades fervilharam de eventos de âmbito nacional aos quais Bragança não aderiu, estes dias poderiam e deviam ser festas do povo, festas das populações, envolvendo as associações recreativas, envolvendo os grupos escolares, criando temáticas à volta dos temas a comemorar.....

----- Note-se o evento realizado aqui bem perto, em Vila Real, no 25 de Abril, onde devia haver alegria nas ruas, respeito pelas datas, respeito pelos cidadãos, mas não há. Continuam constantemente a ser festejadas apenas por alguns, homenageando alguns e esquecendo aqueles aos quais se devia dar toda a atenção das pessoas desta cidade, as pessoas que nos elegeram.....

----- Assim, manifesto aqui, perante esta Assembleia, a minha total discordância pela forma como foram festejados os 550 anos do Foral Brigantino, os 550 anos de cidade, festejos que se resumiram, independentemente da sua importância ou minha concordância com eles, não é de forma alguma minha intenção julgar a importância dos eventos citados, mas que se resumiram a eventos dentro de quatro paredes para convidados e onde tivemos uma homenagem e uma apresentação de um livro e os dois momentos musicais. Infelizmente e por conversa com amigos e familiares fiquei triste, muito triste aliás, ao saber que tudo isto passou ao lado da população, aliás a maior parte deles nem sabendo sequer que dia era aquele e que data era aquela.

----- Não é certamente a minha maneira de estar, a maneira de estar de um Município que se quer para todos e não apenas para alguns, para mim inadmissível, pergunto? Não devia ser este dia, que afinal de contas é o dia de nascimento da nossa cidade, ser festejado de outra forma? Aberto à população, envolvendo todas as edificações históricas que temos, Castelo, Domus, sendo esta uma data de importância histórica tão elevada, não deviam estes eventos, quer sejam datas de âmbito nacional ou datas locais importantes e envolver toda a população? Porque motivo ao longo destes últimos anos, e, pelos vistos, continua o mesmo formato, todos os eventos terem a mesma forma de serem celebrados, homenagens privadas, apresentações de livros e um apontamento musical, não digo que não se façam, não digo que não sejam importantes, mas sempre somente isto? Certamente que a cidade e os seus habitantes poderiam e deveriam receber mais atenção por parte do Município e não arredarem a população destas datas.

----- Por falar em arredar e terminando a minha intervenção, relativamente à organização da Feira das Cantarinhas, que, desde já, aplaudo, e finalmente nos ouviram, assumindo um erro cometido de a terem tirado do centro da cidade, pergunto-lhe também, Sr. Presidente, o porquê da junta da cidade, a junta que representa cerca de vinte mil habitantes da cidade, não ter sido incluída na organização deste evento, sendo apenas apoiante, porque? Porquê o individualismo quando a cidade pede união, porquê dividir esforços quando urge uma unificação de esforços.

----- Houve algum cuidado, e, de alguma forma, contatar as restantes freguesias rurais para que se façam representar os seu produtos durante a feira?

----- Foram chamadas a participar todas as pessoas que poderiam engrandecer esta feira? É que quando se fala de união, quando se fala de unificação de esforços em prol da cidade, não podem ser simplesmente palavras bonitas lançadas ao vento e chavões políticos eleitorais.

----- Registo, por fim, a opinião sobre o Estado e Vida do Município, no geral, que continua a ser aquilo que eu previa, uma gestão de conta corrente.

----- Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- E com esta intervenção terminamos o período da manhã, volto a chamar a atenção aos Srs. Deputados para que na sequência da Moção apresentada, relativamente à saúde, que deverão trabalhar um documento conjunto, sendo que nós voltaríamos a abrir a Sessão às duas e meia da tarde, o que permite, provavelmente, meia hora para vocês trabalharem nessa Moção.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

----- **Presidente da Mesa** – Temos quórum, vamos reiniciar os trabalhos.

----- Retomamos, pois, os trabalhos, levando, ainda, em seguimento as inscrições efetuadas no período da manhã, nesse sentido chamamos para fazer a sua intervenção, Maria do Amparo Alves do PSD. ---

----- **Amparo Alves** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Ex.mo Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Ex.mos Senhores Vereadores, Ex.mos Senhores Presidentes da Junta, Senhoras e Senhores Deputados, órgãos de comunicação social e excelentíssimo público.

----- Nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro realizou-se a primeiro Festival do Butelo e das Casulas na cidade de Bragança.....

----- Sr. Presidente, parabéns por esta iniciativa que, tendo sido realizado pela primeira vez, obteve bons resultados não só pela venda dos produtos como pelo movimento das pessoas na cidade. Foi o primeiro passo para este festival e foi dado com sucesso.

----- Tenho a certeza de que este evento vai ser cada vez melhor, crescendo de ano para ano, como aconteceu com a Feira do Fumeiro de Vinhais e outras.

----- A Feira do Fumeiro de Vinhais como todos sabemos, tem mais de 30 anos em que o pioneiro foi o Sr. Capitão Humberto Sobrinho Alves.

----- Começou por ser uma Feira de pequena dimensão, hoje é conhecida a nível nacional e internacional, devido à sua qualidade e divulgação.

----- O nosso Festival do Butelo e das Casulas prima pela ótima qualidade dos seus produtos, o que irá permitir o seu crescimento futuro.

----- Parabéns Sr. Presidente e a todos os que se envolveram neste projeto, voltando a trazer para a zona nobre da cidade de Bragança um evento e a sua divulgação através das redes sociais.

----- Sr. Presidente, Vossa Excelência é uma pessoa sensível às necessidades dos cidadãos do concelho de Bragança e a prova é que lhes dá a oportunidade de trazerem à cidade a venda dos seus produtos muito apreciados por todos.

----- Nesta minha intervenção, não posso deixar de mencionar a tradição da Feira das Cantarinhas, que durante a alguns anos sofreu alterações e que felizmente foi devolvida ao centro da cidade.

----- As pessoas estão muito satisfeitas pelo regresso ao local mais tradicional, que era um dos anseios dos cidadãos do concelho.

----- Esta feira, com grande visibilidade, permite a vinda de um grande número de visitantes que proporcionam o crescimento da economia local e permite dar vida ao centro da cidade. Com estes eventos e de outros que irão surgir, Bragança tornar-se-á uma cidade ainda mais atrativa e que isto seja um sinal das intenções do executivo de dar uma nova vida ao núcleo antigo da cidade, como noutros tempos.

----- Sendo estas duas iniciativas assinaláveis individualmente, não podemos deixar de notar que se antevê uma tendência para a revitalização definitiva do centro Histórico.....

----- Que essa tendência e futuras iniciativas ajudem e tenham uma influência positiva na revitalização da zona antiga como de facto o prometeu este executivo aquando da sua candidatura. Obrigada!"

----- **Presidente da Mesa** – Obrigada, Sr.^a Deputada.....

----- Temos, agora, que chamar o Sr. Deputado Henrique Ferreira, Do Movimento Sempre Presente, estava inscrito para a Ordem do Dia.....

-----

----- **Presidente da Mesa** - Prescinde.

----- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Babe.

----- Não está, passamos à frente.

----- Eduardo Malhão, bom, temos aqui algumas inscrições quer estão a ser prejudicadas pelo facto de não estarem presentes.

----- Pode ser que entretanto, depois da intervenção solicitada agora, por António Morais, que anteriormente inscritos possam estar presentes na sala para as suas intervenções.....

----- António Morais, da CDU, tem a palavra.....

----- **António Morais** – Antes propriamente da minha intervenção se me permite uma correção em relação à intervenção anterior, porque é justo destacar que o grande pioneiro da Feira do Fumeiro de Vinhais foi de facto o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Professor Dionísio, como Diretor do Parque Natural de Montesinho. Recordar também que a organização da feira de Vinhais, durante muitos anos, foi praticamente assegurada pelos técnicos e pelos funcionários do Parque Natural de Montesinho. Era este sublinhado, e é justo sublinhar este aspeto.....

----- Em relação propriamente à questão do Estado e Vida do Município, há bocado omiti, uma questão que refuto de importante também, no relatório relativo aos serviços de recursos Humanos da Câmara Municipal constata-se que há trinta e sete postos de trabalho permanentes na Autarquia, oito empregos de inserção, treze - inserção património, dezasseis estágios não remunerados. Ora, isto vem um bocado ao arrepio e de certa forma fica a questão, como é que a Câmara Municipal gere este imbróglio tendo a sujeição da redução de dois por cento de funcionários da Câmara. Eu creio que esta política de gestão vai um bocado ao encontro da precariedade constante, porque estes trinta e sete

funcionários no fim do ano irão embora, mas serão substituídos certamente por outros, porque estão a cumprir funções impreteríveis e funções importantes para a Câmara.

----- Portanto sublinho esta incongruência, e, de facto, há que dar volta a isto, na sua génese contrariar os ditames do Poder Central na redução de postos de trabalho, quando eles, manifestamente, são importantes para o Município. Disse.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Ia precisamente interrompe-lo para pedir silêncio na Assembleia, a intervenção do Sr. Deputado ficou algo prejudicada pelo ruído de fundo que estava na sala. Srs. Deputados peço que tenham consideração pelas pessoas que estão a usar da palavra.

----- Seguimos, havia mais algumas intervenções solicitadas, não estão presentes os deputados que manifestaram essa intenção, pelo que dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, depois deste conjunto de intervenções se pretende também usar o seu tempo para fazer alguma consideração àquilo que foi dito. ---

----- **Presidente da Mesa** – Bom, então ia pedir aos grupos municipais se já realizaram a eventual correção da moção.....

----- Estão reunidos? Muito bem.

----- Então vamos avançar com os trabalhos passando para o ponto seguinte da agenda de trabalhos, aguardando naturalmente que o texto final da moção que ficou de manhã para ser apreciada e votada no período da tarde, chegue para tal.....

----- Passamos ao ponto seguinte.....

PONTO 4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 - Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2013 e Proposta de Aplicação de Resultados;

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2013 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Sr. Presidente da Câmara, foram presentes, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2013, previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001, do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2013 apresenta um ativo líquido no valor de 209.133.741,08 euros, registando os fundos próprios e o passivo igual montante. A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 28.148.588,81 euros e proveitos no montante de 30.341.536,99 euros, originando um resultado líquido do exercício positivo de 2.192.948,18 euros.

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da

gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2013, os seguintes valores: Um total de recebimentos no valor de 39.182.552,18 euros, que compreendem 1.479.374,95 euros do saldo da gerência anterior, 36.123.602,24 euros de receita orçamental (receitas correntes no montante de 26.362.093,72 euros, receitas de capital no montante de 9.757.029,20 euros e o valor de 4.479.32 euros relativo a outras receitas) e 1.579.574,99 euros, de operações de tesouraria.

Foram efetuados pagamentos no valor total de 37.121.555.75 euros, correspondendo 35.540.836,69 euros a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 19.716.908,51 euros e 15.823.928,18 euros de despesas de capital), e 1.580.719,16 euros, relativos a operações de tesouraria.

Estes valores evidenciam um saldo de 2.060.996,43 euros, a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 743.933,37 euros referente à execução orçamental e 1.317.063,06 euros, referente a operações de tesouraria.

Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 2.192.948,18 euros, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 109.647,41 euros e o restante no valor de 2.083.300,77 euros, para reforço do Património.

De seguida o Sr. Presidente procedeu à apresentação do documento de forma sucinta:

APRESENTAÇÃO

“Em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas, apresenta-se os documentos que integram a Prestação de Contas do Município de Bragança, relativos ao ano de 2013. O Relatório de Gestão procura clarificar quanto às origens das receitas e natureza das despesas do Município de Bragança, bem como o enquadramento face à sua situação económica e financeira.

São, igualmente, apresentadas as Contas Consolidadas (Relatório e Mapas de Prestação de Contas) do Município de Bragança que, juntamente com as contas individuais, foram objeto de auditoria e certificação legal por parte de uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Da análise aos documentos atrás enunciados e pese embora o facto de o contexto macroeconómico verificado em 2013 se continuar a apresentar desfavorável, o Município de Bragança apresenta resultados positivos, os quais evidenciam o esforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Para isso contribuíram as medidas impostas pelo Executivo Municipal que, face ao agravamento da crise financeira que o País atravessa e à

substancial quebra das receitas provenientes da participação dos municípios nos impostos diretos do Estado, continuou a aplicar cortes nas despesas que representavam desperdício e inadequada gestão dos recursos, nomeadamente materiais e financeiros. Deste modo, garantiu-se o cumprimento na adequação dos compromissos assumidos face aos recursos financeiros disponíveis.

Em termos genéricos e de um modo sintetizado, refere-se os principais resultados:

O Município de Bragança apresenta uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança líquida, face às dotações corrigidas de 89,91%;

As receitas (brutas) de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as previsões corrigidas de 66,18% e 104,65%, respetivamente;

O acréscimo da receita corrente de 18,84%, face ao ano de 2012. Este crescimento advém essencialmente de receitas fiscais, nomeadamente por força do aumento dos impostos diretos (IMI e IMT); das transferências correntes (FEF corrente) e, ainda, da venda de bens e serviços correntes que registam, face ao ano anterior, um crescimento de 10,65%;

A receita de capital, inferior em 19,40% relativamente a 2012, ou seja, cerca de 2,3 milhões de euros tem, fundamentalmente, origem na variação negativa das transferências de capital (FEF de capital e apoios comunitários);

As despesas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as dotações corrigidas de 88,31% e 88,87%, respetivamente;

As despesas realizadas com pessoal atingiram cerca de 6,6 milhões de euros, representando um aumento face a 2012 de 11,89%, ou seja, de 0,7 milhões de euros. Este comportamento é justificado pela imposição legal na reposição do subsídio de férias, bem como pelo aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações em 5%. As despesas com pessoal representam 34% das despesas correntes e 18,67% das despesas totais;

As despesas com a aquisição de bens e serviços e juros e outros encargos decresceram, face a 2012, 3,39% (i.e. 0,4 milhões de euros) e 31,99% (i.e. cerca de 80 mil euros), respetivamente;

Os passivos financeiros reduziram, comparativamente a 2012, 21,89%, ou seja, cerca de 0,3 milhões de euros;

A aquisição de bens de investimento, transferências de capital e ativos financeiros cresceu, face ao ano anterior, 5,8%, ou seja, 0,8 milhões de euros;

Constata-se que as receitas correntes superaram em 6,6 milhões de euros as despesas correntes, suportando uma fatia significativa do investimento;

A concretização de um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) inferior a 60 dias, objetivo proposto e atingido;

A redução da dívida a terceiros, relativamente a 2012, em 4,72%, ou seja, em 0,6 milhões de euros. Em 31.12.2013 a dívida de médio e longo prazos fixou-se em 6,7 milhões de euros (-7,18% face a 2012) e a dívida de curto prazo fixou-se em 5 milhões de euros (1,19 % face a 2012);

O cumprimento dos limites, face à capacidade de endividamento, impostos pela lei em vigor. A situação do Município de Bragança (incluindo o SEL), face aos limites de endividamento de médio e longo prazo, ainda detém uma margem disponível de 11,8 milhões de euros e face aos limites de endividamento de curto prazo ainda detém uma margem disponível de 1,2 milhões de euros;

Em termos patrimoniais o Balanço da Autarquia sofreu um incremento global de 4,3 milhões de euros, ou seja, 2,13% face a 2012;

O resultado líquido do exercício económico de 2013 é de 2,2 milhões de euros;

Deu-se cumprimento ao objetivo de redução do número de trabalhadores, imposto pela Lei do Orçamento de Estado. Em 31 de dezembro de 2013 o número de trabalhadores do Município de Bragança fixava-se em 363, ou seja, menos 10 efetivos do que em 31 de dezembro de 2012.

Apesar das dificuldades, quer ao nível dos sacrifícios impostos por via dos cortes salariais e aumento da carga fiscal por parte da administração central, quer pelo facto de o ano 2013 ter sido um ano atípico devido à necessidade de mudança dos serviços para os novos edifícios sede do Município, com todos os problemas e constrangimentos inerentes a este processo, quero deixar uma palavra de apreço e reconhecimento a todos os trabalhadores e dirigentes do Município pela atitude de elevado sentido de responsabilidade manifestada, tendo colocado o seu total empenho e dedicação para que o relacionamento e o atendimento aos cidadãos não tivesse sido minimamente afetado, cumprindo os objetivos definidos.

Também uma palavra de agradecimento a todos aqueles que contribuíram para os resultados alcançados, nomeadamente os que mais diretamente se relacionaram com o Município: Presidentes das Juntas de Freguesia, elementos essenciais no processo de desenvolvimento do concelho, sempre com uma atitude positiva na defesa dos interesses das populações, cuja colaboração com o Município se revelou profícua; às Instituições com as quais mantivemos uma relação de proximidade, aos prestadores de serviços e fornecedores de bens e às empresas.”

Após a apresentação, o Sr. Presidente, colocou o assunto à discussão e votação, tendo os Srs. Vereadores, apresentado as seguintes declarações de voto:

Declaração de voto do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Estes documentos refletem perspetivas de gestão distintas das que eu defendo para este município.

Já no ano anterior referi, que sendo a prestação de contas constituída por documentos muito extensos apenas um fim de semana para a sua análise é pouco tempo.

Gostaria que no próximo ano os documentos fossem entregues mais atempadamente, de forma a permitir uma análise mais profunda, e poder votar favoravelmente.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“Após uma leitura breve, o mais atenta possível, já que a manifesta falta de tempo para preparar tão responsável tarefa que constitui a análise dos Relatórios de Contas 2013, bem assim como os Relatórios de Contas das extintas empresas municipais Mercado e Terra Fria Carnes e outros documentos, concluímos o seguinte:

O aumento das receitas correntes deve-se ao aumento significativo dos impostos diretos de cerca de 20,31% em relação ao ano de 2011 e 2012, passando de 4.492.335,52 euros e 4.615.122,54 euros para 5.552.245,80 euros, como refere o quadro n.º 5 da página 19, o que demonstra bem o agravamento dos impostos municipais sobre imóveis e o imposto sobre transmissões onerosas de imóveis, contrariando a propagandeada descida da taxa de IMI, como o executivo de então nos fez crer.

Assim como a venda de bens e serviços correntes como água, recolha de resíduos, eletricidade passaram de 5.177.726,17 euros de receita em 2012, para 5.729.289,19 euros, o que perfaz um aumento de 10,65%, com certeza refletido nos bolsos dos munícipes que se queixam dos contínuos aumentos das tarifas de água e resíduos.

Já na rubrica taxas multas e outras penalidades, houve um agravamento de cerca de 22,35% de 2011 para 2012, passou de 958.277,16 euros para 1.172.407,99 euros; e cerca de 14,01% de 2012 para 2013, passando de 1.172.407,99 euros para 1.336.695,81 euros.

Daqui se concluiu que o aumento das receitas correntes se deve essencialmente ao esforço dos munícipes que ano após ano são levados a pagar mais, através do aumento dos impostos e também das taxas, multas e tarifas, que o município vem praticando.

Aliás, estas receitas, transferências correntes, juntamente com as de capital provenientes essencialmente de apoios comunitários, constituem o grosso da estrutura da receita, segundo o documento distribuído, sendo responsáveis por 73,74% dos fundos do orçamento da receita.

Assim, e a continuar a diminuição “abrupta” das receitas de capital, podemos estar perante um cenário de hipotéticos aumentos das receitas correntes nas suas várias vertentes, dando continuidade ao aumento significativo da carga fiscal sobre os munícipes, como é referido na pág. 35 deste documento “em trâmites financeiros houve um acréscimo significativo das receitas fiscais e das receitas próprias de financiamento o que provoca um efeito positivo na dita, saúde financeira”.

Estamos pois perante um documento iminente técnico que reflete bem as orientações políticas que os anteriores executivos tiveram ao longo dos diversos mandatos, sobre as quais sempre manifestámos o nosso desacordo.

Assim, não tendo diretamente qualquer responsabilidade executiva no plasmado no documento, votamos abstenção.”

Declaração de voto do Sr. Presidente

“Esta análise dos Srs. Vereadores à questão dos impostos não reflete a decisão do atual executivo municipal, a deliberação tomada nesta matéria já com o atual executivo, só irá ter reflexo na prestação de contas de 2014.

O aumento que refere tem a ver com a atualização do valor patrimonial, efetuada pelo Serviço de Finanças, nas quais o executivo não tem intervenção.

Quando foi deliberada a descida das taxas do IMI foi uma atitude positiva.

Sobre o aumento da rubrica – multas e penalidade, esta aplicação decorre da lei, pelo que não conseguimos controlar as decisões dos munícipes.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs. Presidente e Vereadores Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Batista, duas abstenções dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo e um voto contra do Sr. Vereador Humberto Rocha, aprovar o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de exercício de 2013, bem como aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submetem-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2013, respetivamente.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexos I

Documentos de Prestação de Contas/2013 – Consolidação de Contas/2013 ”

----- Presidente da Mesa – Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.

----- Presidente da Câmara – Apresentou, em power point o seguinte:.....

Controlo Orçamental da Receita								
ORÇAMENTO DE RECEITA								
Descrição	Dotações		Receita Cobrada		Desvio % (RCL-DC)	Tx. execução (RCL)		
	Iniciais	(DI) Corrigidas (DC)	Bruta (RCB)	Líquida (RCL)		Dotações Iniciais	Dotações corrigidas	
Receitas Correntes								
Impostos Diretos	4.505.100,00	4.505.100,00	5.552.245,80	5.499.349,97	22,07%	122,07%	122,07%	
Impostos Indiretos	92.100,00	92.100,00	73.591,38	73.591,38	-20,10%	79,90%	79,90%	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.036.700,00	1.036.700,00	1.336.695,81	1.333.801,86	28,66%	128,66%	128,66%	
Rendimentos de Propriedade	1.809.200,00	1.809.200,00	1.829.662,68	1.829.662,68	1,13%	101,13%	101,13%	
Transferências Correntes	12.280.100,00	12.280.100,00	11.797.526,19	11.797.526,19	-3,93%	96,07%	96,07%	
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.341.100,00	5.341.100,00	5.729.289,19	5.721.580,02	7,12%	107,12%	107,12%	
Outras Receitas Correntes	125.800,00	125.800,00	43.082,67	43.082,67	-65,75%	34,25%	34,25%	
Sub-total	25.190.100,00	25.190.100,00	26.362.093,72	26.298.594,77	4,40%	104,40%	104,40%	
Receitas de Capital								
Venda de Bens de Investimento	1.663.700,00	2.587.200,00	91.148,41	91.148,41	-96,46%	5,48%	3,52%	
Transferências de Capital	11.462.100,00	11.462.100,00	9.212.613,61	9.212.613,61	-19,63%	80,37%	80,37%	
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
Passivos Financeiros	1.603.100,00	679.600,00	453.020,00	453.020,00	-33,34%	0,00%	66,66%	
Outras Receitas de Capital	13.900,00	13.900,00	247,18	247,18	-98,22%	1,78%	1,78%	
Sub-total	14.742.800,00	14.742.800,00	9.757.029,20	9.757.029,20	-33,82%	66,18%	66,18%	
Outras Receitas								
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10.900,00	10.900,00	4.479,32	4.479,32	-58,91%	41,09%	41,09%	
Saldo da Gerência Anterior	0,00	161.000,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%	
Sub-total	10.900,00	171.900,00	4.479,32	4.479,32	-97,39%	41,09%	2,61%	
TOTAL	39.943.800,00	40.104.800,00	36.123.602,24	36.060.103,29	-10,09%	90,28%	89,91%	

----- Boa tarde. Vou fazer uma síntese daquilo que são os Documentos da Prestação de Contas, o documento foi distribuído a todos os Srs. Membros da AM.

----- Temos neste slaid, uns dados relativamente ao Controlo da Receita, saliento que a taxa de execução do Orçamento da Receita é de 90,28% das dotações iniciais e de 89,91% das dotações corrigidas.....

Controlo Orçamental da Despesa

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Despesa Paga (DP)	Desvio % (DP-DC)	Tx. execução	
					Dotações Iniciais	Dotações corrigidas
Despesas Correntes						
Despesas com o Pessoal	6.502.500,00	6.861.750,00	6.635.171,17	-3,30%	102,04%	96,70%
Aquisição de Bens e Serviços	13.663.800,00	13.259.950,00	11.191.486,63	-15,60%	81,91%	84,40%
Juros e Outros Encargos	227.300,00	222.300,00	170.459,76	-23,32%	74,99%	76,68%
Transferências Correntes	1.412.300,00	1.284.700,00	1.178.733,45	-8,25%	83,46%	91,75%
Outras Despesas Correntes	320.200,00	558.400,00	541.057,50	-3,11%	168,97%	96,89%
Sub-total	22.126.100,00	22.187.100,00	19.716.908,51	-11,13%	89,11%	88,87%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	13.732.500,00	13.070.200,00	11.042.311,55	-15,52%	80,41%	84,48%
Transferências de Capital	2.318.800,00	2.692.100,00	2.626.550,79	-2,43%	113,27%	97,57%
Ativos Financeiros	857.200,00	1.246.100,00	1.245.927,11	-0,01%	145,35%	99,99%
Passivos Financeiros	909.200,00	909.300,00	909.138,73	-0,02%	99,99%	99,99%
Sub-total	17.817.700,00	17.917.700,00	15.823.928,18	-11,69%	88,81%	88,31%
TOTAL	39.943.800,00	40.104.800,00	35.540.836,69	-11,38%	88,98%	88,62%

BONS NÍVEIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, devido ao bom planeamento e controlo das atividades

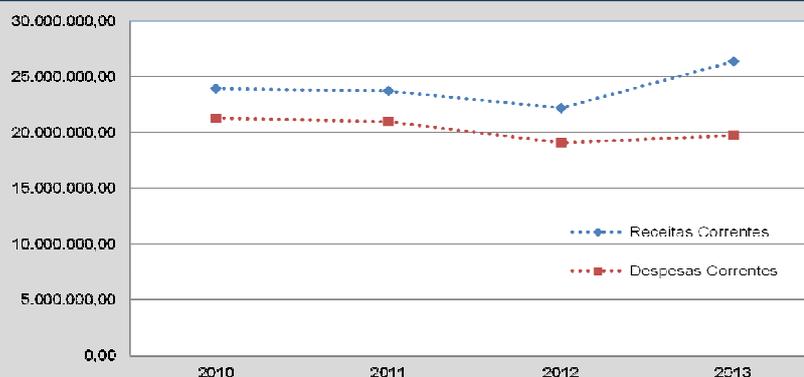
Exercício de 2013

Município de Bragança

26

-----Relativamente à despesa e às despesas de capital e correntes tiveram uma taxa de execução de 88,98%, isto relativo às dotações iniciais e também de 88,62% das dotações corrigidas.

Evolução das Receitas Correntes e de Capital



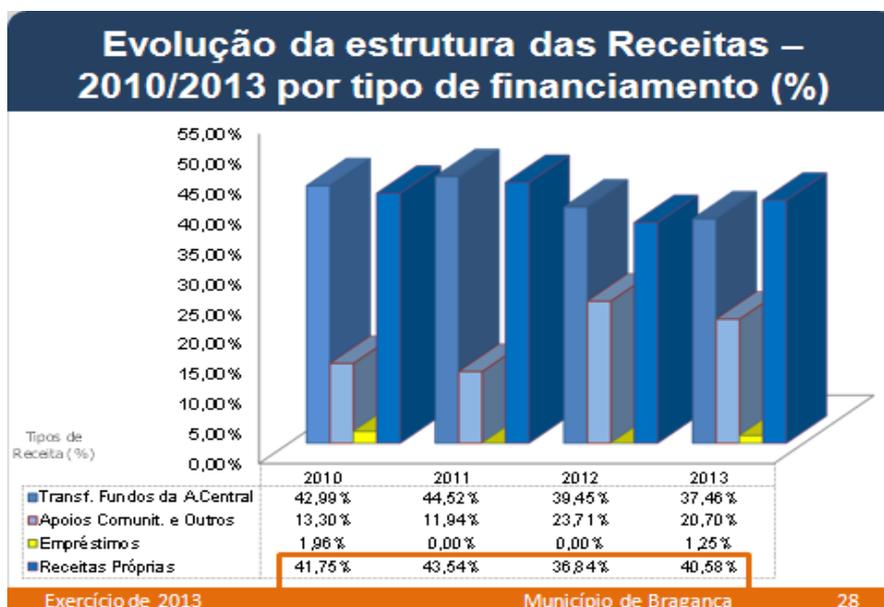
As receitas correntes superaram em 6,6 milhões de euros as despesas correntes, suportando uma fatia significativa do investimento.

Exercício de 2013

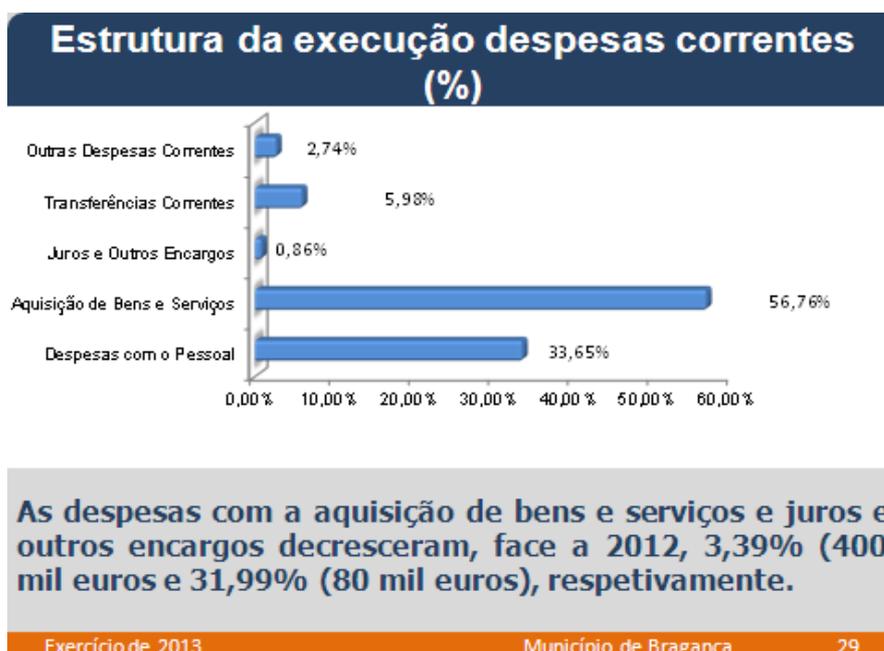
Município de Bragança

27

-----As receitas correntes superaram em 6,6 milhões de euros as despesas correntes, suportando uma fatia significativa do investimento.....



-----Também aqui a evolução da estrutura das receitas, as transferências das receitas próprias, no ano de 2013, aumentaram ligeiramente, sendo que os empréstimos tiveram uma percentagem de 1,25; os apoios comunitários representaram 20,70% e as transferências de fundos da Administração Central 37,46%.....



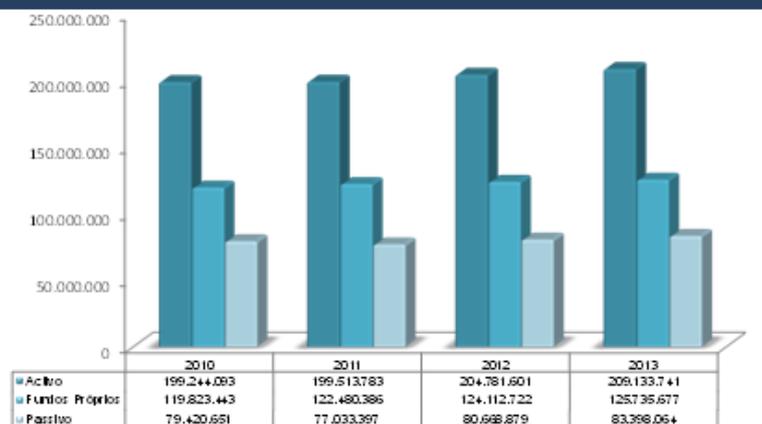
-----A repartição das despesas do Plano Plurianual de Investimento, 2010/2013 verifica-se as Funções Económicas com uma percentagem de 28,48%; as Funções Sociais 27,33% e as Funções Gerais 44,19%.....

Endividamento Municipal		
Designação	Montante	
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	6.554.808,61	
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	2.836.658,21	
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	908.466,96	
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	787.983,41	
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	1.627.914,00	
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	5.835.361,57	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	1.996.727,62	
Limites endividamento municipal		
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	17.664.953,00	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	3.246.280,00	
Situação face aos limites		
	Excesso	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Margem 11.829.591,43	
	Excesso	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Margem 1.249.552,38	
<p>A redução da dívida a terceiros, relativamente a 2012, em 4,72%. Em 31.12.2013 a dívida de médio e longo prazos fixou-se em 6,6 milhões de euros (-7,18% face a 2012) e a dívida de curto prazo fixou-se em 5 milhões de euros (- 1,19 % face a 2012);</p>		
Exercício de 2013	Município de Bragança	32

-----No respeitante ao Endividamento Municipal, verificou-se que a redução da dívida a terceiros, relativamente a 2012, rondou uma percentagem de 4,72%. Em 31/12/2013 a dívida de médio e longo prazos fixava-se em 6,6 milhões de euros (-7,18% face a 2012) e a dívida de curto prazo fixou-se em 5 milhões de euros (-1,19% face a 2012).....

----- Esta é uma perspetiva cuja tendência será igual, isto é de descida destes montantes e estimamos que por volta de 2017 estejamos com uma dívida praticamente a zero.....

Evolução do Balanço no período 2010-2013



Em termos patrimoniais o Balanço sofreu um incremento global de 4,3 milhões de euros, ou seja, + 2,13% face a 2012.

Exercício de 2013

Município de Bragança

33

-----A Evolução do balanço no período de 2010-2013, em termos patrimoniais o Balanço sofreu um incremento global de 4,3 milhões de euros, isto é, mais 2,13% face a 2012.....

Composição do Resultado Líquido do Exercício

		2012	2013	variação absoluta
Resultados Operacionais	(1)	653.465,95	1.842.223,45	1.188.757,50
Resultados Financeiros	(2)	1.653.378,84	1.629.442,64	-23.936,20
Resultados Correntes	(3)= 1+2	2.306.844,79	3.471.666,09	1.164.821,30
Resultados Extraordinários	(4)	-458.501,89	-1.278.717,91	-820.216,02
Resultado Líquido do Exercício	(5)= 3+4	1.848.342,90	2.192.948,18	344.605,28

O Resultado Líquido do Exercício positivo regista, comparativamente a 2012, um aumento percentual de 18,64% (344.605,28 euros).

Exercício de 2013

Município de Bragança

34

-----A Composição do Resultado Líquido do Exercício é positivo comparativamente a 2012, teve um aumento percentual de 18,64% (344.605,28 euros).....

----- Estes bons resultados, como estão aqui anunciados, têm a ver com o rigor na gestão, com a prossecução de princípios, bom governo e contenção na despesa, garantir o equilíbrio nas contas do Município, a redução continuada na dívida, como também já salientei, e a execução de importantes investimentos públicos, pagamentos abaixo dos sessenta dias, resultado líquido positivo a que acresceram os indicadores de boa gestão.

----- Já agora, permitam-me dizer que em termos de pagamento a fornecedores, neste momento, estamos com uma média de quarenta dias. O objetivo é em final de 2014 passarmos para os trinta dias a todos os fornecedores.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Estão abertos, agora, inscrições para pedidos de esclarecimento sobre a intervenção que agora fez o Sr. Presidente da Câmara.

----- Não há registos de pedidos de esclarecimento.....

----- Intervenções?

----- Registamos três inscrições até ao momento.....

----- Bruno Veloso, do PS, fará a primeira intervenção sobre este ponto.....

----- **Bruno Veloso** – Boa tarde a todos, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, Srs. Presidentes de Junta. De facto o que nos trás aqui é um documento eminentemente técnico, mas que de facto revela bem aquilo que tem sido a política que os anteriores executivos tiveram ao longo dos diversos mandatos sobre os quais nós temos manifestado o nosso desacordo, isso não é novidade.....

----- Assim, não tendo propriamente responsabilidades no documento que nos apresentou, propriamente diretas, porque isto faz parte do Executivo anterior, apesar de também dele fazer parte, apesar, desde já, que o PS, efetivamente, não se oporá a este documento, portanto irá abster-se.....

----- De qualquer forma importa salientar duas ou três notas breves. Relativamente ao aumento das receitas correntes deve-se ao aumento significativo dos impostos diretos, iusso é

muito bem plasmado, em cerca de 20,315 em relação ao ano de 2011-2012, como refere o quadro que nos apresentou, o que demonstra também que o agravamento dos impostos municipais sobre imóveis, e o imposto sobre as transmissões onerosas, contrariando, de alguma forma, o que tem sido propagandeado, continua a ter um peso significativo nas receitas do município, assim como a venda dos serviços corrente, com a água, resíduos e energia. Já na rubrica taxas e multas ouve também um agravamento de 23%, em 2009 para 2012, sendo que 2012 para 2013 chegámos a atingir um valor de um milhão e trezentos e trinta e seis mil, estou certo que isto é, de alguma forma, uma política da própria Autarquia e ??? e também muitas vezes a falta de financiamento com que esta Autarquia, e continuará infelizmente a ser assim no futuro, vai precisar.

-----E conclui-se daqui que de facto o aumento das receitas correntes deve-se essencialmente ao esforço os munícipes, que ano após ano são levados a pagar mais, através do aumento de impostos, mas também através das taxas, multas e tarifas. Aliás, estas transferências de receitas correntes juntamente com as de capital provenientes essencialmente dos apoios comunitários, constituem o grosso de uma estrutura receita, segundo o documento distribuído que anda á volta dos 73,8% dos fundos do orçamento da receita.....

-----Isto, de facto, causa-nos algumas questões e que a continuar esta diminuição abrupta das receitas de capital podemos estar perante um cenário mais ou menos hipotético que as receitas correntes das várias vertentes dando continuidade ao aumento significativo da carga fiscal sobre os munícipes, e aliás como é referido, dizendo que em três tramites financeiros houve um acréscimo significativo das receitas fiscais e das receitas próprias de financiamento, o que provocam um efeito positivo na dita saúde financeira. Portanto estamos pois, perante, apesar de um documento técnico, mas que denota, de facto, que o esforço que tem sido feito também aqui na nossas Autarquia, do lado dos munícipes, eu acho que é o ciclo que nós temos que inverter nos próximos anos.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem, agora, a palavra, a Sr.ª Deputada Maria Isabel, do Movimento sempre Presente.....

----- **Maria Ribeiro** – Boa tarde. Vou começo por realçar um ponto positivo, o facto do Património líquido ser suficiente para cobrir todas as dívidas do Município, mas como ponto negativo destaco o baixo peso dos meios líquidos nomeadamente os depósitos à ordem em caixa, que terão necessariamente consequências negativas na liquidez, como vemos mais à frente, na análise económico-financeira.....

----- Relativamente aos Fundos Próprios eles registaram um aumento de 1, 6 milhões de euros, onde se destaca sobretudo o contributo dos resultados líquidos do exercício, consequência da melhoria dos resultados operacionais e dos resultados extraordinários.....

----- O Passivo Total aumentou 3,4%, portanto hoje devemos mais do que no ano anterior. Destacam-se os excessivos montantes de dívidas a fornecedores, imobilizado, que tem um peso bastante elevado, 4% no passivo total mas que aumentaram de 39% relativamente ao ano de 2012.....

----- Destacamos também a rubrica dos acréscimos a defferimentos que têm um peso de 64% no total do passivo e que não teve uma melhoria significativa, portanto houve apenas uma descida de 1% relativamente a 2012.....

----- Em termos da estrutura de capitais é notório um grande desequilíbrio financeiro do Município, tanto na ótica da liquidez como na ótica financeira. O Fundo de Maneiro é negativo. Isto significa que há muito investimento imobilizado que tem que ser financiado por capitais alheios de curto prazo, isto viola a regra do equilíbrio financeiro, e que poderá ter consequências no futuro mesmo a nível da situação económica do Município.

----- Bom, a solução encontrada na página treze do documento de Análise Económico-financeira, a necessidade de recorrer a um endividamento para cobrir os investimentos em imobilizado, não parece solução uma vez que o endividamento é já bastante elevado, nomeadamente o passivo tem um peso de 40% do balanço, e podendo ficar em causa também a autonomia financeira do Município.

----- Verificamos também que os proveitos operacionais tiveram um aumento de 5% relativamente a 2012, houve uma manutenção mais ou menos dos custos operacionais, o que

permite ter alguma folga em termos económicos, e, portanto, o resultado no final no final do exercício é positivo e tem uma evolução positiva.

----- Já no que diz respeito ao controle da receita verificamos que a nível da receita bruta que há um desvio significativo que ficou sobretudo a dever-se à execução da receita de capital. Para tal contribuíram dois aspetos nomeadamente a transferência de capital e as vendas de bens e investimentos. Neste ponto gostaria que me esclarecesse o porquê deste desvio, de forma mais pormenorizada, nós levantámos algumas hipóteses nomeadamente se terá a ver com o facto de haver imobilizado que é vendido em hastas públicas abaixo do valor orçamental. Será essa a questão. Mas qual é que é a percentagem do valor médio em relação ao valor orçamentado? Será de cinquenta por cento, sessenta, é isso que nós queremos saber...

----- Destacamos como ponto positivo a execução da receita corrente, que esteve acima dos cem por cento. Em relação à despesa o grau de execução ficou abaixo dos valores orçamentados, que é também um aspeto positivo.

----- No que diz respeito à execução da receita o grau de execução é superior ao grau da despesa, cumprindo-se o equilíbrio orçamental, havendo, no que diz respeito às receitas correntes, um superavit, como falou há pouco, que pode também contribuir para financiar as despesas de capital.....

----- Tendo em conta, e de acordo com o artigo 98.º do Orçamento de estado, o limite de endividamento foi cumprido, não é? Temos um limite geral de empréstimos de dezassete milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e três e ficou, em termos efetivos, doze milhões, setecentos e trinta e oito e cinquenta e nove.

----- A mesma coisa relativamente ao limite de endividamento líquido, portanto pode-se dizer que o Município cumpre o limite geral de endividamento.....

----- A questão aqui é em termos de liquidez há duas opções na análise económico/financeira, uma que inclui os acréscimos e os custos diferidos e a outra que não os inclui. Das duas opções a estrutura de capitais continua desequilibrada. Na nossa opinião, deveríamos incluir os acréscimos e diferimentos, sobretudo porque não há ativo circulante e eles também são incluídos.

----- Portanto a questão é, o que é que se pretende fazer para melhorar esta situação, em termo, e para melhorar a capacidade do Município de fazer face às dívidas que se vão vencendo. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigada, Sr.^a deputada.....

----- **Martinho Nascimento** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal.....

----- Srs. Secretários.....

----- Sr. Presidente da Câmara

----- Sr. Vice- Presidente.....

----- Srs. Vereadores

----- Srs. Membros da Assembleia.....

----- Chegou a hora de prestar contas! É o que significa popularmente o ato de dar conta do que se fez no período anterior, em análise, no caso vertente o ano civil imediatamente anterior. São assim postos à apreciação desta assembleia os documentos de prestação de contas relativos a 2013.

----- Centra-se esta apreciação na análise da execução orçamental, endividamento municipal e situação económico-financeira.....

----- Em termos da estrutura da execução orçamental ressalta, desde logo, a superação das receitas correntes em 6.645.185,21 € sobre as despesas correntes o que permite suportar financeiramente uma parte significativa do investimento. De uma receita corrente de 26.362.094,00 € foi efetuada uma despesa corrente de 19.716.909,00 €.

----- Estabelecendo o POCAL, como Princípio do Equilíbrio Orçamental, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, constata-se que as receitas correntes são superiores às despesas correntes, obtendo-se um saldo positivo e consequentemente uma poupança corrente que determina aquele equilíbrio orçamental.

----- Em termos de fluxos de caixa temos um saldo de execução orçamental de 743.933,37 € e um saldo de operações de tesouraria de 1.317.063,06 €, o que perfaz um saldo global para 2014 de 2.060.996,43 €.....

----- Do orçamento de receita temos um valor cobrado bruto de 36.123.602,24 €, sendo que 58,16% são fundos provenientes das transferências correntes e de capital, que tiveram uma evolução positiva, relativamente a 2012 de 23,41 %.....

----- As receitas correntes representam 44,75% do total da receita municipal, tendo estas receitas variado em função da conjuntura. A principal fonte de receita são as provenientes de transferências do Estado, resultantes da participação dos municípios nos impostos.

----- As receitas de capital sofreram um decréscimo, relativamente ao ano anterior, de 19,40 %, fixando-se em 9.757.029,20 € no ano de 2013. Nesta rubrica, o financiamento externo constitui a fonte quase exclusiva de recursos de capital.

----- Os apoios comunitários e outros financiaram projetos de investimento, como o reperfilamento da Av. General Humberto Delgado, o recinto para a promoção e valorização das raças autóctones, o ciclo urbano da água, o Eco-Domus, o Eco-Polis, Inovar para a eficiência, recinto da feira, criação da ciclovia da Mãe D'Água, DISTRANS e VIAS, ligação Fontes Trasbaceiro/Fronteira, Centro de Arte Contemporânea e Centros Escolares.

----- Da análise da evolução da estrutura das receitas nos últimos 4 anos, constata-se que a transferência de fundos da administração central tem vindo a decrescer, atingindo em 2013 o menor peso dos últimos 4 anos – 37,46%.....

----- O valor total da despesa paga atingiu, no ano de 2013, o valor global de 35.540.836,69 €, totalizando as despesas correntes 19.716.908,51 €, inferiores a 2012 em 646.443,65 €.....

----- De realçar que na estrutura do orçamento das despesas correntes, a variação positiva de 11,89% nas despesas com pessoal assentou essencialmente na reposição do subsídio de férias e do aumento das contribuições em 5% para a Caixa Geral de Aposentações.

----- Merece destaque igualmente a redução das despesas em aquisição de bens e serviços em 3,39%, num esforço participado de contenção orçamental.

-----Salienta-se também que nas transferências correntes, um dos destinatários que recebe a maior fatia são as instituições sem fins lucrativos, com 781.916,24 €, seguindo-se as sociedades públicas com 240.300,00 €, as associações de municípios com 73.297,51 €, as freguesias com 50.687,68 € e os municípios com 32.532,02 €.....

-----As despesas de capital totalizaram 15.823.928,18 €, dos quais 11.042.311,55 € em aquisição de bens de capital, isto é, 69,79%.....

-----Ressalta também que nas transferências de capital as entidades beneficiárias que receberam mais foram as instituições sem fins lucrativos, com 1.309.004,88 €, seguidas das freguesias com 1.277.845,91 €, administração central com 35.000,00 € e 4.700,00 € para as empresas públicas municipais e intermunicipais.....

-----De realçar que na taxa de cobertura do investimento nos últimos 3 anos, os apoios comunitários e outros representaram 49,26%, os empréstimos 2,80% e o financiamento municipal 47,95% o que atesta o excelente aproveitamento dos fundos comunitários.

-----As prioridades de investimento são refletidas nas Grandes Opções do Plano e no Plano de Atividades Municipal instrumentos estratégicos em sede de elaboração do Orçamento.....

-----O total executado para estes instrumentos foi de 13.625.224,42 €, dos quais 11.179.743,14 € para o Plano Plurianual de Investimentos e 2.445.481,28 € para o Plano de Atividades Municipais.....

-----Destaca-se aqui que as funções sociais e as funções económicas representam 55, 8% do total, merecendo nas funções sociais a segurança e ação social e a habitação e serviços coletivos a maior parcela, enquanto que nas funções económicas se salienta o comércio e turismo.....

-----Em termos orgânicos, o Departamento de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo encerra em si uma despesa de 36, 65% do total associada à parte significativa de obras públicas, no valor de 11.159.116,43 €, entre as quais se destacam:

-----A reconversão do Forte São João de Deus;

-----O recinto da Feira de Bragança;

-----A pavimentação da área envolvente ao Estádio Municipal;

-----A substituição do piso sintético do campo do Centro de Educação Especial;

-----O projeto de ampliação da Zona Industrial das Cantarias;

-----O Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia EcoPark;

-----O recinto de promoção e valorização de raças autóctones;

-----Também, no âmbito do Plano de Atividades Municipal, apoiaram-se financeiramente diversas entidades beneficiárias, destacando-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Freguesias.....

-----Em termos de Ambiente, Água e Energia, realça-se no setor da água a execução de inúmeras obras nas diversas freguesias, com sistemas inovadores de televigilância e telegestão, não deixando de referir a construção da Barragem de Veiguinhas pela sua manifesta necessidade com um investimento de 6,8 milhões de euros.

-----No que toca ao setor de Energia não pode deixar de referir-se a racionalização dos gastos nas telecomunicações, na iluminação pública, com soluções inovadoras como lâmpadas de tecnologia led e de sódio que permitem melhor eficiência energética, a aposta em unidades de microprodução com fonte de energia solar, a produção de energia em centrais e minicentrais hidroelétricas realçando também o Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança.

-----Salienta-se igualmente, em termos de ambiente, a existência de 420.000 m², em 2013, de espaços verdes, valor que permite proporcionar 11,4 m²/hab de espaço verde.....

-----Mais uma vez o município de Bragança recebeu a Bandeira Verde – ECOXXI- em 2013, melhorando a sua classificação, distinção de boa prática no sentido da sustentabilidade, designadamente qualidade ambiental e às práticas da educação para a sustentabilidade.....

-----No âmbito da Educação não podia deixar de salientar o apoio da autarquia a famílias carenciadas, quer em termos de refeições, suplementos alimentares e manuais escolares. Desenvolveu, nesta área, as Atividade de Enriquecimento Curricular, apoiou financeiramente os agrupamentos escolares para além de sessões de sensibilização rodoviária em articulação com a PSP.-

-----A Ação Social tem-se refletido na Educação, como referi, na habitação social, na proteção de crianças e jovens através da CPCJ, na Rede Social através de parcerias no Conselho Local de Ação Social, no Contrato Local de Desenvolvimento Social, o CLDS +, projeto de intervenção social liderado pelo Centro Social Paroquial dos Santos Mártires, e de constituição de grupos de trabalho sobre Pessoas Idosas e sobre Apoios alimentares. De referir o Programa Escolhas (5ª geração) e a participação no Núcleo Local de Inserção de Bragança que acompanha e monitoriza a aplicação da medida Rendimento Social de Inserção.....

----- Em termos culturais, o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais celebrou o seu 5º aniversário, detendo sempre grandes exposições de produção própria e parcerias com instituições de referência nacional e internacional. O Teatro Municipal de Bragança manteve uma programação regular e de qualidade. O Museu Ibérico da Máscara e do Traje continua a valorizar o trabalho dos artesãos ligados à temática da máscara. A Biblioteca Municipal e a Biblioteca Adriano Moreira continuam a desenvolver atividades culturais, permitindo o catálogo on-line uma melhor gestão dos recursos existentes e um maior conhecimento do acervo literário. O Centro de Fotografia George Dussaud reforça os equipamentos culturais já existentes com uma dinamização própria em termos de exposições.

----- No que respeita á promoção económica e desenvolvimento social, o Festival do Butelo e das Casulas, a II Edição da Expo Trás-os-Montes, a Norçaça, Norpesca & Norcastanha são exemplos bem sucedidos de promoção regional.....

----- E porque queremos um município moderno, temos o projeto Bragança Cidade Digital, a implementação do Balcão Único, o lançamento dos Serviços OnLine, a Consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade, a evolução e estabilização do backoffice autárquico, a implementação de novas ferramentas de gestão TIC, tudo para melhorar a qualidade dos serviços prestados.....

----- Já numa perspetiva de indicadores de gestão, merece especial relevância o rácio dos fundos de transferências da administração central sobre as despesas totais, refletindo, desde há 4 anos, uma redução sistemática, o que conduz à necessária ponderação e discussão do reforço das receitas próprias para o futuro.

-----De resto, o indicador “autonomia financeira” que determina o rácio das receitas próprias de funcionamento sobre as despesas obrigatórias correntes, tinha vindo desde há 4 anos a diminuir, com exceção para o ano de 2013, sendo contudo atípico dado o pico de valorização patrimonial.

-----Decorrente deste indicador o rácio de “saúde financeira” aumentou substancialmente para 2013, consequência do acréscimo das receitas fiscais e das receitas próprias de funcionamento.

-----O rácio de poupança corrente teve um acréscimo resultante do excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes.

-----No que respeita ao endividamento municipal, a dívida total do município reduziu, relativamente ao ano de 2013, 4,72%. O valor da dívida a terceiros, originária de médio e longo prazos reflete, no ano de 2013, o valor de 6.731.769,63 €, com um decréscimo relativamente ao ano anterior de 7,18%.

-----Considerando que os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazos, comunicados pela Direção Geral das Autarquias Locais, para 2013, foram de 3.246.280,00 € e 17.664.953,00 €, respetivamente, o endividamento líquido fica com uma margem de 1.249.552,38 € e o endividamento de médio e longo prazos com uma margem de 11.829.591,43 €. Cumpre assim o município os limites legalmente impostos.

-----A dívida total global, considerando já as empresas participadas, fixou-se para o ano de 2013, em 11.327.612,76 €.

-----O Balanço e a Demonstração de Resultados constituem o suporte da análise da situação económica e financeira do município. O Balanço tem um aumento global de 2,13% relativamente a 2012, sendo que o imobilizado constitui a variação que maior peso tem sobre a estrutura do ativo – aumento de cerca de 5% relativamente a 2012.

-----À data de 31 de dezembro de 2013, o Resultado Líquido do Exercício, apresenta um valor de 2.192.948,18 €, o que significa um aumento de 18,64%, comparativamente a 2012.

-----Na base legal de que o reforço da conta de “Reservas Legais” deve constituir-se no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, vem a autarquia propor que o Resultado

Líquido do Exercício económico de 2013, no montante de 2.192.948,18 € seja aplicado em Reservas Legais com 109.647,41 € e Reforço do Património em 2.083.300,77 €.

----- Assim, porque estamos perante um orçamento equilibrado e que gera poupanças no sentido de suportar investimento;

----- Porque os Passivos Financeiros reduziram significativamente;

----- Porque se reduziu a dívida a terceiros;

----- Porque se cumpriram os limites, face à capacidade de endividamento;

----- Porque se deu ainda cumprimento ao objetivo de redução do número de trabalhadores, imposto pela Lei do Orçamento do Estado:

----- Votam-se favoravelmente os documentos de prestação de contas relativos a 2013 e Proposta de Aplicação de Resultados.

----- Disse”

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Estão finalizadas as intervenções, não sei se há mais alguma intervenção a ser solicitada pelos grupos municipais. Não sendo o caso, deixaria à consideração do Sr. Presidente fazer alguma consideração final.

----- **Presidente da Câmara** – Depois desta intervenção que ouvimos agora, no final, dá para perceber que, mesmo sendo um documento técnico tem interpretações diferentes. Portanto, como esta segunda intervenção veio corroborar exatamente a boa execução orçamental e o rigor que foi aplicado na gestão do Orçamento em 2103, eu não farei mais qualquer comentário. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Vamos passar á votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, VINTE E TRÊS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.**.....

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto, Srs. Deputados?.....

----- **Maria Ribeiro** – Quero só esclarecer que realmente os documentos podem ter várias interpretações, nomeadamente que é uma interpretação feita por um Membro do seu grupo parlamentar, evidentemente que não vai falar dos aspetos negativos, vai falar mais nos aspetos positivos. Eu falei mais nos aspetos que me pareceram que colocavam em risco, quer a autonomia financeira do Município, quer a nível da estrutura de capitais, que me parece desequilibrada. Aliás, isso é dito também é corroborado por uma frase que lá está no relatório de análise económico-financeira. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Deputada.....

----- Passamos ao ponto seguinte, e porque há interligação entre os dois pontos seguintes.

PONTO 4.2.2 - Consolidação de Contas e Certificação Legal de Contas Consolidadas Relativas ao Ano de Exercício de 2013;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO ANO DE EXERCÍCIO DE 2013

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira:

“O n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais (LFL), estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na Lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, devem incluir as contas*

consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo”.

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal, no n.º 2 que *“Os procedimentos contabilísticos para consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL”*, facto até à data ainda não concretizado.

Considerando, assim, a necessidade de consolidar contas, resultante de imperativo legal, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada (artigo 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”*.

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal, (regime transitório) que até à publicação da norma de consolidação de contas previstas nos planos setoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente Portaria.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos, Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPOCAL em maio de 2011 um conjunto de instruções que visam permitir a articulação dos vários regimes.

Dada a impossibilidade da consolidação de contas do exercício de 2010, pelos motivos identificados, o ano de 2011 foi considerado como “ano zero”.

Assim e em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 46.º e n.º 2 do artigo 47.º, ambos da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro - Lei das Finanças Locais (LFL), é presente a consolidação de contas do Município e certificação legal de contas consolidadas do ano de 2013.

Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar com quatro votos a favor, dos Srs. Presidente e Vereadores Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Batista, duas abstenções dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo e um voto contra do Sr. Vereador, Humberto Rocha, a proposta do Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2013. Mais foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11

de janeiro, e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submete-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2013.

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Sobre a adjudicação à empresa “Fátima Pereira & Carlos Duarte - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, não existem no Concelho de Bragança empresas de Revisores Oficiais de Contas que pudessem prestar este serviço à Câmara Municipal?

Solicito, ainda, listagem de todos os processos e serviços prestados pela Sociedade de Advogados, Dr. Luís Filipe Chaveiro e pelo Consultor jurídico, Dr. Leonel Gonçalves.”

Intervenção dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“No documento apresentado com o título “Município de Bragança – Relatório e Contas Consolidadas 2013”, na página 24, no último parágrafo é escrito o seguinte que passamos a citar: “As provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso/processos instaurados contra o Município de Bragança que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2013 – sobre os quais coube recursos para os tribunais competentes – o valor global considerado previsível é de 9.714.178,45 euros.” Que processo são estes que se encontram pendentes, sobre os quais o Município apresentou recursos para os tribunais competentes?

Intervenção do Sr. Presidente, em resposta aos Srs., Vereadores

Sobre a adjudicação à empresa “Fátima Pereira & Carlos Duarte - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, este assunto já foi presente numa Reunião de Câmara anterior, na qual o Sr. Vereador não esteve presente e foi deliberado renovar o contrato com esta empresa, estando o mesmo sujeito à redução remuneratória nos termos legais.

Relativamente à listagem, solicitada, da Sociedade de Advogados, Dr. Luís Filipe Chaveiro, a mesma já foi entregue também numa reunião anterior na qual o Sr. Vereador, Humberto Rocha, também não esteve presente.

No entanto em próxima Reunião de Câmara, será entregue a listagem de todos os processos e serviços prestados pelos consultores jurídicos, Dr. Luís Filipe Chaveiro e Dr. Leonel Gonçalves.

Quanto às provisões para riscos e encargos que respeitam a processos judiciais em curso/processos instaurados contra o Município de Bragança que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2013, as mesmas constavam da listagem já fornecida relativamente à Sociedade de Advogados, Dr. Luís Filipe Chaveiro, na sequência do solicitado.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexo II

Relatório e Contas Consolidadas 2013 ”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.....

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente a este ponto, sendo um documento técnico apresentado pelo Revisor Oficial de Contas, eu não me atrevo, sequer, a fazer comentários, se houver alguma dúvida responderei.....

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Algum pedido de esclarecimento?

----- António Morais, da CDU, tem a palavra.

----- Em relação a esta questão, de facto, o relatório levanta aqui algumas dúvidas que nós subscrevemos e queremos por à apreciação nomeadamente do Sr. Presidente.....

----- Desde logo, na página dezasseis, o relatório mostra que houver um aumento de receitas cerca de um milhão cento e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro e setenta e sete cêntimos, à custa do aumento dos impostos e taxas cobradas no Município ao mesmo tempo que diminuem as transferências de verbas de Estado, já foi sublinhado aqui e nós não queremos deixar passar isto em claro. Isto é relevante do ponto de vista político e do ponto de vista de gestão. O facto de um período de crise é de facto o munícipe que vem, digamos de certa forma, colmatar aquilo que por5 direito próprio deveria ser transferido nomeadamente pelo Estado.

----- Na página vinte e quatro o Relatório salienta que a diferença relativa aos empréstimos entre os registos do Município e o valor constante da aplicação informática da DGAL é de oitocentos e trinta e quatro, ponto trezentos e setenta e quatro. A que é devido esta diferença? Há aqui uma diferença que tem de ser esclarecida.....

----- Na certificação legal das contas anexas ao Relatório, no ponto sete da página um, é referido que o sistema de contabilidade de custos está em fase de implementação, é o que lá esta. Ora, dado que o POCAL está já em vigor desde mil nove centos e noventa e nove, a que se deve esse atraso na sua implementação? Isto tem que ser esclarecido, sob pena de estarmos a cometer uma grave ilegalidade. Disse.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. deputado.....

----- Temos, ainda, uma outra intervenção do PS.

-----

----- **Presidente da Mesa** - Prescinde!

----- Tem a palavra para a sua intervenção, Maria Isabel do Movimento Sempre Presente.

----- Ária Ribeiro – Os documentos, formalmente e de forma técnica estão bem elaborados, o problema é que colocam lá desvios quer na receita, quer na despesa, que não depois justificados. O problema é mesmo esse, nós queremos é ter justificações para o facto da receita de capital estar a sessenta e seis por cento da sua execução. A nível da despesa não temos nada a destacar uma vez que ela está abaixo do planeado, mas há desvios que são consideráveis que têm que ser justificados, a nível da despesa. Muito obrigada.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada.

----- Não há mais intervenções por parte dos Srs. deputados e Srs. Presidentes de Junta.

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.....

----- **Presidente da Câmara** – Não sei se vou responder corretamente à sua questão.

----- Os desvios ao nível da execução da receita têm a ver, essencialmente, com o facto de não se ter conseguido alienar algum património que estava em Orçamento e que, infelizmente, fruto das circunstâncias económicas que o País atravessa, não se conseguiu realizar.....

----- **Presidente da Mesa** – Vamos passar à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, VINTE E TRÊS ABSTENÇÕES E CINQUENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?.....

----- **Isabel Barreiro** – A sua explicação justificou parcialmente a minha dúvida, o que eu queria saber, com uma resposta concreta, é dos bens que são alienados, qual é a proporção, em média, do valor orçamentado. É cinquenta e oito, é sessenta, é oitenta, é o quê?

----- **Presidente da Mesa** – Deixe-me só dizer isto, eu estava atento à sua intervenção, que até me esqueci, isto é uma declaração de voto!

----- **Isabel Ribeiro** – Não ver totalmente esclarecida a minha dúvida, abstivemo-nos Obrigada.

----- **Presidente da Mesa** – De facto estava interessado em ouvir, nem sequer vi que estava fora do conteúdo da declaração de voto, por isso peço desculpa aos Srs. Deputados de não ter retirado a palavra à Sr.ª Deputada.

----- Bom, passamos ao ponto seguinte.....

PONTO 4.3 - TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO da proposta da Câmara Municipal de Bragança – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança – Relatório de Análise Económico-Financeira Reportado a 31 de dezembro de 2013 e Certificação Legal de Contas; ...

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.

Pelo Sr. Presidente, foi presente o Relatório de Análise Económico – Financeira e Certificação Legal de Contas do ano de 2013, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, elaborados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido do n.º 2 do artigo 47.º e da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, do referido Diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier ”

II – ANEXO III

Análise Económico-financeira – dezembro 2013 ”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para apresentar o ponto, se entender.....

-----

----- **Presidente da Mesa** - O Sr. Presidente da Câmara reserva-se para o final.....

----- Algum pedido de esclarecimento, algum comentário?.....

----- Bruno Veloso, para um pedido de esclarecimento.

----- **Bruno Veloso** – Num momento como este talvez se confunda um bocadinho o pedido de esclarecimento com as intervenções, dado, às vezes, o conteúdo, mas eu só pedia ao Sr. Presidente da Câmara a maior atenção para que nos pudesse esclarecer a todos, nalgumas questões concretas.....

----- Eu começaria por lembrar, como aqui também já foi dito anteriormente, que o POCAL já foi aplicado há dez anos, em dói mil e quatro, e o que este documento revela é que ainda não implementou o ponto dois e o ponto três referente à contabilidade analítica. Isto levanta-nos, naturalmente, aliás, municípios mais pequenos e com menos meios já o implementaram há alguns anos. Mas a pergunta que eu lhe deixava era, de facto, sem contabilidade analítica como é que se consegue calcular o custo dos serviços prestados pela Autarquia para pedir o valor de taxas e até a valorização das obras por administração direta e os custos da atividade da Autarquia se são mais ou menos eficientes.

----- Entretanto, diz-nos o documento que está em implementação este ponto e aquilo que eu perguntava, que ao fim de dez anos se tem alguma estimativa para quando este ponto vai ficar definitivamente fechado e cumprir-se o POCAL.

----- Relativamente ao outro ponto também, que tem a ver com o diferendo, com as Águas de Trás-os-Montes, portanto eu também junto um bocadinho aquilo que vem de anteriormente, para lhe perguntar porque é que há valores que a autarquia se recusa a pagar, há posições diferentes, quais são as discrepâncias, é que estamos a falar do valor de 1,6 milhões de euros. Eu acho estranho que não haja um entendimento entre a Autarquia, que é uma colaboradora próxima da própria Águas de Trás-os-Montes, para resolver este diferendo e saber a Autarquia, de facto, qual é o montante que tem que pagar, não existe um protocolo com regras bem definidas, para saber, de facto, quanto é que a Autarquia tem de pagar e quanto é que as Águas de Trás-os-Montes tem que receber, porque dá um bocadinho a ideia que esta Autarquia às vezes empurra as coisas com a barriga para a frente, permitam-me a expressão, e dizer, nós estamos todos muito bem, mas a verdade é que temos aqui um milhão e seiscentos mil euros. Quer dizer, alguma parte daquela há de pagar-se, e qual é a que o Sr. Presidente da Câmara pensa que, de facto, vai pagar.

-----O mesmo sucede com os ditos processos que estão pendentes em Tribunal, que a Auditoria revela que existem alguns recursos, e que eu também gostava que explicasse, eu estou a falar de um valor de quase dez milhões de euros... e eu não sei quais são esses mesmos processos, quantas vezes a Câmara Municipal já foi ou não condenada para ter esses recursos, é que se a Câmara for condenada a pagar esses aproximadamente dez milhões de euros mais um milhão e seiscentos mil às Águas de Portugal, estamos a falar que esta Câmara, que tão bem se propagandeia de boa saúde financeira ultrapassa o limite de endividamento. E esta é uma verdade.....

----- De acordo ainda com o relatório e segundo os revisores, há um desconhecimento da participação do Município nas associações municipais e setores locais, porquê esse desconhecimento por parte dos auditores?

----- **Presidente da Mesa** – Tem que terminar, Sr. Deputado.

----- **Bruno Veloso** – Deixe-me só concluir, perguntando.....

-----

----- **Bruno Veloso** – Sim, eu continuarei então na intervenção seguinte.

----- **Presidente da Mesa** – Correto, correto, Sr. Deputado.

----- Mais pedidos de esclarecimento à Câmara?

----- Francisco Pinheiro, do CDS/PP, quer formular uma questão ao Município, tem a palavra.

----- **Francisco Pinheiro** – É uma questão muito rápida que foi abordada anteriormente pelo Bruno que é relativo a esta verba dos nove milhões para provisões de riscos e encargos. Eu vou entregar ao Presidente da Mesa um pedido da listagem do processo, uma listagem sumária só para termos noção, eu não sei se alguém tem noção de quais serão os processos em que a Câmara está como réu, em princípio está como réu, estamos a fazer provisões, não é? Portanto termos uma noção dos processos em que a Câmara está envolvida.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos, então, para o período das intervenções, e julgo então que retomamos com a intervenção de Bruno Veloso, e pergunto aos Senhores Deputados se há alguma intenção de intervenção logo a seguir.

----- Não há.....

----- Bruno Veloso, tem a palavra.

----- **Bruno Veloso** – No estrito cumprimento, Sr. Presidente, e muito bem, e já que há tempo disponível, cumprir a regra, de facto eu deixava-lhe, no seguimento daquilo que ia sendo a minha intervenção e as minhas questões, eu questionava-lhe ainda também, relativamente àquilo que se tem constatado e que se tem ouvido com alguma frequência relativamente à CORANE.....

----- Sabendo-se, ou, pelo menos, ouve-se à boca cheia, como se costuma dizer na gíria, que os quatro municípios da terra Fria mais a Câmara Municipal de Mogadouro, se dispuseram contribuir financeiramente para a CORANE. Mas a verdade é que também houve algumas informações, não sei se serão verdadeiras ou não, o Sr. Presidente terá oportunidade do esclarecer, a Câmara Municipal de Bragança não terá contribuído com um único cêntimo para honrar esse acordo, e qual a posição também do Executivo e do Sr. Presidente da Câmara relativamente à CORANE, se é para manter, se é para fechar, se é para internacionalizar também os seus funcionários, queríamos também saber alguma informação acessória sobre este assunto.....

----- Voltando ainda aos nove milhões, além da informação dos processos gostaria de saber se tem uma previsão desses riscos calculados e de algum montante que possa ter em expectativa de eventualmente pagar. Eu acho que isto é demasiado importante para a gente aferir, a curto/médio prazo da saúde financeira da Autarquia. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Não encontrando na sala nenhuma intenção de intervenção sobre este tema, continua para o debate e pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se pretende acrescentar alguma intervenção à documentação que foi disponibilizada e ao que foi aqui já discutido.....

----- **Presidente da Câmara** – Relativamente aos processos que estão em curso e que estão a correr os seus termos no Tribunal, nós já fornecemos também aos Srs. Vereadores que nos solicitaram essa listagem, estamos disponíveis para poder fornece-la também aos Srs. Membros da Assembleia que assim o entenderem.....

----- De qualquer forma, embora esses processos não estejam em segredo de justiça, que não estão, a informação que, neste momento, possamos prestar poderá ser completamente errónea, pelo que, no final do processo, daremos conta do resultado, por isso não opinarei mais sobre isso. Está aqui uma listagem.....

----- A contabilidade de custos, ou a contabilidade analítica estará, em princípio, contamos nós, que esteja a funcionar em pleno em dois mil e quinze.....

----- Relativamente à ATMAD, há efetivamente um diferendo com a ATMAD, a ATMAD reivindica o pagamento de um determinado valor por metro cúbico de água, que o Município entende não ser esse o valor que deve pagar, fruto de um acordo que tinha havido com a Senhora Ministra, há uns anos atrás, e que fixou um valor mais baixo por m3 relativamente àquilo que era o acordo de concessão do fundo de abastecimento de água a Bragança e aos outros municípios. A Câmara Municipal de Bragança entendeu e entende que não deverá pagar a água conforme está no acordo de concessão e deve pagar o preço acordado nessa reunião com a Senhora Ministra. A diferença de valores é essa e é o que está em causa.

----- Creio que tinha sido colocada outra questão sobre a CORANE, nós tomaremos a decisão no local próprio, não aqui na Assembleia.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.....

----- **Fica encerrado este assunto, não carece de deliberação.**.....

----- Antes de passarmos para o ponto seguinte, e porque já está terminado o documento da moção relativa ao Serviço Nacional de Saúde, eu vou reabrir o processo, naturalmente procedendo à leitura da moção, que julgo eu, é a indicação que tenho, é que mereceu o contributo dos diversos grupos municipais. Passo a lê-la.....

“MOÇÃO

Considerando que:

- 1) A Portaria 82/2014, de 10 de abril categoriza os serviços e os estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), de acordo com as suas responsabilidades e quadro de valências exercidas, e o seu posicionamento da rede hospitalar e procede à sua classificação;

- 2) A ULS Nordeste EPE é, nos termos da mesma, integrada no Grupo I;.....
- 3) O SNS deve garantir a “equidade no acesso dos utentes, com o objetivo de atenuar os efeitos das desigualdades económicas, geográficas e quaisquer outras no acesso aos cuidados” (alínea d. da Base XXIV da Lei Bases da Saúde;
- 4) À carteira de valências base do Grupo I podem ser acrescentadas outras valências, as quais são definidas de acordo com um mínimo de população servida e em função de mapas nacionais de referenciação e distribuição de especialidades médicas e cirúrgicas;.....
- 5) A FAQ’s (perguntas frequentes) constantes no portal da saúde que vieram interpretar o diploma;.....

Deliberou, por unanimidade, a Assembleia Municipal de Bragança, em 29 de abril de 2014:

- a) Que para esta região os critérios regulamentares de definição das valências acrescentadas não se cinjam ao critério populacional, sob pena de, a ser único, comprometer a possibilidade de serem acrescentadas valências à carteira de valências base do Grupo I a que pertence;.....
- b) Uma vez que o diploma refere não interferir com o Serviço de Maternidade, admitir as valências de obstetrícia e neonatologia no Grupo I, sob pena de ser extinto o Serviço de Maternidade da ULS Nordeste EPE, ao contrário do que refere a Portaria;
- c) Adicionar às valências que podem ser acrescentadas ao Grupo I, a de Urologia (valência não prevista na portaria, mas curiosamente constante das FAQ's como valência a crescer), sob pena de ser extinta da área de influência da ULS Nordeste EPE, uma das valências chave para dar resposta às reais necessidades demográficas da população que serve;.....
- d) Todas as demais alterações que permitam a manutenção de todas as valências já existentes e que não dependam de um juízo discricionário da ARS;.....
- e) A inclusão da ULS Nordeste EPE no Grupo II.....

Mais se solicita que seja dado conhecimento imediato desta moção:.....

A Sua Excelência O Presidente da República;.....

A Sua Excelência O Primeiro-Ministro;.....

Ao Senhor Ministro da Saúde;.....

Ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte;

Ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P;

Ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste;...

Às Câmaras Municipais do distrito de Bragança;

Às respetivas Assembleias Municipais;
À Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;.....
Aos Deputados eleitos pelo Distrito de Bragança;.....
À Comunicação Social;.....

Os subscritores,.....

1º Grupo Municipal do PSD
2º Grupo Municipal do PS
3º Grupo Municipal do Movimento Sempre Presente.....
4º Grupo Municipal do CDS.....
6º Grupo Municipal do PCP
7º Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PSD
8º Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS.....
9º Presidente da Junta de Freguesia de Gostei ”.

----- Não sei se algum Sr. Deputado necessita de algum esclarecimento sobre a Moção.

----- Não.....

----- Alguma intervenção?.....

----- Bruno Veloso tem a palavra para uma intervenção sobre a Moção.....

----- **Bruno Veloso** – Também é fazer democracia e fazer jus aos interesses coletivos daqueles que nos representam, e, mais uma vez, congratular-me com este texto de consenso, e nos consensos e nos acordos são os acordos possíveis e é possível fazer cedências, naturalmente que aquilo que o grupo municipal do PS,... era que o nosso texto, mais político, e assumimos isso, porque somos um órgão político, mas naturalmente quando queremos que a força política e a força de todos tenha exatamente esse cariz, portanto é nisso que nós nos devemos entender e portanto aqui está uma prova da nossa boa vontade e desse espírito.....

----- Deixava só uma nota que gostaria, também de alguma forma, do compromisso do Executivo Municipal, desta moção, e lembrar que noutros tempos, quando esta mesma problemática veio à rua com este ???? do possível encerramento da Maternidade de Bragança, ainda nos recordamos muito bem do que o anterior Presidente da Câmara fez ao fazer um cordão humano a cercar as instalações do Hospital, e portanto estou certo que também se

tivermos de ir para a rua o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo também irá connosco. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Não há mais intenções de inscrição para intervenção sobre esta matéria.....

----- Antes de mais, não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer fazer a sua intervenção, dizer que também fica a Mesa da Assembleia Municipal de Bragança satisfeita com a capacidade que os grupos municipais encontraram para chegar a um acordo de um documento conjunto, acho que é de louvar este tipo de atitude. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Câmara** – Nós fomos os primeiros a tomar uma decisão sobre este assunto, ontem tivemos reunião de Câmara e tomámos uma posição exatamente neste sentido, defender os interesses da população, defendendo os interesses da ULS Nordeste, e também posso garantir-lhe que se houver necessidade disso eu serei o primeiro a ir para a rua. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Passamos à votação da moção.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.**.....

----- **Presidente da Mesa** – Declarações voto?

----- Ana Almeida e Eduardo Malhão.

----- Ana Almeida tem a palavra.....

----- **Ana Almeida** – Estamos todos de parabéns, falámos de uma só vez e uma só voz, e a democracia funciona, viva o 25 de Abril!

----- **Presidente da Mesa** – Eduardo Malhão tem a palavra, para a sua declaração de voto.

----- **António Malhão** – Muito boa tarde, a todos. Apenas para também me congratular com esta cultura de responsabilidade e compromisso desta Assembleia, apenas manchada por uma pequena nota, e como pequena quebra de confiança, devo aqui assinalar que a lista, logo na parte da manhã, antes desta Moção ter sido consensualizada e ter sido discutida, e bem, fez o

favor de colocar a Moção nas redes sociais como sendo sua, esse ato não dignifica esta relação de confiança, e, de futuro, o PSD exige um pouco mais de respeito pela sua posição de flexibilidade e de consensualização, mesmo tendo a maioria e mesmo tendo a iniciativa de uma Moção, sem a humildade democrática de concertar posições e fortalecer posições no interesse das populações, e, depois, obviamente, não registo isso com agrado. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra para a sua declaração de voto, Bruno Veloso.....

----- **Bruno Veloso** – Agradeço o tempo que dispensa da sua leitura nas redes sociais, eu fiz, de facto, a declaração, enquanto a minha camarada estava a escrever e antes do anúncio terei todo o gosto em fazer um novo esclarecimento a dizer que, por proposta de outros partidos, acolheram a sugestão do Partido Socialista, ???, e portanto não terei em conta isso, apropriação nenhuma dessa matéria, mas agradeço, e agradeço também a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara e estaremos então juntos nessa altura, esperemos que não seja necessário para que de facto não nos levem mais serviços. Mas peço-lhe também que deem uma cobertura política a esta Moção, e, face àquilo que as suas funções executivas enquanto Presidente da Câmara o exigem, que é pressionar também o Governo para que de facto proceda às necessárias alterações e se isso implicar a própria revogação desta Lei, que assim aconteça, os transmontanos têm exatamente os mesmos direitos que os habitantes do litoral. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Finalizamos este ponto, só dizendo o seguinte, quem foi o autor da moção? Das correções, e depois recolher as assinaturas dos proponentes e entregar, depois, à Mesa o documento definitivo. Obrigado.

----- Passamos, agora, para o ponto seguinte.....

PONTO 4.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

PONTO 4.4.1– Proposta da Quinta Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Primeira Revisão ao Plano de Atividades para o ano de 2014;.....da Receita, Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa, Primeira

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DA QUINTA MODIFICAÇÃO – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; E PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO 2014

Pelo Departamento de Administração Geral e Financeira foi presente a Primeira Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais para o ano de 2014.

As revisões ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e ao Plano de Atividades Municipais (PAM) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada, de revisão, na ótica da Receita, tem por base:

1. A incorporação do Saldo da Gerência relativo ao exercício de 2013 no valor de 743 900,00 euros.

Na ótica da Despesa, tem por base:

1. O reforço, no montante de 100 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/020201 - Aquisição de Serviços (Encargos de Instalações);

2. O reforço, no montante de 153 900,00 euros, da dotação da rubrica 0501/020225 - Aquisição de Serviços (Outros Serviços);

3. O reforço, no montante de 270 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030301 associada ao projeto do PPI n.º 7/2008 – Passeios Diversos na Cidade;

4. O reforço, no montante de 50 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/080701 associada ao projeto do PAM n.º 6/2007 – Apoio à Construção e Conservação de Equipamento de Instituições e Outras do Interesse do Concelho;

5. O reforço, no montante de 110 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/08050102 associada ao projeto do PAM n.º 7/2007 – Apoio à Construção de Centros de Convívio (Freguesias);

6. O reforço, no montante de 60 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/080701 associada ao projeto do PAM n.º 10/2007 – Apoio à Construção de Centros Sociais e Paroquiais.

Assim, o Orçamento para o ano Económico de 2014, teve um aumento de 743 900,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e apresenta um valor total de 34 611 700,00 euros. O PPI teve um aumento de 270 000,00 euros passando a dotação global a ser de 7 862 700,00 euros. O PAM teve um aumento de 220 000,00 euros passando a dotação global a ser de 1 846 900,00 euros.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do ANEXO I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a sua aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais para o ano de 2014, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a informação da Divisão de Administração Financeira.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexo IV

1.ª Revisão ao Orçamento – Receita, despesa, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal ”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara tem a palavra para apresentar este ponto, se entender.

----- **Presidente da Câmara** – Esta alteração proposta resulta do facto de haver necessidade de incorporar o saldo da gerência relativo ao ano de dois mil e treze, que tem o valor de setecentos e quarenta e três mil e novecentos euros, no Orçamento de dois mil e catorze.

----- Desta forma é sugerir que parte da despesa se reforce com o montante de cem mil euros, na rubrica de aquisição de serviços (encargos de instalações);.....

----- Também com um reforço de cento e cinquenta e três mil e novecentos euros, da dotação da rubrica de aquisição de serviços;

----- Também o reforço do montante de duzentos e setenta mil euros, da dotação da rubrica associada a um projeto do PPI – Passeios diversos na Cidade;

----- E, depois, o reforço de cinquenta mil euros, da dotação da rubrica associada ao Projeto do PAM – Plano de Atividades Municipal, que é o apoio à construção e conservação de Equipamentos de Instituições e outras do interesse do Concelho;.....

----- Depois o reforço do montante de cento e dez mil euros, da dotação da rubrica associada ao projeto do PAM n. 7/2007 – Apoio à construção de Centros de Convívio nas freguesias;.....

----- E, por último, o reforço num montante de sessenta mil euros, da dotação da rubrica associada também a um projeto PAM n.º 10/2007 – Apoio à construção de Centros Sociais e Paroquiais.

----- Desta forma, o Orçamento para o ano Económico de 2014, teve um aumento do valor que eu referi atrás, quer na receita, quer na despesa, e apresenta um valor total de trinta e quatro milhões, seiscentos e onze mil e setecentos euros.....

----- Desta forma, o PPI, o Plano Plurianual de Investimentos teve um aumento de duzentos e setenta mil euros, passando a dotação global a ser de sete milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e setecentos euros, e o Plano de Atividades Municipal teve um aumento de duzentos e vinte mil euros passando a dotação global a ser de um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil e novecentos euros.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Pedidos de esclarecimento, Srs. Deputados?.....

----- Henrique ferreira, do Movimento Sempre Presente.

----- **Henrique Ferreira** – esta proposta de revisão só nos oferece dúvidas ao nível dos seus fundamentos, que é a necessidade desta revisão, em que é que ela se fundamenta.

----- Por outro lado, também, porque é que não nos são dados os dados globais finais? Só nos aparece resultados parciais, porque é que não nos aparece o resultado final do novo orçamento tal como ela resulta destas alterações?

----- Quanto ao mais não temos nada a objetar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Mais pedidos de esclarecimento?

----- Não há mais pedidos de esclarecimento.....

----- Tem a palavra, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Esta alteração e esta revisão resultam de imperativo legal, é obrigatório que o Município corrija o seu orçamento que teve em conta aquilo que vem do ano anterior, e é isso que estamos a fazer. Se puséssemos aqui as dotações globais estaríamos a ter um documento idêntico a este que temos agora, estamos a propor efetivamente o reforço de determinadas rubricas que são aquelas que vão ser alteradas e são simplesmente essas.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Ora, intervenções sobre este ponto da agenda?

----- António Morais, da CDU, tem a palavra para a sua intervenção sobre este ponto.....

----- **António Morais** – Em simultâneo, uma reflexão e algumas dúvidas se levantam sobre o critério, digamos da utilização destas verbas. Salientamos, para sublinhar e mostrar as nossas interrogações, a diferença proporcional que é distribuída as freguesias sendo o mesmo que é entregue às associações sem fins lucrativos.

----- Qual é o critério?

----- Se há desproporcionalidade devia ser patente nisto, sobretudo tendo em conta as grandes carências que as freguesias têm, deviam merecer mais verbas.

----- **António Morais** – Certo.. está bom, mas as instituições de solidariedade social por mais meritórias que sejam deve ser sobretudo o Poder central que deve acarretar com essas despesas, não é o erário público e muito menos... esta é a nossa perspetiva política. É evidente que há diferenças e uma das diferenças é exatamente essa, não é? Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. deputado.....

----- Mais intervenções sobre este ponto da agenda de trabalhos?

----- Não havendo mais intenções de intervenções sobre este tema, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se pretende fazer alguma consideração final.....

----- O Sr. Presidente da Câmara tem a palavra para a consideração final sobre o ponto.....

----- **Presidente da Câmara** – Esta distribuição não mostra qualquer tipo de discriminação das juntas de freguesia, serão sempre, eu diria, o nosso principal parceiro e aquele que nós devemos apoiar em primeiro lugar, mas, no entanto, a responsabilidade social que assumimos como bandeira durante este mandato, obriga-nos, também, a tomar aqui alguma atitude, no sentido de ajudarmos efetivamente aqueles que mais necessitam, e este é o sinal que está a ser dado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara.....

----- Passamos, agora, à votação do Ponto 4.4.1.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTO CONTRA, UMA**

ABSTENÇÃO E SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESSENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?.....

----- Não há declarações de voto a registar, passamos ao ponto seguinte.....

PONTO 4.4.2 – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia da Assembleia Municipal – Aquisição de Serviços na área de seguros – 2014 A 2016.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS - 2014 A 2016

Pela Divisão de Logística e Mobilidade foi presente, a seguinte informação:

“Na prossecução da atividade autárquica torna-se necessário proceder à abertura de procedimento concursal para a aquisição de serviços na área de seguros - concurso público, conforme alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro - uma vez que o procedimento em vigor termina a 10 de agosto do corrente ano.

O valor estimado da despesa a efetuar, por ano, é de cerca de 96.992,71 €, isento de IVA - valor que já inclui a redução remuneratória prevista no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2014, por força da aplicação do n.º 1 do artigo 73.º da referida lei, na percentagem de 12% ao custo anual estimado de 110.218,99 euros.

Considerando que o contrato pode ser objeto de renovação por sucessivos períodos de um ano, até ao limite máximo de 2 anos, respeitando o prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 440.º (aplicável ex vi o art.º 451.º) do CCP, se não for denunciado, por qualquer das partes, e

que o valor global estimado da despesa a efetuar para o referido período é de cerca de 193.985,42 euros, isento de IVA;

Considerando que a presente aquisição de serviços implica a assunção de compromissos plurianuais conforme previsão de custos a seguir indicada:

Custo anual estimado: 96.992,71 euros

Ano de 2014 - 23.111,60 euros;

Ano de 2015 – 96.992,71 euros;

Ano de 2016 – 73.881,11 euros.

Considerando ainda que, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Em face do acima exposto, propõe-se que a informação em apreço seja remetida à Exma. Assembleia Municipal, a fim de esta deliberar no sentido de conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais, para a aquisição de serviços na área de seguros para os anos de 2014, 2015 e 2016.

Tal despesa está inscrita, em termos de orçamento municipal para o ano de 2014, na rubrica 0102/020212 - Seguros, a qual evidencia, na presente data, um saldo para cabimento de 49.890,60 euros. Os fundos disponíveis em 08/04/2014 totalizam o montante de 2.608.285,95 euros.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro ”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.....

----- **Presidente da Câmara** – Tendo em conta que os seguros que a Câmara Municipal tem contratados, neste momento, terminam em agosto, há necessidade de abrir um novo procedimento para contratar seguros por mais um ou dois anos, mas, neste caso particular e objetivo é que possa prolongar-se durante dois anos, eventualmente depois a partir daí abrir-

se novo procedimento, e, como é uma despesa plurianual, carece de autorização da Assembleia Municipal, por isso o documento vem aqui para deliberação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara.....

----- Pedidos de esclarecimento para este ponto da agenda?.....

----- Não há.....

----- Intervenções?

----- Não há.....

----- Passamos, pois, à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTO CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESSENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

----- Não há declarações de voto.

----- Passamos, então, para o ponto seguinte.

PONTO 4.4.3 – Comemoração dos 10 Anos do Teatro Municipal de Bragança – Descontos e Convites;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e catorze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Octávio Augusto Fernandes, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“COMEMORAÇÃO DOS 10 ANOS DO TEATRO MUNICIPAL DE BRAGANÇA - DESCONTOS E CONVITES

Pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social foi presente a seguinte Informação

“Na tentativa de mais captação de público num ano em que o Teatro comemora 10 anos, avançamos algumas propostas que vêm nesse sentido e que integram a campanha já iniciada em 2012 - “Combata a crise - Vá ao Teatro”.

DESCONTO = IDADE (%)

Aplicável a maiores de 60 anos

IDADE MAIOR

Todos os que têm idade igual ou superior a 75 anos e devidamente comprovado são nossos convidados.

Propõe-se ainda alguns incentivos para captação de novos públicos:

RECEÇÃO AOS CALOIOS DO ENSINO SUPERIOR

Todos sabemos do impacto económico que tem o ensino superior em Bragança. A chegada anual de centenas de alunos à nossa cidade dinamiza o comércio, os pequenos negócios, os serviços. Dinamiza a economia local. Os estudantes são uma mais valia incontornável – vamos recebê-los: ao longo do mês de outubro em colaboração com o GIAPE (gabinete de imagem e apoio ao estudante) do IPB daremos as boas vindas à comunidade académica disponibilizando 100 entradas em todos os espetáculos do TMB que aconteçam nesse mês.

RECEÇÃO AOS ALUNOS EM ERASMUS E AOS ALUNOS ORIUNDOS DA CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Estes alunos em trânsito serão nossos embaixadores quando regressarem aos seus países de origem. Levarão com eles o nome da cidade e tudo o que ela lhes deu e proporcionou. Por isso entendemos que estes alunos em particular deverão ser nossos convidados nos espetáculos TMB desde que devidamente identificados.

PROTOCOLOS MB / ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

Ao abrigo de todos os protocolos estabelecidos e a estabelecer com a Câmara Municipal de Bragança e Associações todos os que pertencerem a essas associações e disso façam prova na compra dos bilhetes, terão um desconto de 50% em todos os espetáculos.

PROTOCOLOS MB / IPSS

Todas as instituições de solidariedade social do concelho através de protocolo a assinar com a Câmara Municipal terão entradas livres para os seus utentes nos espetáculos do Teatro Municipal de Bragança.

A introdução de dois novos descontos na alínea l) “Combata a crise - Vá ao Teatro” do artigo 12.º Teatro Municipal de Bragança, da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, - Teatro Municipal de Bragança - “Desconto = Idade” e “Idade Maior” bem como a introdução de quatro novos itens na referida tabela, são competência da assembleia municipal, conforme previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, para o efeito, propõe-se o aditamento ao artigo 12.º do Capítulo IV – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, CULTURAIS, DE RECREIO E OUTRAS - Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, com a seguinte redação:

CAPITULO IV

Artigo 12.º - Teatro Municipal de Bragança

l) Combata a Crise – Vá ao Teatro!

l.1) (...)

l.2) (...)

l.3) (...)

l.4) (...)

l.5) (...)

l.6) DESCONTO = IDADE (%)

l.6.1) Aplicável a maiores de 60 anos

l.6.2) IDADE MAIOR

l.6.2.1) Todos os que têm idade igual ou superior a 75 anos e devidamente comprovado são nossos convidados

l.7) RECEÇÃO AOS CALOIROS DO ENSINO SUPERIOR

l.7.1) Oferta de 100 entradas em todos os espetáculos do TMB que aconteçam durante o mês de outubro.

l.8) RECEÇÃO AOS ALUNOS EM ERASMUS E AOS ALUNOS ORIUNDOS DA CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

I.8.1) Estes alunos em trânsito serão convidados nos espetáculos do TMB desde que devidamente identificados.

I.9) PROTOCOLOS MB / ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

I.9.1) Desconto de 50% em todos os espetáculos

I.10) PROTOCOLOS MB / IPSS

I.10.1) Todas as instituições de solidariedade social do concelho através de protocolo a celebrar com o Município de Bragança, terão entradas livres para os seus utentes nos espetáculos do TMB.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos da alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, do citado diploma.

Intervenção do Sr. Vereador, Octávio Fernandes

O Sr. Vereador registou a necessidade de criar um grupo teatral de ação pedagógica, com atuação junto da população escolar dos ensinos básicos e secundários, onde o palco é a escola.

O teatro desenvolve competências em variadíssimas áreas, transmitindo conceitos morais e éticos. Amplia a dimensão cultural e molda o desempenho de cidadania. Oferece incentivo e apoio por parte da Câmara Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, pretende dar alguma informação complementar aos documentos que foram enviados?

----- **Presidente da Câmara** – No âmbito da Comemoração dos dez anos da inauguração do Teatro Municipal, que este ano se comemora, para além daquilo que foi a data em que foi feito um espetáculo para comemorar essa data, a Câmara Municipal deliberou criar um pacote de incentivos para que outras pessoas pudessem ter acesso a este equipamento cultural. E, por

isso, propõe-se uma série de medidas que vão ao encontro deste objetivo, fazer com que os idosos, estudantes, IPSS's, possam ter acesso mais facilitado aos equipamentos, o que significa, que a política social continua também, por esta via, proporcionando um acesso facilitado a todos aqueles que, de alguma forma, têm mais dificuldades para aceder aos equipamentos culturais.

----- **Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimento?

----- Não há.

----- Intervenções?

----- Registamos duas intervenções. António Morais, da CDU, e Bruno Veloso do PS.....

----- António Morais, tem a palavra.

----- **António Morais** – Estamos perante uma iniciativa que os méritos são mais que óbvios e evidentes, da qual também nos congratulamos e recorro que várias vezes a CDU tem chamado a atenção para a questão deste equipamento de alta qualidade que nós temos, o Teatro, e, quanto a nós, a sua dinâmica e a sua dinamização está muito aquém daquilo que é necessário...

----- Há aqui algumas medidas que vêm no sentido de corrigir, no entanto chamamos a atenção para dois ou três aspetos, e não está em causa o mérito no seu global da proposta, mas que nos parecem algo discriminatórios.....

----- Por exemplo, há uma discriminação entre os alunos de ERASMOS, têm descontos enquanto estiverem cá, mas os restantes estudantes não têm, só quando são caloiros.

----- Quanto a nós falta um plano. Há aqui uma questão que eu também acho que devia ser refletida, é que aquele Teatro e as potencialidades que tem não se compadece com o virar de costas de outras instituições, nomeadamente da Escola Superior de Educação, que tem, inclusive, disciplinas e cursos vocacionados para as artes, eu creio que devia haver aqui um aproveitamento mais estreito, até do ponto de vista institucional para valorizar e dinamizar esta instituição.....

----- Outras questão que também me parece bastante importante é o protocolo que se aponta aqui com algumas instituições, ou com as associações que houver. Eu creio que devia ser dado um particular realce às instituições do meio rural, porque este equipamento não é só

da cidade de Bragança, é de todo o Concelho, eu diria que transcende o Concelho, mas a nossa preocupação deve ser muito para o meio rural, e há muita gente no meio rural que certamente se for incentivada, se tiver divulgação, que virá, e com todo o gosto. Agora, tem que haver meios e tem que haver uma estratégia, é isso que me parece que ainda faz falta para a dinamização do Teatro, e que compete nomeadamente ao Pelouro da Cultura elaborar um Plano que abarque várias problemáticas e que tenha muito em conta esta necessidade de dinamização, da criação do gosto pelo incentivo à participação.....

----- Portanto, em traços largos, ficam só algumas reflexões que nos parece que deviam merecer mais atenção nomeadamente o Pelouro da Cultura, no entanto subscrevemos, obviamente, esta iniciativa como meritória. Disse

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, o Deputado Bruno Veloso, do PS.....

----- **Bruno Veloso** – Naturalmente classificar de meritória este documento que agora nos é proposto para aprovação, mas salientar que, de facto, gostaria de ver nele algo mais de alcance, ou seja, ou acho que numa fase destas deveria ter um alcance de sabermos quais são as associações com quem se pretende estabelecer protocolos, de coisas mais palpáveis, e também mais estruturadas no sentido de saber se a própria rentabilidade do próprio Teatro, porque devido à limitação do espaço, se houver protocolos com todas as associações, o que seria ótimo, mas isso tem naturalmente encargos para a Autarquia, que não sei se a Autarquia tem essa capacidade financeira para os albergar a todos.

----- Portanto, eu acho que, apesar de meritória, terá naturalmente a aprovação, ele deve ser acompanhado, de facto, dum protocolo, e tendo atenção relativamente às associações com quem vão fazer esses protocolos, sejam do mundo rural, sejam do mundo urbano, eu acho que a cultura é para todos.

----- Sr. Presidente, da sua intervenção permita-me só uma discordância, não vamos confundir políticas sociais com política cultural, é porque este incentivo é no âmbito da política cultural, as políticas sócias são de outra monta. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Não havendo mais intenções de intervenção, passamos à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SESENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

----- Não há declarações de voto.

----- Passamos ao ponto seguinte.

PONTO 4.4.4 – Apoio às Freguesias;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de abril de dois mil e catorze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Batista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“APOIO ÀS FREGUESIAS

Pelo Sr. Presidente foram presentes, depois de verificados pela Divisão de Administração Financeira, os seguintes pedidos de apoio às Juntas de Freguesia, respetivamente:

Junta de Freguesia de Espinhosela, através do ofício ref.^a 09, datado de 19.02.2014, a Junta de Freguesia de Espinhosela solicitou um apoio financeiro, no valor de 9.000,00€, para pagamento de trabalhos realizados com a construção do Bar/Salão de Festas de Santa Rita, em Terroso.

Mais se informa que a presente obra foi adjudicada pelo montante de 73.119,57 euros, tendo a Comissão de Festas participado o valor de 10.000,00 euros, a Junta de Freguesia

aplicou a verba prevista no Plano e Orçamento para o ano de 2013 (7.400,00 euros) e a Câmara Municipal, na reunião de 23 de fevereiro de 2013, deliberou atribuir o valor de 55.719,57 euros.

Segundo informação da Divisão de Administração Financeira a presente despesa tem cabimento no Orçamento Municipal para o ano de 2014, na rubrica “010208050102 - sem plano”, com uma dotação inicial de 633.100,00 euros, estando nesta data com um saldo de 562.620,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.487.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1133).

União de Freguesias de Rio Frio e Milhão, através de ofício, com data de entrada de 11.11.2013, a União de Freguesias de Rio Frio e Milhão solicitou um apoio financeiro, no valor de 25.000,00 euros, para pagamento das obras de beneficiação e pavimentação da Rua de S. Roque, em Paço de Rio Frio.

A presente obra foi adjudicada pelo montante de 28.630,50 euros, tendo o processo administrativo de contratação pública sido acompanhado pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal.

Segundo informação da Divisão de Administração Financeira a presente despesa tem Cabimento no Orçamento Municipal para o ano de 2014, na rubrica “010208050102 - sem plano”, com uma dotação inicial de 633.100,00 euros, estando nesta data com um saldo de 553.620,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.478.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1135).

Junta de Freguesia de Rabal, através do ofício ref.º 48, datado de 11.09.2013, a Junta de Freguesia de Rabal solicitou um apoio financeiro, no valor de 1.000,00 euros, para pagamento de terreno adquirido para construção da ETAR de Rabal.

Segundo informação da Divisão de Administração Financeira a presente despesa tem cabimento no Orçamento Municipal para o ano de 2014, na rubrica “010208050102 - sem plano”, com uma dotação inicial de 633.100,00 euros, estando nesta data com um saldo de 528.620,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.453.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1138).

Junta de Freguesia de Nogueira, através do ofício datado de 10.03.2014, a Junta de Freguesia de Nogueira solicitou um apoio financeiro, no valor de 20.000,00 euros, para construção das fundações do polidesportivo.

O presente investimento foi contemplado no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 20/2007 “Apoio à construção e melhoria de polidesportivos (...)”, com uma dotação inicial de 100.000,00 euros, estando nesta data com um

saldo de igual valor. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.452.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1136).

Junta de Freguesia de Serapicos, através do ofício datado de 24.01.2014, a Junta de Freguesia de Serapicos solicitou um apoio financeiro, no valor de 8.100,00 euros, para pagamento das obras de beneficiação e pavimentação de largo em Vila Boa de Carçozinho.

O custo total da obra foi de 14.392,38 euros, sendo que a Junta de Freguesia aplicará a verba prevista no Plano e Orçamento para 2014, no montante de 6.300,00 euros.

O presente investimento enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação de largos nas aldeias”, com uma dotação inicial de 63.000,00 euros, estando nesta data com um saldo de igual valor. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.432.667,99 euros (Compromisso n.º 2014/1137).

Junta de Freguesia de Donai, através do ofício datado de 08.04.2014, a Junta de Freguesia de Donai solicitou um apoio financeiro, no valor de 9.600,00 euros, para pagamento das obras de beneficiação e pavimentação de largos nas aldeias de Donai e Sabariz.

O custo total da obra foi de 14.900,00 euros, sendo que a Junta de Freguesia aplicará a verba prevista no Plano e Orçamento para 2014, no montante de 5.300,00 euros.

O presente investimento enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2014, nomeadamente no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação de largos nas aldeias”, com uma dotação inicial de 63.000,00 euros, estando nesta data com um saldo de cabimento de 54.900,00 euros. Os fundos disponíveis, à data, apresentam o montante de 2.424.567,99 euros (Compromisso n.º 2014/1139).

Questões colocadas pelos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“Junta de Freguesia de Espinhosela

A Câmara Municipal de Bragança já efetuou o pagamento no valor de 55.719,57 euros? Se sim, o valor total do apoio passa a ser de 64.719,57 euros? Somando as partes, o custo total da obra cifra-se em 82.119,57 euros?

Junta de Freguesia de Nogueira

Não existe um Polidesportivo em Nogueira? Esta verba serve para melhoria do polidesportivo existente?”

Resposta do Sr. Presidente às questões colocadas

Sim, a transferência da verba atribuída já foi efetuada.

Relativamente ao Polidesportivo de Nogueira e considerando que o atual não oferece condições de utilização de verão/inverno, torna-se assim necessário criar infraestrutura que permita a sua utilização ao longo de todo o ano.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os referidos pedidos de apoio financeiro às Juntas de Freguesia, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea j) e para os efeitos da alínea k), ambas do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Declaração de voto do Sr. Vereador Humberto Rocha

“Considerando que grande parte destas obras já se encontram executadas, seria de todo conveniente que os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, submetessem antecipadamente à Câmara Municipal as suas intenções com o respetivo pedido de apoio financeiro.”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores Victor Pereira e André Novo

“Votamos favoravelmente conscientes da necessidade de apoiar e investir em pequenas obras no mundo rural, como forma de ajudar à coesão territorial do concelho e inverter a tendência da baixa densidade populacional, cada vez maior no mundo rural. No entanto, não deixamos de constatar que todos os apoios concedidos surgem na abrangência de executivos liderados pelo Partido que sustenta a maioria do atual executivo municipal; resta-nos pensar que os executivos liderados nas respetivas juntas de freguesia pelo Partido Socialista não tivessem apresentado qualquer pedido a solicitar o respetivo apoio; já que, pelo conhecimento que temos do concelho este tipo de pequenos investimentos para fazer face a estas necessidades são visíveis em todas as freguesias. Assim, saudamos o executivo municipal pelos apoios concedidos, na esperança que outros serão concedidos para os mesmos fins, ou similares, sejam em territórios liderados por executivos do Partido maioritário ou por executivos de outra cor partidária.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 16 de abril de 2014.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

-----**Presidente da Mesa** – Para este ponto vou solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que faça uma consideração inicial.....

----- Enquanto o Sr. Presidente se dirige para o microfone quero lembrar aos Senhores Presidentes de Junta que no final têm aquela reunião programada, espero que não se esqueçam, obrigado.

----- **Presidente da Câmara** – Por introdução da Lei n.º 75/2013 é obrigatório que os apoios a conceder às juntas de freguesia ou Uniões de Freguesias venham à Assembleia Municipal, e, por isso, qualquer apoio que não tivesse sido já devidamente inscrito no orçamento para 2014, como foi o caso das receitas de capital atribuídas às juntas de freguesia, terão obrigatoriamente de vir a este Órgão, sob pena de a Câmara Municipal estar a tomar uma deliberação e ela não ter quaisquer consequências práticas.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Pedimos, pois, inscrições para pedidos de esclarecimento.

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Não me causa escolhos de natureza alguma estes apoios às Juntas de Freguesia, a minha questão é o montante, nomeadamente no que diz respeito e não tem nada que ver com o facto de ser Nogueira, mas com o tipo de obra que está subjacente, que é nomeadamente um investimento para um novo Poli Desportivo, e eu acho que já vimos isto aqui. Numa altura em que nós estamos com graves problemas financeiros para conseguir fazer face às nossas despesas. Acho que estar a multiplicar o número de equipamentos não é um bom ato de gestão. Eu acho que nós deveríamos dar o salto e tentar mutualizar recurso congregando iniciativas no sentido de rentabilizar os já existentes, porque o que se está a verificar é que se cada Freguesia quer o seu Poli Desportivo e nós continuamos a gastar dinheiro depois não temos dinheiro para manter e isto é uma pescadinha de rabo na boca e nunca mais saímos das dificuldades financeiras. Eu acho que isto, e a tentativa da reforma da Administração Local também nos veio dar sinais disso, temos que abandonar despreconceituadamente o conceito de cada Freguesia querer o seu equipamento ou a sua infraestrutura e começar a pensar num sentido mais lato da mutualização de recursos.

----- A decisão está tomada, obviamente, não é? O dinheiro já foi transferido, mas eu acho que de futuro... ..

----- **Ana Almeida** - Não foi... deu-me ideia que sim, aqui na resposta à pergunta, a Câmara já efetuou o pagamento... -----

----- **Ana Almeida** - Não é para este? É no ponto a seguir, já existe um Polidesportivo.....

----- Mas eu acho que em todos os equipamentos se deveria fazer um levantamento daqueles que estão fechados porque não têm gente, fazer um levantamento rigoroso, exaustivo, porque é que estão fechados, quais os custos de manutenção. Vamos investir numa política de transportes que leve as pessoas onde eles podem ser levados e rentabilizar e melhorar os já existentes. Continuo a achar que isto é continuar a duplicar, a multiplicar e não é uma boa forma de gestão.....

----- **Presidente da Mesa** – Mais pedidos de intervenção sobre este ponto da ordem de trabalhos?.....

----- António Morais, da CDU, tem a palavra.

----- **António Morais** - É mais um pedido de esclarecimento com uma consideração prévia, de que há aqui uma discrepância, há um soberano, concretamente em relação ao apoio dado à Junta de Freguesia de Espinhosela de mil e seiscentos euros, é pouco, mas em termos de contas e de clareza não se sabe muito bem para onde é que estes mil e seiscentos euros foram, não é?

----- A consideração é a seguinte, consideração e pergunta, sobretudo o Sr. Presidente, agradecia se pudesse responder. Este apoio às freguesias foi dado na sua totalidade, ou seja, foi dado todo o apoio a todas as freguesias, ou só a algumas, e, se não foi a todas, quais foram as que não foram contempladas nos seus critérios. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Existem mais intervenções sobre o tema?

----- **Presidente da Mesa** - Tem tempo, tem, Sr.ª Deputada. Quer fazer mais alguma intervenção? Ainda tem tempo disponível, se o entender, tem a palavra.....

-----**Ana Almeida** – Eu sou muito chata! Sr. Presidente como é que estamos de acordos de execução com as juntas de freguesia, se, já que estamos a falar de juntas de freguesia, nós temos uma Lei, que é a Lei n.º 75, que diz, a polémica está resolvida com o Despacho Interpretativo do Senhor Secretário de Estado, no sentido de dizer que aqueles cento e oitenta dias para a celebração dos acordos de execução não são vinculativos. Mas é verdade que ele também diz no Despacho Interpretativo que aquilo é uma obrigação de meios, não é uma obrigação de resultados, mas também diz que as juntas de freguesia têm que ser convidadas pela Câmara Municipal, que tem que tomar essa iniciativa, no sentido de tentar reunir para avaliar qual a transferência de competências.....

-----A questão que eu queria colocar é os cento e oitenta dias obviamente são referenciais, por aquilo que eu estava a dizer, se já estão, quais os modelos do acordo de execução e quais os meios económico/financeiros, terá talvez, também, uma perspetiva de deixar as freguesias não estar tão dependentes desta mão visível da Câmara Municipal e portanto trataremos das coisas estruturalmente e não casualmente mobilizando os instrumentos legais. Obrigado.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

-----Sr. Presidente, depois destas considerações, pretende encerrar o assunto com a perspetiva da Câmara?.....

-----**Presidente da Câmara** – Os apoios agora aqui trazidos à Assembleia Municipal, são apoios que estão a ser atribuídos pontualmente a cada freguesia. Nesta Assembleia vêm estes apoios, há de haver outras Assembleias, até ao final do ano, que, seguramente, virão outros tipos de apoio para outras freguesias. A verdade é que não se consegue, de forma nenhuma, trazer todos os apoios de uma vez só, uma vez que a Lei dos Compromissos também nos obriga a que tenhamos dinheiro para poder deliberar esses apoios.....

-----Relativamente a apoios que foram concedidos a todas as freguesias, eles foram inscritos no orçamento para 2014 e constam numa página do orçamento para 2014, e são as despesas de capital, que serão transferidas em qualquer altura, desde que devidamente solicitadas, conforme aquilo que já tínhamos acordado previamente, com os senhores Presidentes das junta de freguesia, ou das uniões de freguesia.

-----Relativamente à delegação de competências nas freguesias, eu gostaria de dizer o seguinte: da reunião do dia catorze de março, realizada na Sala de Atos do Teatro Municipal, ficou acordado com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia/União de Freguesia, onde estiveram praticamente todos, que até ao final de abril, até amanhã, que comunicariam à Câmara Municipal a vontade da Junta de Freguesia/União de Freguesia, já devidamente validada pelo Órgão Executivo e pelo Órgão Deliberativo da Freguesia, de aceitar ou não a delegação de competências. Aguardamos a resposta das freguesias, para, numa fase posterior, tomarmos, conjuntamente, a decisão do processo de delegação de competências. Até ao momento houve algumas freguesias que já tomaram essa decisão e já a manifestaram à Câmara Municipal, e nós aguardamos, serenamente, até amanhã, que os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia façam a comunicação, ou não, conforme tínhamos combinado nesta reunião. Portanto o processo foi tratado com toda a transparência e continuará a sê-lo no futuro.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Pediu a palavra a Sr.ª Presidente de Junta de Freguesia de Grijó de Parada.

----- Tem a palavra, Sr.ª Presidente.

----- **Maria Branco** – Ora, muito boa tarde a todos. Eu estive presente nesta reunião e tio que tinha entendido lá é que tínhamos que comunicar à Câmara Municipal no caso de a Junta de Freguesia levasse o assunto à Assembleia de Freguesia, e havendo interesse em aceitar, comunicar à Câmara. Mas quando não queríamos fazer concessão, ficar como estamos, não havia necessidade. Portanto eu levei o assunto à Assembleia de Freguesia, e foi deliberado não aceitarmos concessões. Portanto não comuniquei à Câmara. Foi por esta razão, porque a Assembleia de Freguesia entendeu que não tínhamos competências para estar a fazer esse tipo de acordos, e, portanto, ficamos como estamos, com o apoio da Câmara Municipal, como estávamos até aqui. Portanto eu não comuniquei por essa razão. É que não queremos fazer acordo algum. Certo? Não é preciso comunicar no caso de não querer fazer acordos!

----- Muito obrigado, era isso.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Presidente de Junta.....

----- Não sei se é importante o Sr. Presidente da Câmara dar alguma resposta a esta questão colocada diretamente. Julgo que havia aqui algum ruído de fundo entre os Srs. Presidentes de Junta, que poderia essa resposta ser interessante.

----- **Presidente da Câmara** – Para nós é irrelevante, neste momento, que as juntas de freguesia que tomaram a deliberação de não aceitação, o ideal seria que nos pudessem transmitir isso para nós organizarmos o dossier corretamente. Mas, como nós vamos fazer uma reunião com todos, novamente, não temos qualquer problema, e essa informação poderá ser transmitida nessa reunião que faremos dentro de pouco tempo, portanto não há qualquer problema. O ideal é que quem tomou essa deliberação, no Órgão Executivo e no Órgão Deliberativo, que, pelo menos, nos possa, nessa altura, facultar uma cópia da deliberação que foi tomada.

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, acho que essa informação foi importante.

----- **Presidente da Mesa** - A Mesa não quer coartar a discussão democrática sobre este assunto, estavam algo entorpecidos, agora animaram um bocadinho.

----- Bruno Veloso, tem a palavra.

----- É compreensível que este tema anime nesta Assembleia e desperte particular atenção.

----- Peço desculpa por interromper o Sr. Deputado, e porquê? Porque queria pedir à Assembleia que fizesse silêncio, este assunto é importante, suscita algum comentário, mas gostaríamos todos de ouvir as intervenções que os Srs. Deputados estão a fazer uso da palavra. Por isso a atenção devida, e peço desculpa por o ter interrompido.

----- **Bruno Veloso** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Dizia eu, que, de facto, é natural que esta temática embora desviando do ponto em concreto em que estamos, quase parece um acordo, mas faz toda a pertinência que ele aqui também seja discutido, e também sentir o pulsar e as reações dos próprios Presidentes de Junta, sendo que uma nova legislação que permite, de facto, às juntas de freguesia adquirirem determinadas competências, e permite, de facto, adquirir determinadas competências acompanhadas, permitam-me a expressão, de um envelope financeiro que dê cobertura a

essas mesmas competências. E, de facto, aquilo que eu acho muito estranho é que no meio desta nebulosa haja uma certa candidatura a dizer “ eu quer ter ou não atribuições de competências “, e, pelo que vejo, a maioria não quer ter atribuições de competências, o que eu acho estranho, porque há determinados serviços que as próprias juntas já efetuam, nomeadamente algumas limpezas de arruamentos, portanto acho muito estranho que não aproveitem esta oportunidade para terem mais alguns meios financeiros capazes de melhor cumprir esse vosso serviço.

----- Agora, também acho muito estranho que se possam levar a uma Assembleia de Freguesia, ou a um Executivo de Junta de Freguesia, uma vontade que não está acompanhada dum protocolo e saber com que linhas é que efetivamente se cozem. E, nesse sentido, eu compreendo que, de facto, os senhores Presidentes de Junta estão a votar no escuro e a dar um tiro no escuro, porque não sabem qual é o dia de amanhã, e eu acho que o Sr. Presidente da Câmara, nessa matéria, deve ser muito claro, como é que vai ser, e portanto deve falar com cada um, permita-me a expressão, falar com cada um dos Presidentes de Junta e ver a melhor forma e a melhor solução para essas coisas, e os Presidentes de Junta têm, naturalmente, que se debater pelos interesses das suas Juntas de Freguesia e dos seus fregueses. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Eu, com a intervenção da Sr.^a Presidente de Junta, não percebi, porque nos termos da Lei trata-se de uma delegação legal, não é como nos contratos interadministrativos em que por natureza as competências continuam na Câmara Municipal, ou seja, a própria Lei diz que, há aqui uma equiparação às chamadas delegações tácitas, que o legislador fez condicionar a transmissão das competências para um acordo de execução, acordo de execução esse que só poderá estar dependente, Sr. Presidente, de não estarem reunidos os requisitos, previstos também na Lei, nomeadamente de aumentar a despesa pública global, ou seja a transferência, este exercício tem que ser feito, por isso é que se discute, têm que ser feitos estudos prévios, ou não têm que ser feitos estudos prévios, aliás, ponto este que foi retificado e clarificado numa Declaração de Retificação que disse – também

para os acordos de execução, na transferência de competências que tanto pode ser para norte como para sul, seja para cima nas Comunidades Intermunicipais, como para baixo nas Juntas de Freguesia, terra que haver estudos, e serão esses estudos, ou seja, aqui é uma questão de fundamentação, Sr. Presidente, não está na disponibilidade das Juntas de Freguesia poderem aceitar ou não, que é a própria lei que lhe está a transferir, eu só não te transfiro se essa transferência implicar um aumento da despesa pública global, se o aumento da eficiência da gestão dos recursos pelas autarquias, se houver um aumento da ineficiência, nesta caso pelas Juntas de Freguesia, se os ganhos de eficiência do exercício das competências forem menores do que aqueles que já existem, portanto, havendo uma delegação legal, eu não vejo aqui que possa estar na disponibilidade das partes aceitarem ou não aceitarem.

----- Eu digo isto de coração aberto, porque noutra dia estive numa sessão de esclarecimento, com um grande administrativista meu professor, Dr. Pedro Gonçalves, que chamou a atenção, apontou o dedo para os Presidentes de Câmara. Atenção, que os senhores têm que ter cuidado com a fundamentação. De facto não pode, porque os princípios estão elencados, cada freguesia tem as suas necessidades, e portanto eu não posso fazer um acordo de execução igual para todas as freguesias. De facto, os princípios, diz que tem que se dar resposta às necessidades e à territorialidade das necessidades.

----- E diz, mas eu também não posso não transferir porque não me apetece.

----- E eu não transfiro.....

----- Então trabalhe-se os argumentos que estão na Lei. Isto é uma transferência legal, só está dependente dos acordos de execução, e a não subscrição dos acordos de execução depende, a fundamentação, da inexistência destes critérios.....

----- Desculpe que lhe diga, acho que, se calhar, têm que reponderar porque isto depois vem à Assembleia, nós temos que aprovar estes acordos de execução, como têm que ir à Assembleia de Freguesia, e portanto acho pertinente, francamente, não está a ser bem conduzido. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigada, Sr.^a deputada.

-----Telmo Afonso, Presidente de Junta da Freguesia de Espinhosela, tem a palavra para a sua intervenção.

----- **Temo Afonso** – Boa tarde, Ser. Presidente, Sr.^a Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Público.....

----- Eu penso que, não sou jurista, não sou formado em Direito, mas por aquilo que eu percebi até agora, e penso que a Helena se explicou bem, não foi imposto às Juntas de Freguesia que tinham que aceitar as delegações legais, tão legais são que estão legisladas, agora, às Juntas de Freguesia cabe-lhe o direito de recusar os acordos de execução propostos pela Câmara, pode haver uma negociação, se nos perguntarem, estudos em estudos, então temos que arranjar aqui meia dúzia ou nove ou dez freguesias para durante um ano monitorizar as despesas que tenham com certas execuções que fazem, mesmo que sejam de limpeza de ruas, que a limpeza de rua desde que passem lá os carros não são da competência da Câmara ou das Juntas, não sei explicar-lhes, mas os acordos de execução claro que são legais, se os fizermos, mas para serem legais tem que haver a aceitação em Executivo da Junta de Freguesia, tem que haver aceitação a nível da Assembleia de Freguesia, tem que haver aceitação, desse acordo, da Câmara Municipal, e tem que haver aceitação também desse acordo de execução ou delegação de competências também desta Assembleia Municipal.....

----- Portanto, se um destes Órgãos falhar não há acordo de execução com as Juntas de Freguesia, é tão simples quanto isso, todos nós sabemos, todos nós, nas Juntas de Freguesia, queremos mais dinheiro, isso é como perguntar a um cego se quer ver! Se é mais dinheiro nós estamos abertos a que ele venha. E as Juntas de Freguesia já têm muitos encargos, se calhar muitas vezes passam ao lado das competências das próprias Juntas de Freguesia, e tem despesas com isso.

----- Agora, todos nós gostávamos de ter acordos de execução com fins lucrativos para nos sobrar dinheiro para outras obrinhas, que tanta falta fazem nas nossas localidades.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela.....

----- O Sr. Presidente de Freguesia de Izeda também pediu a palavra.....

----- **Luís Fernandes** – A conversa é como as cerejas, é só começar a comer e depois.....

----- Este é um tema realmente apaixonante e que obviamente nos trás a todos um bocado revoltos em relação a isto.

----- Ainda bem que temos aqui uma jurista que eu gostava que nos esclarecesse aqui definitivamente um ponto que é o seguinte:.....

----- Esta questão das transferências legais é um ponto facultativo ou é um ponto obrigatório? É que os pareceres que eu li, ultimamente, dá-me a ideia que esta transferência legal é uma transferência obrigatória, e que esses tais acordos de execução, aqui sim, depois entra a negociação, quais são as competências que cada Freguesia... admito, também admitimos aqui que nem todas as Freguesias, no artigo 132.º, vão buscar aquelas competências que estão lá, porque nem todas têm Feiras e Mercados para gerir, e outras competências.

----- Agora, o que acho estranho, eu já disse isto nas reunião dos Presidentes de Junta, não volto a frisá-lo aqui, é, que nós tenhamos ali uma competência, que é a limpeza das ruas, que sempre as Juntas a fizeram, que agora é da Câmara, que deve ser delegada nas Juntas de Freguesia, acompanhada do tal pacote financeiro. Eu não sei quanto é o pacote financeiro, mas se for de cinco euros, a minha Freguesia só lucra, são cinco euros que a minha freguesia soma! São cinco euros que eu estou a retirar ao orçamento global da Freguesia! Agora, vir aqui presidentes de Junta dizerem, de caras, que não querem cinco euros para a sua Junta de Freguesia, eu digo-lhe uma coisa, não entendo, e o que é que está por detrás disto é que eu não entendo, eu suspeito, pode haver algo que eu ainda não percebi, não entendi o que é que está por detrás disto.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente da Junta.....

----- Finalizamos aqui as intervenções, de facto, desviámos um bocadinho do ponto central. Eu, antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, de facto, eu também percebi que havia aqui algumas dúvidas por parte dos Senhores Presidentes de Junta e deixámos que a discussão avançasse um bocadinho mais, para além daquilo que seria necessário para aquilo que estava em votação, que era este ponto. E, por isso, é que a Mesa, atendendo a algumas

dúvidas por parte dos Senhores Presidentes de Junta, deixou que esta discussão decorresse. Mas agora temos que por um ponto final, porque o que está na essência da agenda é o que está nesta certidão que veio da Câmara, e é isto que vamos votar.

-----Volto a dizer, porque nos pareceu interessante que houvesse alguma discussão em volta desta matéria, deixámos que decorresse o discurso. Agora não, vamos suspender este tipo de abordagem, que é desviante do assunto essencial, dando, por fim, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer uma consideração final sobre o ponto, aí julgo sim diretamente relacionada com o documento em causa.

----- **Presidente da Câmara** - A Câmara Municipal, na reunião que promoveu com os Presidentes de Junta, sempre manifestou a total disponibilidade para fazer o que viesse a ser decidido. Nós não condicionamos absolutamente ninguém, não condicionamos qualquer tipo de decisão das Juntas de Freguesia, isso ficou claro na reunião que tivemos. É verdade que para se poder transferir estas competências terá que haver um estudo que mostre que as juntas de freguesia fazem melhor e com menos dinheiro do que faz a Câmara, isto é uma condição obrigatória. Ora bem, nós não podemos obrigar nenhuma junta de freguesia a aceitar competências que possam vir a ser delegadas.

----- Por outro lado, as competências não é obrigatório que sejam delegadas, elas podem ser delegadas, e há um número na Lei n.º 75/2013 que efetivamente tem algumas competências que podem ser delegadas nas juntas de freguesia, essas são aquelas que podem vir acompanhadas do tal pacote financeiro que há de acrescer àquilo que é o orçamento da Freguesia, as outras competências que as juntas de freguesia já têm são competências próprias que têm de executar de acordo com o orçamento que têm previsto para o ano que estiver em curso, como é evidente.

----- Portanto aqui não há absolutamente nada escondido, nem vejo que haja qualquer tipo de problema quando uma junta de freguesia que não quer receber cinco euros, porque, à partida, reconhece que com aqueles cinco euros não vai fazer o trabalho que a Câmara fazia com os mesmos cinco euros. Mas essa é uma avaliação que deve ser feita por cada um, é

assim, desenganem-se aqueles que pensam que esta delegação de competências é a galinha dos ovos de ouro!

----- Portanto é preciso que isto seja devidamente ponderado. Já disse há bocado, e repito, estaremos disponíveis, como sempre estivemos, para continuar a reunir com os senhores presidentes de junta de freguesia, em conjunto, individualmente, em grupo, como entenderem, para podermos tomar essa deliberação. Agora, não é justo, nem o poderíamos fazer, como é evidente, obrigarmos uma junta de freguesia que não quer as competências e dizer – Não! Não! Desculpe lá, agora o Sr. Presidente da Junta vai ter que ficar com as competências e desenrasque-se.

-----A Lei permite que elas sejam delegadas, é verdade, mas não obriga a que sejam delegadas, é preciso distinguir isto, também. Quem quiser ficar com as competências ficará com elas depois de devidamente provado que essas competências são transferidas, ou são delegadas, que a junta de freguesia consegue executar muito melhor do que a Câmara.

----- Agora, é verdade que é necessário que isto seja devidamente trabalhado, é sim senhor, nós estamos com toda a abertura para se poder trabalhar este assunto convenientemente, mas não iremos obrigar ninguém a aceitar as competências, como também não iremos obrigar ninguém a aceitar as competências, que isto fique claro, estaremos sempre com uma atitude de absoluta correção e absoluta transparência neste processo. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas considerações finais.....

----- Vamos passar à votação do ponto 4.4.4 – Apoios às Freguesias, naturalmente votar a Certidão que veio da Câmara.

----- Quero lembrar que a discussão se desviou para outro assunto.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

----- Primeiro o PS, foi a primeira inscrição, Ana Brás tem a palavra, depois Ana Almeida.

----- **Ana Brás** – **Apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto:**

-----“Votamos favoravelmente conscientes da necessidade de apoiar e investir em pequenas obras no mundo rural, como forma de ajudar à coesão territorial do concelho e inverter a tendência do despovoamento e desertificação no mundo rural. Não podemos, no entanto deixar de constatar que apenas foram contempladas freguesias que surgem na abrangência de executivos liderados pelo Partido que sustenta a maioria do atual executivo municipal; Será que os executivos liderados nas respetivas juntas pelo Partido Socialista não solicitaram qualquer tipo de apoio? Pelo conhecimento que temos do concelho este tipo de investimento é necessário em todas as freguesias. Assim, saudamos o executivo municipal pelos apoios concedidos, na esperança que outros sejam concedidos para os mesmos fins, ou similares, quer em territórios liderados por executivos do Partido maioritário, quer em executivos de outra cor partidária.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª Deputada.....

----- Ana Almeida, tem a palavra, para a sua declaração de voto.

----- **Ana Almeida** – Eu, acho que ficou claro que não estava aqui em causa a necessidade de apoio às Freguesias, o que me levou a suscitar a questão é que, se calhar, algum tipo de apoio é casuístico e resolve-se com a transferência legal. Portanto o Sr. Presidente disse uma coisa, eu disse duas coisa diferentes, uma coisa é a obrigatoriedade de a Câmara e as Freguesias se reunirem, não fica na discricionariedade das partes não se reunirem, e isso foi feito, o que eu estava a dizer é que a transferência legal não depende de apeteer à freguesia ficar com as competências ou não, depende da fundamentação do cumprimento dos requisitos da Lei, nomeadamente, e agora vou falar diretamente, porque me entende, do preenchimento dos requisitos do artigo 115.º e do artigo 132.º, mais nada, e da elaboração dos estudos prévios, que eu, fica-me no ar, a dúvida de eles terem sido feitos, e tal resulta da Declaração de Retificação 43 – C.

----- **Presidente da Mesa** – Terminámos este ponto da agenda, com a declaração de voto que acabaram de ouvir. Passamos para o último ponto.....

PONTO 4.5 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre o texto da Moção enviada pela Câmara Municipal de Elvas, sobre “ Defesa dos Doentes Oncológicos”

-----Seguidamente se transcreve a Moção da Assembleia Municipal de Bragança previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

LUÍS MANUEL MADUREIRA AFONSO, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:.....

Certifica que, na ata da sexta reunião da Comissão Permanente desta Assembleia Municipal (Quadriénio 2013/2017), realizada no dia **dezaséis de abril do ano de dois mil e catorze**, no auditório **“Paulo Quintela”, em Bragança, na qual participaram os doze Membros** que a constituem, se encontra aprovada, em minuta, a seguinte **deliberação:**

“ MOÇÃO

NO COMBATE AO CANCRO, TODOS SOMOS POUCOS EM DEFESA DOS DOENTES ONCOLÓGICOS

----- Considerando que é uma obrigação dos autarcas a defesa dos interesses da população que representam;

----- Considerando que o acesso aos medicamentos para o tratamento mais adequado dos doentes oncológicos está a ser posto em causa, contra os interesses legítimos dessa população que temos a obrigação de defender;

----- Considerando que tal medida afeta milhares de doentes em situação de grande fragilidade e que, lutando contra uma doença grave, não podem estar sujeitos a ações que contribuam para degradar a qualidade dos serviços de saúde que lhes são prestados;

----- Importa que todos os cidadãos do país, e os autarcas em particular, tomem conhecimento que o despacho n.º 13877-A/2013, publicado em Diário da República de 30/10/2013, tem implicações graves para as populações. Essas implicações têm sido amplamente discutidas pela comunidade médica, pela Ordem dos Médicos, pelas associações de defesa dos doentes oncológicos e difundidas pela comunicação social nacional.

----- O despacho em causa visa limitar o pedido de Autorização Excecional para uso de terapêuticas inovadoras aos designados Centros Especializados para Utilização Excecional de

Medicamentos (CEUEM). A referida limitação abrange os tratamentos para doenças oncológicas e limita os CEUEM a três unidades: os IPO's de Lisboa, Coimbra e Porto.

----- Importa tomar em atenção os argumentos apresentados pela Ordem dos Médicos, pelo seu Colégio de Oncologia e por largas dezenas de médicos oncologistas portugueses que, em documento, contestam esse Despacho do Secretário de Estado da Saúde, por considerarem:

- que o referido despacho é “discriminatório para com os doentes afastados dos grandes centros médicos e contrário a um acesso justo e equitativo aos cuidados de saúde, defendendo a sua suspensão imediata”;

- que o despacho é “atentatório da saúde dos doentes, gerador de profundas desigualdades regionais, afastando os doentes do interior do país da acessibilidade a potenciais terapêuticas, potenciador de racionamento e que se baseia em explicações sem fundamento”;

- que “os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra são discriminados negativamente no acesso a terapêuticas inovadoras que careçam de autorizações especiais de utilização (AE)”;

- que “os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra, pelas longas distâncias que passam a ser obrigados a percorrer, alguns já em condição mais débil, são mais rapidamente condenados à morte”;

- que muitos hospitais do país “passam a ser proibidos de tratar alguns doentes que possam beneficiar de terapêuticas que necessitem de AE do INFARMED! ”

----- O despacho refere ter “o objetivo de reforçar a racionalidade, equidade e exceção do recurso a estas Autorizações Excepcionais (AE) para medicamentos dependentes de avaliação prévia pelo INFARMED”. Os médicos oncologistas e a Ordem dos Médicos consideram que estas explicações “são enganadoras e as consequências serão as opostas”, como a seguir apontam:

“1 – A autorização de AE não depende do hospital de origem do pedido mas sim do caso clínico e da fundamentação técnica e científica da utilização do medicamento proposto.

2 – Obrigar doentes do interior a percorrer grandes distâncias para poderem ser tratados não gera equidade, bem pelo contrário, agrava tremendamente as desigualdades.

- 3 – Ao afastar os doentes da acessibilidade à terapêutica não se introduz racionalidade mas sim racionamento geográfico, o que é inadmissível.....
- 4 – Os hospitais que, prejudicando doentes, bloqueavam pedidos de AE, manterão o mesmo comportamento, agora não enviando os doentes para os ditos e limitados Centros Especializados para utilização Excepcional de Medicamentos (CEUEM).....
- 5 – Ao concentrar mais doente em Hospitais que já têm tempos de espera, vai atrasar-se ainda mais a análise e o processo terapêutico destes doentes, que correrão o risco de morrer antes de receberem o tratamento que lhes pode prolongar significativamente e melhorar a qualidade de vida.
- 6 – Há muitos centros de excelência no tratamento de doenças oftalmológicas e oncológicas fora dos três grandes centros médicos do país, o acesso ao conhecimento científico e aos protocolos terapêuticos é universal, as AE são autorizadas pelo INFARMED, o que garante o seu rigor de aprovação, pelo que o presente Despacho é totalmente desprovido de necessidade e de sentido.
- 7 – O despacho contraria a responsabilidade científica no exercício da profissão médica e a relação de confiança entre médico e doente para os médicos especialistas que trabalham fora destes centros, porque a sua decisão passou a ter que ser validada por colegas destes centros (quicá até menos graduados e com menor tempo de exercício da especialidade).....
- 8 – O significativo número de AE utilizadas pelos médicos para poderem tratar os seus doentes deve-se apenas ao extraordinário atraso, em muitos casos de vários anos, imposto artificialmente pelo INFARMED à aprovação de inovação terapêutica, com graves prejuízos de muitos doentes. Por exemplo, há fármacos na área da Oncologia, sem alternativas terapêuticas, com atraso de quatro anos na decisão de comparticipação, numa forma explícita e intolerável de racionamento”.....
- Atendendo ao aqui exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, em sessão de 29 de abril de 2014, deliberou por unanimidade:.....
- 1 – Manifestar a sua total discordância com o teor do Despacho n.º 13877-A/2013, de 30 de outubro do Secretário de Estado da Saúde;.....

- 2 – Manifestar a sua total solidariedade com os doentes oncológicos do nosso concelho, da nossa região e de todo o país;.....
- 3 – Defender a suspensão imediata deste Despacho e a adoção de medidas por parte do Ministério da Saúde que visem a procura de soluções adequadas ao correto e racional tratamento dos doentes, sem quaisquer disparidades geográficas e sem restrições no acesso a novos medicamentos aprovados na União Europeia;.....
- 4 – Apoiar as iniciativas da Ordem dos Médicos, do seu Colégio de Oncologia, dos médicos oncologistas e das associações de defesa dos doentes oncológicos contra a implementação deste Despacho e contra todas as medidas que visem racionar, dificultar ou impedir o acesso dos doentes com cancro aos medicamentos que permitam tratá-los com maior eficácia, melhores resultados e nas instituições de maior proximidade;
- 5 – Reconhecer que em todos os hospitais do nosso país onde existem unidades de tratamento de doentes com cancro, há médicos oncologistas com elevada competência, que merecem a confiança dos seus doentes e que, por isso, também merecem o nosso apoio e reconhecimento;
- 6 – Dar conhecimento da aprovação desta Moção por parte da Assembleia Municipal de Bragança a:
- Sua Excelência o Presidente da República
 - Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República
 - Sua Excelência o Primeiro-Ministro
 - Sua Excelência o Ministro da Saúde.....
 - Exma. Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde.....
 - Todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República
 - Exmo. Bastonário da Ordem dos Médicos
 - Colégio de Oncologia da Ordem dos Médicos
 - Associações de defesa dos doentes oncológicos.....
 - Órgãos de Comunicação Social”

-----Após análise e discussão da moção, foi deliberado, por unanimidade, agendar o assunto para a sessão da Assembleia Municipal do dia 29 de abril.

a) Luís Manuel Madureira Afonso”.

----- **Presidente da Mesa** – Eu julgo que os Senhores deputados todos tiveram acesso ao anexo, e que procederam à leitura. Esta iniciativa vem da Mesa da assembleia, não vem da Câmara Municipal, eu, de facto, só quero fazer a introdução, lembrando aos senhores Deputados só os pontos essenciais destas moção que foi enviada pela Câmara Municipal de Elvas, que diz o seguinte:.....

----- “Considerando que o acesso aos medicamentos para o tratamento mais adequado dos doentes oncológicos está a ser posto em causa, contra os interesses legítimos dessa população que temos a obrigação de defender;

----- Considerando que tal medida afeta milhares de doentes em situação de grande fragilidade e que, lutando contra uma doença grave, não podem estar sujeitos a ações que contribuam para degradar a qualidade dos serviços de saúde que lhes são prestados;

----- Importa que todos os cidadãos do país, e os autarcas em particular, tomem conhecimento que o despacho n.º 13877-A/2013, publicado em Diário da República de 30/10/2013, tem implicações graves para as populações. Essas implicações têm sido amplamente discutidas pela comunidade médica, pela Ordem dos Médicos, pelas associações de defesa dos doentes oncológicos e difundidas pela comunicação social nacional.

----- O despacho em causa visa limitar o pedido de Autorização Excecional para uso de terapêuticas inovadoras aos designados Centros Especializados para Utilização Excecional de Medicamentos (CEUEM). A referida limitação abrange os tratamentos para doenças oncológicas e limita os CEUEM a três unidades: os IPO’s de Lisboa, Coimbra e Porto

----- Importa tomar em atenção os argumentos apresentados pela Ordem dos Médicos, pelo seu Colégio de Oncologia e por largas dezenas de médicos oncologistas portugueses que, em documento, contestam esse Despacho do Secretário de Estado da Saúde, por considerarem:

- que o referido despacho é “discriminatório para com os doentes afastados dos grandes centros médicos e contrário a um acesso justo e equitativo aos cuidados de saúde, defendendo a sua suspensão imediata”;
- que o despacho é “atentatório da saúde dos doentes, gerador de profundas desigualdades regionais, afastando os doentes do interior do país da acessibilidade a potenciais terapêuticas, potenciador de racionamento e que se baseia em explicações sem fundamento”;
- que “os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra são discriminados negativamente no acesso a terapêuticas inovadoras que careçam de autorizações especiais de utilização (AE)”;
- que “os doentes que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra, pelas longas distâncias que passam a ser obrigados a percorrer, alguns já em condição mais débil, são mais rapidamente condenados à morte”;
- que muitos hospitais do país “passam a ser proibidos de tratar alguns doentes que possam beneficiar de terapêuticas que necessitem de AE do INFARMED! ”

----- Está aberta a discussão sobre o tema, eu, neste momento, solicito pedidos de inscrição para intervenção para este tema.

----- Registamos, já, uma intervenção de Cristina Raposo.

----- Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

----- **Maria Preto** – Boa tarde, Sr. Presidente da Mesa, Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Executivo, Deputados, Público em geral.....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“Em Defesa dos Doentes Oncológicos

----- O despacho 13877/2013 do D.R. de 30 de outubro de 2013, relativo aos Centros especializados para Utilização Excecional do Medicamento è atentatório da saúde dos Doentes, gerador de profundas desigualdades regionais e os direitos dos Doentes Oncológicos são +postos em causa.

-----O Doente Oncológico e todo o cidadão merece o mais completo bem estar físico, mental e social.....

-----O Estado democrático tem o dever da universalidade e da igualdade em todas as áreas, mas com especial relevância na Saúde.

-----O Estado, independentemente da raça, da condição económica e da situação geográfica, tem de dar condições de uma vivencia normal e integrada naq sociedade que o rodeia.

-----Se obriga a grandes deslocações-discrimina o cidadão do interior-pondo-o sofredor, distante, desenraizado do seu meio e mais que tudo, limita-lhe a esperança.....

-----Com os centros existentes como o de Macedo de cavaleiros, temos o dever moral e de cidadania de deslocar técnicos e material para proporcionar iguais condições aos nossos utentes.....

-----Se se pensar na viabilidade económica é mais fácil deslocar técnicos e meios, do que deslocar centenas de cidadãos do nosso distrito que sofrem quer pela doença em si quer pela deslocação.

----- Relembro que a saúde é o bem mais precioso.....

-----Sejamos humanos e com doentes que sofrem e que estão muito frazilizados, não sejamos nós a limitar a sua luz, mas sim abrir uma luz de esperança e conforto.

-----Nestes centros como o de Macedo de cavaleiros há uma relação de maior proximidade e familiaridade tão importante nesta patologia.

----- Pensamos no cidadão como ser humano, queremos dar-lhe centros de competência, de esperança e não deixar despovoar o interior.....

----- Com a ajuda de todos tudo faremos para não nos isolarem mais.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.^a Deputada, e naturalmente pedimos desculpa pelas deficientes condições técnicas que prejudicaram a normal apresentação da sua intervenção, fica registada com apreço, naturalmente com este pedido de desculpas por parte da Mesa.

----- Julgo que havia uma intenção de intervenção de Bruno Veloso, do PS.

----- Em a palavra.....

----- **Bruno Veloso** – Uma primeira palavra para saudar a intervenção que me antecedeu, assim como a moção, mas particularmente a moção que me antecedeu, que, aliada ao consenso que hoje de manhã, atingimos.....

----- Há, de facto, no ar, uma grande preocupação com a saúde das populações do Interior e com as pessoas do Nordeste Transmontano. E é essa linha concisa que eu gostaria de vincar. É que esta AM ao longo das suas intervenções, durante todo o dia, tem manifestado um certo repúdio e uma certa preocupação perante aquilo que têm sido as políticas deste Governo e o ataque ao Serviço Nacional de Saúde.

----- Esta situação que aconteceu e que é suscitada, por um ato de solidariedade do Sr. Presidente da Mesa, e que eu também saúdo, ao trazer esta Moção oriunda da Câmara Municipal de Elvas, suportada também na sua declaração, que eu subscrevo em todas as suas linhas, e era este o ponto que eu queria deixar e portanto também fazer minhas as suas palavras, e apelando a que esta moção fosse aprovada com uma maioria ou por unanimidade expressa por todos nós. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Registamos uma intenção de intervenção por parte de António Morais da CDU, tem a palavra.

----- **António Morais** – Em relação à intervenção do amigo Bruno, ocorre-me dizer que o apelo ao bom senso tem sentido, foi conseguido, mas na passada há aqui um ataque, digamos, à política governamental da saúde, a que eu também subscrevo, obviamente, não é? Mas, já agora, também convém recordar que estas medidas vêm na sequência de políticas do Eng.º José Sócrates e do Ministro Campos! Não é? Que abriu a porta a muitas das coisas que estão agora a acontecer. Também convém sublinhar isso. Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Pergunta a Mesa se há outras intervenções sobre o tema.

----- Não há.

----- O Sr. Presidente da Câmara também não tem nada a dizer.

----- Passamos à votação da Moção.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO, FOI A MESM MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO, MOMENTANEAMENTE, SETENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa – Declarações de voto?**-----

----- Não há declarações de voto. -----

----- Pois, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Presidentes de Junta, Exmo. Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, terminámos esta Assembleia, acho que esta Assembleia correu muito bem, para lá daquilo que eu esperava, na expectativa do tempo, cumprimos os tempos, vocês foram, de facto, excepcionais no cumprimentos dos tempos. Dou por terminados os trabalhos, desejando, naturalmente, a todos, um resto de um bom dia, e bom trabalho e saúde para todos. Até breve. -----

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – João Adriano Rodrigues

Segunda Secretária – Susana Andrea Ferreira Taveira

2-RESTANTES MEMBROS

Amândio dos Anjos Gomes

Anabela Pires Antunes dos Anjos

António Eduardo Fernandes Malhão

Filipe Osório Caldas

Isabel Maria Lopes

João Paulo Alves da Cruz Castanho
Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira
José Luís Baltasar
Júlio da Costa Carvalho
Maria do Amparo Mendes Alves
Maria Cristina Ramos Raposo
Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro
Maria Madalena Morais Morgado
Martinho Eduardo do Nascimento
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco Augusto Pilão Cadavez

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Ana Maria Ferreira Brás
Armindo Augusto Lopes *
Bruno Viriato da Costa Veloso
Francisco Manuel Esteves Marcos
José Carlos Vasco Jecas *
Maria Aurora Correia *
Maria Celina da Silva Paula
Orlando Augusto Matos Pontes *
Patrício Teixeira Afonso *
Pedro José Rego *

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Amâncio José Catarino Ferreira
Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida
Artur Jorge Fernandes Estevinho
Henrique da Costa Ferreira
Jorge Manuel Xavier Laranjinha
Luís Carlos Pires do Vale
Maria Isabel Barreiro Ribeiro

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

António Alberto Vaz Pereira Morais

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Francisco Luís Pires Pinheiro

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	António Manuel Teixeira Batista
UF- Aveleda / Rio de Onor	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	Luís Filipe Pires Carvalho
Carragosa	Jorge Augusto Ala
UF – Castrelos / Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castro Avelas	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Donai	Carlos Bruno Afonso **
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
Gimonde	António Manuel Choupina Assares
Gondesende	Augusto David Afonso Pires
Gostei	Rui Manuel da Costa Gonçalves
UF- Izeda/ Calvelhe/Pard.Nova	Luís Filipe Pires Fernandes
Macedo Mato	Manuel Augusto Crisóstomo
Mós	Anabela Afonso Pereira Rodrigues
Nogueira	José António Prada
Outeiro	César Gustavo Garrido
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela Lampa	Miguel Francisco Pinto
Rabal	Jaime Rodrigues Loureiro

UF –Rebordainhos/ Pombares	José Jorge Martins Caminha
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues **
UF -Rio Frio/Milhão	Adriano Augusto Ferreira
Salsas	Pedro Miguel Ramos Zoio
UF- S.Julião Palácios/Deilão	Altino Francisco Pereira Pires
São Pedro Serracenos	Humberto José dos Santos
UF – Sé/Santa Maria/Meixedo	José Júlio Vaz Pires
Sendas	Marco Paulo Jesus Frei **
Serapicos	Rui Fernando Pires Caetano
Sortes	António João Pires
Zoio	Hélder Jorge dos Santos

* - Membro Suplente

** - Substituto Legal

**B - CÂMARA:
PRESENÇAS**

Presidente - Hernâni Dinis Venâncio Dias

Vereadores: Vítor Prada Pereira

Paulo Jorge Almendra Xavier (Vice-Presidente)

Humberto Francisco da Rocha

Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo

André Filipe Morais Pinto Novo

Gilberto José Araújo Batista

----- Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente certidão que, depois de achada conforme, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Município.....

Assembleia Municipal de Bragança, 08 de maio de 2014